

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ELLEN FRANCINNE DE OLIVEIRA ROSSETTO SILVA

**A DIMENSÃO EDUCATIVA NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NA PERSPECTIVA DA CIDADANIA**

FRANCA

2019

ELLEN FRANCINNE DE OLIVEIRA ROSSETTO SILVA

**A DIMENSÃO EDUCATIVA NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NA PERSPECTIVA DA CIDADANIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração Serviço Social: Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni.

FRANCA

2019

S586d

Silva, Ellen Francinne de Oliveira Rossetto

A dimensão educativa no trabalho do assistente social na proteção social básica na perspectiva da cidadania. / Ellen Francinne de Oliveira Rossetto

Silva. – Franca, 2019

132 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientadora: Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni

1. Dimensão Educativa. 2. Serviço Social. 3. Trabalho Profissional. 4. Assistência Social. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ELLEN FRANCINNE DE OLIVEIRA ROSSETTO SILVA

**A DIMENSÃO EDUCATIVA NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NA PERSPECTIVA DA CIDADANIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Profª. Drª. Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni

1º Examinador: _____
Profª. Drª. Regina Célia de Souza Beretta

2º Examinador: _____
Profª. Drª. Maria José de Oliveira Lima

Franca, 31 de Maio de 2019.

*Dedico este trabalho a minha família,
Meu esposo Willian,
Meus filhos Leandro e Heitor,
Minha mãe Fátima.*

AGRADECIMENTOS

Antes de agradecer, quero dizer que os anos do mestrado foram de muitas provas, fé, luta e conquistas, por isso não poderia deixar de agradecer em primeiro lugar a Deus, por ter realizado meus sonhos e, em seu amor infinito, por ter me sustentado em todos os momentos.

Aos meus queridos pais, Fátima e Nelson, que sempre me ensinaram a gostar de estudar e fizeram de tudo para a concretização da minha formação pessoal e profissional. Obrigada em especial a minha mãe, por suas orações e por ter me ensinado a ser forte, confiar em Deus e jamais desistir.

Ao meu esposo Willian, meu parceiro de todas as horas, sempre presente em todos os momentos, sempre me encorajando e acreditando que o sonho do mestrado seria possível. Obrigada por cuidar dos nossos filhos com tanto amor e dedicação nos momentos da minha ausência.

Aos meus filhos gêmeos, Leandro e Heitor, que nasceram durante o mestrado e fizeram, mesmo que tão pequeninos e sem intenção, um dos motivos para eu prosseguir, acreditar que Deus é fiel e nada é por acaso.

As minhas irmãs que sempre alegraram a minha vida e meus dias e que, para mim, nunca irão crescer, o meu amor sempre será de irmã mais velha.

Aos meus sogros, Maria e Narciso, por me acolherem como filha e por terem colaborado principalmente nos momentos finais e mais difíceis do mestrado.

A toda minha família que dividiu comigo os desafios e conquistas dessa caminhada, compreendendo minha ausência nos momentos de dedicação a este trabalho.

Agradeço demais a minha orientadora Dr^a. Andréia, que sempre me incentivou, não permitindo que eu desistisse. Obrigada por todo ensinamento, gentileza e paciência.

Às professoras do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e colaboradores da UNESP Franca.

À amiga Érika do mestrado, que sempre me ajudou e incentivou em momentos nada fáceis. Obrigada pelas longas horas de conversa até Franca.

Às amigas da vida e do coração: Alessandra, Aline, Eliana, Elaine (Nani), Fátima, Neoci, Thais e Valneci, sempre aparecendo no momento exato, como bênçãos enviadas por Deus.

Às Assistentes Sociais participantes da pesquisa que, mesmo com tantos desafios, demonstram compromisso e comprometimento com a profissão.

As minhas gestoras Edivan e Eliana, e ainda minha coordenadora Livre Docente Lilia, agradeço imensamente pelo apoio, incentivo e por compreenderem minhas dificuldades.

Para hoje, somente gratidão!

*“Não temas, porque estou contigo; não te assuste, porque sou o teu Deus; eu te fortaleço, ajudo e sustento com a minha mão direita fiel”.
(ISAÍAS 41:10).*

SILVA, Ellen Francinne de Oliveira Rossetto. **A dimensão educativa no trabalho do assistente social na proteção social básica na perspectiva da cidadania.** 2019. 132 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019.

RESUMO

O presente estudo busca analisar a dimensão educativa no trabalho do assistente social na proteção social básica na perspectiva da cidadania, tendo como lócus de investigação o município de Cerqueira Cesar, cidade do interior do Estado de São Paulo com 18.716 habitantes. O estudo ocorreu por meio de pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo, com uma base teórica pautada no materialismo histórico dialético. A abordagem utilizada é a qualitativa, utilizando-se também a técnica do grupo focal, seguindo um roteiro de entrevistas com a participação de 8 (oito) profissionais do Serviço Social, trabalhadores da Política de Assistência Social no município, o que permitiu aos participantes utilizar linguagem própria e emitir opiniões. O trabalho contempla algumas reflexões sobre o trabalho do assistente social e a dimensão educativa da profissão, a Política de Assistência Social, seu contexto histórico, a organização do SUAS e a proteção social básica. Traz a análise dos dados a partir das categorias de análise: a) a Política Municipal de Assistência Social no Município de Cerqueira Cesar; b) a dimensão educativa na ótica dos assistentes sociais; c) a dimensão educativa realizada pelo Serviço Social nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e d) a materialização da dimensão educativa na perspectiva da emancipação. Observa-se que há conhecimento da dimensão educativa, mas dificuldades na conceituação e insegurança na análise se a dimensão educativa é realizada de maneira emancipatória e na efetivação da cidadania. A pesquisa reflete sobre a importância do fortalecimento do trabalho profissional na Política de Assistência Social, bem como acerca do desenvolvimento da dimensão educativa nas ações dos assistentes sociais.

Palavras-Chave: Dimensão Educativa. Serviço Social. Trabalho Profissional. Assistência Social.

SILVA, Ellen Francinne de Oliveira Rossetto. **The educational dimension in the work of the social worker in basic social protection from the perspective of citizenship.** 2019. 132 f. Dissertation (Master in Social Work) - Faculty of Human and Social Sciences, Paulista State University "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2019.

ABSTRACT

This study aims to analyze the educational dimension in the work of the social worker in basic social protection from the perspective of citizenship, having as its research locus the municipality of Cerqueira Cesar, a city in the interior of the state of São Paulo with 18,716 inhabitants. The study took place through bibliographic, documentary and field research, with a theoretical base based on dialectical historical materialism. The approach used is qualitative, also using the focus group technique, following a script of interviews with the participation of 8 (eight) Social Work professionals, workers of the Social Assistance Policy in the municipality, which allowed participants to use own language and express opinions. The work contemplates some reflections on the work of the social worker and the educational dimension of the profession, the Social Assistance Policy, its historical context, the organization of SUAS and the basic social protection. It brings the analysis of the data from the categories of analysis: a) the Municipal Policy of Social Assistance in the Municipality of Cerqueira Cesar; b) the educational dimension from the perspective of social workers; c) the educational dimension carried out by the Social Work in the Reference Centers for Social Assistance - CRAS and d) the materialization of the educational dimension in the perspective of emancipation. It is observed that there is knowledge of the educational dimension, but difficulties in conceptualization and insecurity in the analysis if the educational dimension is carried out in an emancipatory manner and in the implementation of citizenship. The research reflects on the importance of strengthening professional work in the Social Assistance Policy, as well as on the development of the educational dimension in the actions of social workers.

Keywords: Educational dimension. Social service. Professional work. Social Assistance.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Equipe mínima da Proteção Social Básica – CRAS	92
Quadro 2	Perfil Profissional das Assistentes Sociais	93
Quadro 3	Serviços da Proteção Social Básica no CRAS I - “Recanto dos Pássaros”	94
Quadro 4	Serviços da Proteção Social Básica no CRAS II - “Denise Barreto – Nossa Senhora de Fátima”	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAS	Associação Brasileira de Assistentes Sociais
ACERVI	Associação Cerqueirense da Vital Idade
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APAIC	Associação de Proteção e Assistência à Infância de Cerqueira César
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CCI	Centro de Convivência do Idoso
CF/1988	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Assistentes Sociais
DRADS	Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social
DRU	Desvinculação de Recursos da União
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LA	Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
NOB/RH	Norma Operacional Básica/Recursos Humanos
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica

PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PEPSS	Projeto Ético-Político do Serviço Social
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PMAS	Plano Municipal de Assistência Social
PME	Pesquisa Mensal do Emprego
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
PSE	Proteção Social Especial
RMA	Registro Mensal de Atendimento
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E A DIMENSÃO EDUCATIVA.....	21
1.1 A categoria trabalho e a lógica do capitalismo.....	21
1.2 Apontamentos sobre os fundamentos do Serviço Social no Brasil.....	34
1.3 Referenciais teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do trabalho profissional do Assistente Social.....	41
1.4 Pedagogia na perspectiva Emancipatória frente às expressões da questão social.....	48
CAPÍTULO 2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	57
2.1 Trajetória histórica da Política de Assistência Social no Brasil.....	58
2.2 O trabalho do Assistente Social no Sistema Único de Assistência Social na perspectiva da cidadania.....	70
2.3 O CRAS como espaço educativo.....	76
CAPÍTULO 3 A DIMENSÃO EDUCATIVA E SUA CONTRIBUIÇÃO À CIDADANIA.....	89
3.1 A Política Municipal de Assistência Social no município de Cerqueira César.....	89
3.2 A dimensão educativa na ótica dos assistentes sociais.....	96
3.3 A dimensão educativa realizada pelo Serviço Social nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.....	103
3.4 A materialização da dimensão educativa na perspectiva da emancipação.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS.....	121
APÊNDICES.....	128
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	128

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA GRUPO FOCAL.....	129
APÊNDICE C – AUTORIZAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	130

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objeto de análise a dimensão educativa do trabalho do assistente social na proteção social básica na perspectiva da cidadania.

O interesse pelo tema da pesquisa surgiu a partir das inquietações do cotidiano profissional desta pesquisadora no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Cerqueira César/SP, sendo esta a unidade estatal que realiza ações da proteção social básica junto à população usuária da Política de Assistência Social, e um campo de trabalho oportuno e de possibilidades para se desenvolver a dimensão educativa na perspectiva da emancipação, buscando alcançar a cidadania, por meio de ações interventivas que podem iniciar-se desde o atendimento individualizado e, principalmente, em ações coletivas.

A partir da experiência vivenciada durante oito anos na função de coordenadora do CRAS, atribuição junto à gestão do território e dos serviços socioassistenciais, ficando distante do trabalho direto com a população, os questionamentos foram aumentados, surgindo hipóteses, de como os assistentes sociais materializavam a dimensão educativa no cotidiano profissional do CRAS.

Essas hipóteses surgiram a partir de uma visão empírica e sem embasamento teórico, surgindo o anseio de pesquisar de maneira mais sistematizada em uma apreensão crítica quanto às ações desenvolvidas pelos assistentes sociais.

Com a inserção no Programa de Pós-graduação, como aluna do mestrado, foi possível a aproximação com as teorias das ciências sociais e humanas e a concretização da delimitação do objeto de estudo. Assim, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a dimensão educativa no trabalho do assistente social na proteção social básica na perspectiva da cidadania, no município de Cerqueira César, cidade do interior do Estado de São Paulo e traçou três objetivos específicos: a) investigar o entendimento do assistente social acerca da dimensão educativa e se esse entende como arte da sua formação e do trabalho pedagógico emancipatório em uma perspectiva crítica; b) conhecer as ações desenvolvidas com a população usuária em uma perspectiva emancipatória da dimensão educativa; c) identificar as dificuldades e facilidades da dimensão educativa na perspectiva emancipatória.

A princípio, a pesquisa foi traçada para ser realizada envolvendo os 22 municípios de pequeno porte I da região administrativa da Diretoria Regional de Assistência Social de Avaré/SP – DRADS. Todos os municípios foram contatados via e-mail com o convite para participação na pesquisa, mas houve adesão ao convite apenas do município de Cerqueira César/SP, o qual sinalizou positivamente para a participação na mesma.

A DRADS é um órgão descentralizado que atua por regiões administrativas dentro do Estado de São Paulo, entre suas atribuições está a orientação que deve ser realizada juntos aos municípios, acompanhando os serviços, benefícios, programas da Assistência Social. Especificamente, a DRADS localizada no município de Avaré é responsável por 29 (vinte e nove) municípios, distribuídos em: Pequeno Porte I, um total de 23 (vinte e três) municípios; Pequeno Porte II, um total de 4 (quatro) municípios; Médio Porte, total de 1 (um) município e Grande Porte, também 1 (um) município.

Ela é dividida por núcleos, denominados Avaliação e Supervisão, Administrativo, Convênios e Diretoria Técnica e é composta por 9 servidores estatutários.

Para a pesquisa, foram convidadas todas as 9 (nove) assistentes sociais que trabalham na Política de Assistência Social do município de Cerqueira César. Entretanto, participaram 08 (oito), tendo em vista que uma das profissionais encontrava-se afastada por licença maternidade. Assim, a amostra intencional definida foi de um total de 8 participantes, sendo: 4 (quatro) assistentes sociais da proteção social básica, 2 (duas) assistentes sociais da área da gestão dos serviços e 2 (duas) da proteção social especial.

As participantes são todas do sexo feminino, com idade entre 32 e 49 anos, formação em Serviço Social entre os anos de 1997 e 2017, experiência profissional na política pública de Assistência Social entre 03 (três) e 24 (vinte e quatro) anos.

Optou-se pela participação dos profissionais que compõem não somente a atenção básica (objeto de interesse dessa pesquisa), mas também a proteção especial e as que compõem a gestão, justificando que os demais serviços são fundamentais para avaliação das ações desenvolvidas no CRAS, já que este deve ser um órgão articulador da Política de Assistência Social no território de abrangência das vulnerabilidades sociais dentro do município e deve estar em constante comunicação e parceria junto aos demais serviços ofertados dentro da

Assistência Social, realizando a referência e contrarreferência (encaminhamentos, acompanhamentos e atendimentos) para população usuária.

O método aplicado na pesquisa foi o materialismo histórico dialético, tendo como ponto de partida a análise dos fatos e a reflexão sobre a realidade apresentada, o qual considera que tudo está sujeito a transformações numa perspectiva de totalidade.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, cuja abordagem da pesquisa de campo escolhida foi a qualitativa, que propiciou o aprofundamento nas concepções dos participantes, oportunizando maior compreensão dos dados coletados, possibilitando expressar o que sabem, bem como seus sentimentos e emoções, permitindo interação entre o pesquisador e os participantes.

O levantamento bibliográfico, através de consultas em livros, sites seguros, revistas e artigos especializados, foi realizado a fim de garantir a base da fundamentação teórica e os procedimentos para a análise dos dados.

Os referenciais teóricos utilizados e que proporcionaram a discussão deste tema foram: José Paulo Netto (2005, 2009 e 2008), Marilda Iamamoto (2009, 2013 e 2014), Ivanete Boschetti (2003, 2006 e 2016), Elaine Behring (2003 e 2006), Ivo Tonet (2009 e 2016), Marina Maciel Abreu (2004, 2009 e 2011), bem como outros referenciais, como a Política Nacional de Assistência Social (2004), a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2014) e a Lei Orgânica de Assistência Social (1993 e 2011).

A pesquisa documental foi realizada por meio do acesso ao Plano Municipal de Assistência Social do município de Cerqueira César/SP, com a finalidade de compreender as expressões da questão social e a organização dos serviços na rede socioassistencial ofertados à população usuária.

O PMAS é dividido em blocos de informações, sendo observados os blocos referentes ao diagnóstico socioterritorial, quanto as situações de vulnerabilidade e risco social existente no município. Outro bloco analisado foi o que contempla a rede de Proteção Social, o qual disponibiliza os serviços socioassistenciais e benefícios do município.

A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”/UNESP-Franca.

Para a coleta de dados junto às participantes, foi utilizada a técnica de grupo focal, por meio de um roteiro de perguntas e com o auxílio do gravador. Gaskell (2002, p. 79) considera que:

os grupos focais propiciam um debate aberto e acessível em torno de um tema de interesse comum aos participantes. Um debate que se fundamenta numa discussão racional na qual as diferenças de *status* entre os participantes não são levadas em consideração.

Anteriormente à realização do grupo focal, as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sinalizando que concordavam com o conteúdo da pesquisa.

Salienta-se que a identidade das participantes foi preservada, utilizando-se de letras do alfabeto como: A, B, C, D, E, F, G e H, inserindo as falas das participantes no corpo do texto da dissertação, garantindo e respeitando os procedimentos éticos, mantendo-se o sigilo das identidades de acordo com o Código de Ética da profissão.

Para a análise e interpretação dos dados, pautou-se no materialismo histórico, utilizando o método hermenêutico - dialético, pois a fala dos participantes é situada em seu contexto para melhor ser compreendida (MINAYO, 1992). A autora define também três momentos para a pesquisa: exploratória, trabalho de campo e tratamento do material, a qual define alguns passos para sua operacionalização: ordenação dos dados, classificação dos dados e análise final.

Para a ordenação dos dados, fora realizada a transcrição das gravações, a releitura do material e a organização dos relatos. A classificação dos dados partiu do questionamento quanto ao objeto de estudo, a fim de responder a hipótese, com base na fundamentação teórica. E por último a análise final, articulando os dados com os referenciais, observando se as respostas respondem aos objetivos propostos na pesquisa.

A interpretação dos dados foi dividida em quatro categorias de análise, sendo elas: a) a Política Municipal de Assistência Social no Município de Cerqueira Cesar; b) a dimensão educativa na ótica dos assistentes sociais; c) a dimensão educativa realizada pelo Serviço Social nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e d) a materialização da dimensão educativa na perspectiva da emancipação.

Este trabalho está constituído de 03 capítulos, sendo que no primeiro capítulo intitulado o trabalho do assistente social e a dimensão educativa, trouxe a discussão

sobre como o assistente social utiliza de algumas possibilidades para realizar essa dimensão na perspectiva da emancipação, pautando-se no Projeto Ético-Político, por meio de um trabalho crítico da realidade, compreendendo a categoria trabalho na ótica da ordem societária pautada no capitalismo, excludente e de exploração da força de trabalho.

Pautou-se em uma discussão da necessidade do trabalho na vida do homem, reconhecendo historicamente as condições de existência e reprodução social dos indivíduos e ainda a atuação do Serviço Social no rompimento de práticas assistencialistas, fortalecido pela teoria marxiana, e compreendendo o Serviço Social enquanto profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, fazendo parte da classe trabalhadora.

Entende-se ser de fundamental importância a busca dos aportes teóricos acerca do processo histórico do Serviço Social que perpassou períodos de influência da igreja católica, a fim de garantir a exploração da força de trabalho e a manutenção do capital, períodos de início ao cientificismo da profissão, saindo da influência católica, sem perder o positivismo, mas pautando no discurso desenvolvimentista.

Discute-se a importância do Movimento de Reconceituação, que se concretiza finalmente nos anos 1980 com o rompimento com a ação conservadora da profissão, partindo da necessária compreensão da realidade em uma perspectiva de totalidade e adotando a pedagogia da perspectiva emancipatória frente às expressões da questão social, buscando espaços democráticos para concretizar ações que fortaleçam a participação popular, lutando pela garantia da democracia e defesa da cidadania.

O trabalho do assistente social, ao realizar a dimensão educativa na perspectiva da emancipação, está atrelado aos referenciais teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão, sendo importante abordá-los para compreender a base de uma formação profissional crítica, propositiva e interventiva na realidade social, considerando o sujeito em sua totalidade.

Os assistentes sociais utilizam da dimensão educativa, em grande parte de suas ações, mas é no campo da emancipação política que se acredita no rompimento da exploração pelo capital, no acesso e garantia dos direitos, no protagonismo enquanto cidadania, conseguindo fortalecer laços coletivos, buscando resultados de esfera individual para o coletivo.

O segundo capítulo traz a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), definindo a importância da Assistência Social que surge como uma proposta de política pública de direito, de universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, onde as demandas devem ser entendidas a superar a visão reducionista, buscando trabalhar as potencialidades e não as fragilidades da população usuária, em prol da cidadania.

A Assistência social surge com um discurso de parceria junto ao Estado, nos aspectos da execução dos serviços, benefícios e programas sociais, por meio de uma participação ativa dos sujeitos, em espaços como as conferências e os conselhos, fortalecendo o controle social e a cidadania. Explica-se nesse capítulo que essa perspectiva nem sempre foi assim, pois sua história é carregada de conservadorismo e de uma doutrina de ajuda aos mais necessitados. Conforme demonstra Faleiros (1997, p.4):

[...] conceito de assistência social é carregado de interpretações as mais diversas configurando, por um lado, distribuição de favores, e por outro exercício de direitos, só para destacar uma oposição comum nesse campo. Envolve ainda a denotação de bondade, de piedade, de caridade, de filantropia, de ação voluntária, e hoje, de cidadania.

Ao discutir a organização do SUAS e, em respeito às especificidades dos territórios, o capítulo também traz que os assistentes sociais como profissionais de referência do CRAS/SUAS devem influir ações que possibilitem o exercício dos direitos garantidos, mas também propor uma organização da sociedade civil para novas lutas e conquistas.

Segundo Potyara (2003), uma das dificuldades da Assistência Social em consolidar a cidadania social, é afiançar direitos num contexto capitalista neoliberal, devido ao seu legado vinculado à pobreza, o qual assegura uma política pobre para os pobres, pois não há lugar garantido para pobres na filosofia do capital.

O terceiro capítulo traz os resultados da pesquisa, demonstrando a contextualização da dimensão educativa, a qual está intrínseca ao trabalho do assistente social, pois este exerce uma função pedagógica junto com a população usuária, sendo o CRAS um espaço propício e educativo para tal ação, por meio dos serviços ofertados.

Um dos pontos a ser refletido está posto se os usuários dessa política pública conseguem se sentir fortalecidos nesses espaços de participação democrática e se

efetivam sua cidadania em tais espaços, percebendo além do acesso ao direito, um processo de empoderamento e autonomia nas decisões que refletem em sua vida cotidiana.

Analisando as falas das participantes, pode-se observar como essas materializam as ações e intervenções, a fim de promover uma educação libertadora, de efetivação da cidadania e da autonomia dos sujeitos, bem como a compreensão sobre o tema dimensão educativa.

Para finalizar a pesquisa, realizou-se o levantamento das dificuldades e facilidades, bem como os desafios postos ao cotidiano dos assistentes sociais, dentro da política pública de assistência social do município de Cerqueira César.

Com as considerações finais, é possível concluir que a pesquisa contribuiu de maneira satisfatória.

1 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E A DIMENSÃO EDUCATIVA

Neste capítulo, é realizada reflexão sobre elementos que possibilitam a compreensão e elucidação da dimensão educativa, fundamental na atuação do Serviço Social enquanto profissão. Destaca-se o Serviço Social enquanto profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais.

Para isso, são considerados os referenciais teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, que são as três dimensões inseparáveis e interconectadas que devem permear e orientar o trabalho profissional crítico e comprometido do assistente social, ou seja, a intervenção profissional devidamente orientada pelo projeto ético-político da profissão.

Como profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, é necessário pontuar a princípio a categoria trabalho no capitalismo, a contradição capital e trabalho e as manifestações da questão social e a necessidade histórica dessa profissão.

1.1 A categoria trabalho e a lógica do capitalismo

O trabalho possui dimensão central na discussão sobre as diversas manifestações da questão social e, portanto, sobre a própria lógica que rege o modo de produção capitalista (IANNI, 1989). Não é uma novidade que o trabalho é central nesta análise, considerando que parte intrínseca ao capitalismo se baseia na exploração capital-trabalho e, portanto, a força de trabalho “livre” é indispensável para a produção da mais valia e da ampliação dos lucros das classes dominantes. Por outro lado, a classe trabalhadora tem papel fundamental na luta por melhores condições de trabalho desde o século XIX na Europa, sendo essa a engrenagem fundamental da luta de classes do capitalismo em suas mais diferentes fases e etapas.

Não se trata, assim, de analisar separadamente as categorias trabalho,

questão social e capitalismo, mas compreendê-las imbricadas e conectadas para assim obter uma maior aproximação da realidade social desta ordem societária, na qual o Serviço Social está inserido enquanto profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, que não só assume uma postura e conduta profissional de luta a favor dos direitos da classe trabalhadora, mas como também faz parte desta mesma classe trabalhadora assalariada, que necessita vender sua força de trabalho para as classes dominantes, uma vez que não faz parte da elite que detém os meios de produção e se apropria da riqueza produzida socialmente nesse modo de produção.

No trabalho, o homem desenvolve capacidades, que passam a mediar sua relação com outros homens. Desenvolve também mediações, tais como a consciência, a linguagem, o intercâmbio, o conhecimento, mediações estas em nível da reprodução do ser social como ser histórico, e, portanto, postas pela práxis. Isso porque, o desenvolvimento do trabalho exige o desenvolvimento das próprias relações sociais e o processo de reprodução social, como um todo, requer mediações de complexos sociais tais como: a ideologia, a teoria, a filosofia, a política, a arte, o direito, o Estado, a racionalidade, a ciência e a técnica (LESSA, 1999; GUERRA, 2000). Tais complexos sociais (que Lukács chama de mediações de “segunda ordem”, já que as de primeira ordem referem-se ao trabalho) têm como objetivo proporcionar uma dada organização das relações entre os homens e localiza-se no âmbito da reprodução social (GUERRA, 2000, p. 8).

É fundamental pensar sob o prisma da exploração, categoria importantíssima para analisar as questões do trabalho sob uma ótica marxista. Ao tratar da categoria exploração à luz do pensamento marxiano, é necessário responder alguns questionamentos: o que é o trabalho?

Segundo o pensamento marxista, o ser humano tem uma competência diferente dos outros animais, a habilidade de pensar em transformar a natureza para consentir as suas precisões, e com esse trabalho constroem suas relações sociais, portanto o ser social surge através do trabalho.

O ser humano extrai da natureza recursos para sobreviver, ou seja, o homem não sobrevive sem natureza. Ao explicar a definição de trabalho, é necessário entender também o conceito de teleologia, pois um está diretamente ligado ao outro, a teleologia é definida como a aptidão do homem em pensar na finalidade do que vai construir, assim, antes de construir, é possível planejar e idealizar sua ação (BONETTI et al., 2012).

Por meio do trabalho, é possível a transformação da realidade, pois os

homens podem desenvolver as suas potencialidades (MARX, 2017; NETTO & BRAZ, 2008).

O trabalho constrói o ser social, visto que o homem ao transformar a natureza também transforma a si próprio e constrói sua comunicação, escrita e as relações sociais. Antes do capitalismo, o homem tirava da natureza apenas o necessário para sobreviver, e o crescimento do capital intensifica também a exploração da natureza.

O capitalismo, no entanto, limita e impede a emancipação do homem pelo trabalho, pois o objetivo central deste modo de produção é o acúmulo de riqueza das classes dominantes, em detrimento da satisfação das necessidades humanas (NETTO & BRAZ, 2008). Para Faleiros (2009), antes o trabalho era livre e criativo e, com o capitalismo, o trabalho passa a ser alienado, a produção é em massa, desenfreada e o trabalhador não se reconhece no produto final. Tudo no capital vira mercadoria, inclusive o trabalhador.

A palavra “trabalho” possui diversos significados na linguagem cotidiana. Embora seja compreendida frequentemente como uma das formas essenciais da ação dos homens sobre a natureza, o seu conteúdo sofre variações. Segundo Albornoz (1994), o trabalho é, diversas vezes, acionado como um conceito carregado de emoção: similar à dor, à tortura e à fadiga. Em outras ocasiões, mais do que um fardo, o trabalho faz referência à matéria da natureza que é modificada pela ação do homem, tornando-se assim um objeto de cultura. Esta análise baseia-se na noção de que o diferencial do homem para os outros animais é justamente a intencionalidade do seu trabalho: o entendimento de que o homem é um ser social, diferente dos outros animais, que embora trabalhem, o fazem unicamente guiados por seus instintos.

Segundo as definições que constam nos dicionários, o trabalho pode ser: aplicação das forças e intelecto humanos para alcançar determinado objetivo. Assim, pode ser uma atividade de caráter físico ou intelectual. A categoria trabalho carrega em si esta ambivalência: atividade e incômodo/realização e esforço.

O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem - quaisquer que sejam as formas de sociedade - é necessidade natural de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana (MARX, 2017, p. 50).

Embora alguns trabalhos sejam preponderantemente intelectuais, enquanto outros são preponderantemente físicos, essa divisão não é assim tão rígida. Isto,

porque, um pedreiro precisará usar sua inteligência para planejar suas ações, enquanto o intelectual precisará usar seu corpo e seus músculos para escrever um texto. O trabalho será sempre mais nítido quanto mais explícita for a intenção e a direção do esforço. O trabalho aparece e possui significado ativo de um esforço afirmado para a realização de determinados objetivos. Para ela, o objetivo realizado pode ser denominado trabalho: “trabalho é o esforço e também o seu resultado: a construção enquanto processo e ação, e o edifício pronto.” (ALBORNOZ, 1994, p.12).

Os homens trabalham guiados por sua consciência, que se sobrepõe aos instintos, planejando suas ações para alcançar o objetivo almejado, é possível afirmar que esse trabalho é realizado “com intenção e instrumento” (ALBORNOZ, 1994).

A utilização dos instrumentos e divisão social do trabalho na humanidade são mais complexos que os encontrados entre outros animais. Embora, para todos os animais, a motivação de suas ações primeiramente possa ser a sobrevivência.

Posso parar de fazer o que estou fazendo, embora seja um servo, embora não me seja reconhecido o direito de greve, ou embora venha a sofrer por causa deste meu gesto. Posso também fazer meu trabalho de muitas maneiras diferentes, se a máquina não o programar assim como o instinto faz com os outros animais. (ALBORNOZ, 1994, p.12)

Para Albornoz (1994), há um significado social muito forte a ser identificado na categoria “trabalho” que diz respeito à noção de que o mesmo deve ser compreendido como a realização de uma obra que expresse o sujeito que o planeja e executa, e proporcione uma espécie de realização social que permaneça para além da própria vida desse homem. Essa análise deve ser compreendida à luz da noção que identifica o trabalho como algo que deve estar atrelado à emancipação humana. Por outro lado, também remete à noção de esforço rotineiro e repetitivo: sem liberdade, e concebido como um incômodo inevitável.

O trabalho é considerado categoria central para a análise do fenômeno humano-social (NETTO & BRAZ, 2008, p. 29). A categoria trabalho é necessária e fundamental para uma compreensão do processo de constituição do ser social.

Para Marx (2017, p. 211), o trabalho pode ser definido como “um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a

natureza”. E, conforme Netto e Braz (2008, p. 32), “o trabalho é uma atividade projetada, teleologicamente direcionada, ou seja: conduzida a partir do fim que foi proposto pelo sujeito”.

Para Frigotto (2001), o trabalho pode ser identificado como a práxis humana e, através da centralidade dessa categoria, é possível analisar fenômenos sociais preocupantes como o subemprego, exclusão social, desemprego e trabalho informal – temas que serão tratados nos próximos tópicos deste trabalho.

A centralidade do trabalho na vida social foi longamente debatida por estudiosos ao longo do tempo. Hannah Arendt (2009) elabora algumas críticas sobre a noção de trabalho definida por Marx e reflete sobre a lógica da emancipação humana via trabalho. Sua tese é de que houve uma vitória do homo laborans na modernidade, assim o primado do trabalho teria sido concretizado sobre as outras formas de atividade humana. No entanto, Arendt afirma que na era moderna, essa centralidade do trabalho não alcançou uma emancipação humana. A emancipação do trabalho não apenas não criou uma espécie de “liberdade para todos”, “mas acabou por submeter à necessidade, pela primeira vez, toda a humanidade” (ARENDR, 2009, p.113). Assim, as concepções de trabalho estão permeadas por análises que o afirmam enquanto via para a emancipação dos sujeitos, ao mesmo tempo em que ocorrem limitações impostas pelo lugar que o trabalho ocupa nas sociedades contemporâneas, sobretudo capitalistas, como serão tratados posteriormente.

Nos últimos 200 (duzentos) anos, o capital produtivo passou por profundas transformações no que diz respeito ao modelo de produção e acumulação e, conseqüentemente, a esfera denominada como mercado de trabalho também sofreu modificações. Relação aprofundada a partir da discussão iniciada por Frederick Hegel e Karl Marx no seu renomado livro “O Capital” de 1867, considerada leitura obrigatória dentro da contextualização sobre os meios de produção, a mão de obra e o Estado, sendo este último criticado pelos filósofos por defender e proteger os interesses das classes dominantes (VAISMAN, 2006).

Nas primeiras décadas do século XX, o tema trabalho volta a ser o centro das discussões globais, devido à Depressão Econômica de 1929 que levou a taxas elevadas de desemprego e à queda do Produto Interno Bruto (PIB) de muitos países. Tal situação levou muitos trabalhadores à exclusão do exercício laboral, que

só se estancou durante a Segunda Guerra Mundial que fomentou a indústria bélica gerando postos de trabalho.

É relevante ressaltar que a crise de 1929 se configura como a primeira grande crise do modo de produção capitalista. As crises no capitalismo são estruturais e cíclicas, sendo assim, é possível compreendê-las como inerentes ao próprio processo de acumulação capitalista. Diversas outras crises se instauraram no mundo capitalista após a década de 1920, sendo a mais recente a crise de 2008, desencadeada nos Estados Unidos e que causou impactos em diversos países, inclusive no Brasil.

A partir da pós-industrialização, a história contemporânea do trabalho ganha novos enredos, sobretudo a brasileira que passou por profundas transformações no seu capital produtivo, que se intensificou na Terceira Revolução Industrial em meados da década de 1970. Nessa época, havia uma força de trabalho muito grande, ávida pelo consumismo de bens duráveis como casas e veículos. Esse momento marca a mudança global no mundo do trabalho, trazendo inovações radicais para a sociedade.

Varela e Pereira (2018) colocam que “o mundo virou-se de alguma forma de pernas para o ar. Há uma mudança política, econômica, geográfica, laboral e conseqüentemente social como não acontecia desde o final da II Guerra Mundial, em 1945”.

Concomitantemente, havia em curso o avanço do Neoliberalismo, que se sedimenta no Brasil nos anos 1990. O ideário neoliberal carrega consigo um modelo de contrarreforma, que impacta fortemente o campo da proteção social, agravando ainda mais a situação de vulnerabilidade daqueles que sofrem com o desemprego (BEHRING & BOSCHETTI, 2006).

A década de 1980 é marcada por um salto tecnológico que causa impactos profundos no mundo do trabalho (ANTUNES, 2006): a automação, robótica e microeletrônica são incorporadas à produção fabril e causam intensas transformações nas relações de trabalho e na produção do capital. O fordismo e o taylorismo – modelos de produção em massa marcados pelo trabalho rotineiro e cronometrado pelas esteiras fabris – já não são os únicos e entrelaçam-se com novos modelos de produção: neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo. (ANTUNES, 2006).

A tendência da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto é apontada por pesquisadores como um elemento a ser destacado: as capacidades intelectuais estão cada vez mais sendo deslocadas para os equipamentos tecnológicos. Além disso, há uma expansão do trabalho no setor de serviços, que são esferas não diretamente produtivas, e remetem a uma “noção ampliada de trabalho”. Para Antunes (2000), a “classe-que-vive-do-trabalho”, forma como ele denomina a classe trabalhadora contemporânea, é hoje formada por trabalhadores produtivos e improdutivos.

Os improdutivos são aqueles que atuam no setor de serviços que atendem aos capitalistas ou mesmo ao uso público, e são assim denominados pelo autor por não constituírem “elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia”. Este trabalho é consumido como valor de uso, embora não crie valor de troca.

Além da transformação do trabalho vivo em trabalho morto, há ainda outra tendência caracterizada pela crescente imbricação entre trabalho *material* e *imaterial*, uma vez que se presencia, no mundo contemporâneo, *em seus setores mais avançados*, a expansão do trabalho dotado de maior dimensão “intelectual” (no sentido dado pela produção capitalista), quer nas atividades industriais mais informatizadas, quer nas esferas compreendidas pelo setor de serviços ou nas comunicações, entre tantas outras. A expansão do trabalho em serviços, em esferas não diretamente produtivas, mas que muitas vezes desempenham atividades *imbricadas* com o trabalho produtivo, mostra-se como outra característica importante da *noção ampliada de trabalho*, quando se quer compreender o seu significado no mundo contemporâneo. (ANTUNES, p.13, 2006)

Os novos processos de trabalho e de acumulação capitalista pautados na lógica da flexibilização do trabalho e da produção impactam de forma contundente o mundo do trabalho. Esses novos processos de trabalho emergem, aliados às novas formas de acumulação capitalista, onde a produção em massa cronometrada pelas esteiras fabris dá lugar a novos padrões de produtividade.

A flexibilização da produção surge como uma nova forma de atender a lógica capitalista e traz consigo uma série de transformações nas relações entre capital e trabalho (ANTUNES, 2006; BEHRING & BOSCHETTI, 2006).

O toyotismo surge como um dos mais significativos exemplos de um modelo de flexibilização da produção. Assim, têm-se novos padrões de gestão da força de trabalho – a “gestão participativa” e o “trabalhador polivalente” – e uma busca pela

“qualidade total”. A produção em massa cede lugar à produção de acordo com a demanda – “Just in time”.

O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase (ANTUNES, p. 43, 2006).

Essa nova fase do capitalismo demanda um novo tipo de trabalhador, forjando, dessa forma, uma lógica de participação “dentro da ordem e do universo da empresa” e, gradativamente, substitui e/ou retira os direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora.

Como diversos pesquisadores apontam, o desemprego estrutural favorece esta lógica de retirada/redução dos direitos dos trabalhadores: frente à crise financeira e do mundo do trabalho, o poder de negociação da classe que necessita vender sua força de trabalho para sobreviver, sofre impactos negativos significativos, favorecendo a classe minoritária dominante que detém os meios de produção.

O processo de incorporação de novas tecnologias associado às novas formas de gestão da produção constituem uma tendência global irreversível no mundo capitalista. Diversos países vivenciam essa realidade, inclusive o Brasil, onde também é possível identificar as características do processo de “modernização produtiva” com todas as suas consequências e desdobramentos (FERRETTI; ZIBAS; MADEIRA & FRANCO, 1994).

No campo das relações de trabalho, sob os signos do neoliberalismo e pós-modernismo, assume-se aquilo que diversos autores vêm dominando como “novlangue” (uma nova língua). Têm-se as origens das teses que apontam para o fim do trabalho, a não centralidade do trabalho, sociedade pós-industrial, sociedade do conhecimento, empregabilidade, laborabilidade (FRIGOTTO, 2001).

No Brasil, essas alterações foram desde a utilização de novas tecnologias desconhecidas pelos trabalhadores acostumados com equipamentos rudimentares, às vezes utilizados até como experimentais, às lutas por mudanças na legislação trabalhista, garantindo mais direitos e deveres aos trabalhadores. Porém, a exigência por profissionais mais capacitados e com formação educacional básica foi

o desenvolvimento que mais exigiu desanuviamiento por parte da sociedade. Sousa Júnior e Lima (2016, p. 123) colocam que:

[...] as mudanças trouxeram reflexos não só para as empresas e trabalhadores, mas também para o sistema educacional, que buscou meios de oferecer formação escolar e profissional para os trabalhadores que retornavam ao ambiente escolar.

Nesse movimento que alterou tantas estruturas no mercado de trabalho, a exigência para se conseguir uma vaga de emprego se transformou e aquele empregado que ficava anos em uma companhia, galgava cargos de liderança sem mesmo ter o ensino fundamental (competências básicas de matemática e leitura), pautado apenas na experiência profissional, teve que lidar com um modelo chamado de plano de cargos e salários que determinava que cada cargo ofertado exige níveis de escolaridade.

Na contemporaneidade, o mercado de trabalho traz maiores exigências no que diz respeito àquilo que se convencionou chamar de “qualificação” do trabalhador. Para Machado (1996), é problemático que tantas vezes este termo – qualificação – apareça sem embasamento teórico que o defina, evidenciando, assim, uma visão taylorista-fordista da produção. Essa falta de explicitação teórico-conceitual da categoria “qualificação” evidencia uma visão “reificada e essencialista”, que não leva em conta os processos históricos inerentes ao mundo do trabalho. É preciso realizar uma análise para além da dicotomia qualificação/desqualificação, que não dá conta das especificações internas dos processos produtivos.

Como destacado anteriormente, as desigualdades sociais e o desemprego são oriundos do modo de produção capitalista. No entanto, na medida em que o emprego passa a ser concebido como um “direito de integrar-se ao consumo, à vida e ao futuro, firma-se a ideia de que se o mercado privado não oferece emprego, o Estado tem a obrigação de fazê-lo” (FRIGOTTO, 2001, p. 76).

Diante de um cenário de crise e desemprego, os governos precisam elaborar estratégias para auxiliar no desenvolvimento do mercado, criando ações e programas de capacitação profissional que incentivem e possibilitem que os trabalhadores retornem ao ambiente escolar. Nas últimas décadas, essas formações se expandiram pelo Brasil, chegando inclusive às zonas rurais, indígenas e quilombolas.

A pesquisa mensal do emprego (PME), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), mostrou o panorama da população economicamente ativa, sobretudo dos trabalhadores formais, e revelou uma melhora tímida na escolaridade dos profissionais do setor privado com 11 anos ou mais de estudo, que aumentou 1,4% em comparação com 2011, mas com um aumento de 15,2% com relação ao primeiro ano da pesquisa 2003. Esse crescimento reflete os esforços governamentais (mesmo com a eficácia sendo discutida entre pesquisadores) e da exigência do próprio mercado que fez com que a população geral melhorasse a escolaridade.

Esse crescimento da seletividade e exigências sobre os trabalhadores aumentou a competitividade no mercado, onde o trabalho deixou de ser uma questão de sobrevivência ou apenas o direito de trabalhar e passou a ser visto como *status* social, devido ao aumento do consumo das famílias. Isto remete à noção de “sociedade salarial” de Castel (1997), segundo a qual o trabalho/emprego possui uma função que está para além da mera sobrevivência, contribuindo e definindo uma determinada inserção social na escala salarial.

Compreende-se assim, que o trabalho atrelado à ideia de emprego e principalmente à de salário, possui função determinante no que diz respeito ao lugar social que o sujeito ocupa na sociedade salarial. O salário deixa de ser uma simples remuneração da força de trabalho na sociedade capitalista para dar lugar a um elemento que é formador da identidade social desse trabalhador.

Para alguns teóricos, essa ideia explicaria, inclusive, a desmobilização da categoria “classe trabalhadora” que, cada vez mais segmentada e pulverizada, não só não se reconhece como classe única como, de fato, não se constitui como tal devido à significativa heterogeneidade interna.

Para Teixeira (2003), o Brasil não tem registro de mudanças tão significativas na gestão do trabalho como as ocorridas nas últimas três décadas.

O amplo processo de transformações que hoje caracteriza o mundo do trabalho tem contribuído para redefinir o perfil profissional dos trabalhadores e, assim, tem exercido fortes impactos sobre o campo educacional, traduzindo-se em novas diretrizes para a formação profissional, em consonância com requisitos que passaram a ser exigidos dos trabalhadores (TEIXEIRA, 2003, p. 55).

Essa busca pelo conhecimento centralizado voltado para que as pessoas encontrem melhores condições de trabalho, convencionou-se de chamar de “empregabilidade”: termo definido pelo dicionário Aurélio como a “capacidade para arranjar um emprego ou para se adequar profissionalmente a um emprego” (FERREIRA, 2009).

Na mesma linha de entendimento, De Masi (2006) assevera que “são os trabalhadores que investem todas as suas energias na carreira”, e foi fundamentado neste contexto - que é, sobretudo, neoliberal - que os governos passaram a negar a ideia de que o Estado é responsável por disponibilizar vagas de emprego, relegando, muitas vezes, essa questão a uma esfera individual.

No contexto de desemprego estrutural, a função da escola passa a ser, cada vez mais, garantir “a empregabilidade ou a formação para o desemprego” (FRIGOTTO, 2001, p. 81). Observa-se que já não há mais política de emprego e cada vez menos perspectivas de carreira.

Ao tratar a questão do trabalho/emprego na esfera individualizante, a noção de indivíduos empregáveis ou não empregáveis ganha força e novos contornos. Há, cada vez mais, uma educação voltada para a nova divisão do trabalho, em detrimento de uma educação que atue numa perspectiva de emancipação da classe trabalhadora (FRIGOTTO, 2001).

Especificamente sobre o Serviço Social, torna-se fundamental destacar e acentuar que se trata de uma profissão inscrita socialmente na divisão do trabalho e, uma vez se configurando enquanto um profissional liberal e assalariado, possui especificidades em sua atuação em decorrência dessa natureza. Para compreender essa questão, algumas reflexões sobre o processo de trabalho do assistente social são fundamentais, pois através desse se pode alcançar a finalidade do trabalho executado e disso depende uma diversidade de condições objetivas e também subjetivas.

Neste âmbito, o processo de trabalho é compreendido como um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas. Os homens utilizam ou transformam os meios e as condições sob as quais o trabalho se realiza modificando-os, adaptando-os e utilizando-os em seu próprio benefício, para o alcance de suas finalidades. Este processo implica, pois, em manipulação, domínio e controle de uma matéria natural que resulte na sua transformação. Este movimento de transformar a natureza é trabalho. Mas ao transformar a natureza, os homens transformam-se a si próprios. Produzem um mundo

material e espiritual (a consciência, a linguagem, os hábitos, os costumes, os modos de operar, os valores morais, éticos, civilizatórios), necessários à realização da práxis (GUERRA, 2000, p. 2).

Assim, compreendendo a dimensão de centralidade que o trabalho assume na humanidade e suas particularidades diante do modo de produção capitalista, que não permite a emancipação humana em sua abrangência e totalidade, é possível refletir acerca do trabalho específico do Serviço Social.

Por isso é importante, na reflexão do significado sócio-histórico da instrumentalidade como condição de possibilidade do exercício profissional, resgatar a natureza e a configuração das políticas sociais que, como espaços de intervenção profissional, atribuem determinadas formas, conteúdos e dinâmicas ao exercício profissional. A este respeito, considerando a natureza (compensatória e residual) e o modo de se expressar das políticas sociais (como questão de natureza técnica, fragmentada, focalista, abstraída de conteúdos econômico-políticos) estas obedecem e produzem uma dinâmica que se reflete no exercício profissional através de dois movimentos: 1) interdita aos profissionais a concreta apreensão das políticas sociais como totalidade, síntese da articulação de diversas esferas e determinações (econômica, cultural, social, política, psicológica), o que os limita a uma intervenção microscópica, nos fragmentos, nas refrações, nas singularidades; 2) exigem dos profissionais a adoção de procedimentos instrumentais, de manipulação de variáveis, de resolução pontual e imediata. (GUERRA, 2000, p. 8)

Assim, compreende-se que para esta reflexão sobre o trabalho do Serviço Social é fundamental levar em consideração a práxis e o trabalho socialmente construído pela categoria profissional ao longo das últimas décadas no Brasil. A noção de instrumentalidade é fundamental para compreender não só o trabalho em si, mas também as diversas dimensões da prática profissional do assistente social.

Conforme aponta Iamamoto (2009), não se pode deixar de considerar como um elemento indispensável para a análise da prática profissional no Serviço Social a dimensão de trabalhador assalariado que a profissão assume. Isso revela uma condição de relativa autonomia e reafirma a necessidade de que haja estatutos legais e também éticos que possam regulamentar socialmente a atividade profissional. A autonomia do profissional de Serviço Social é sempre tensionada pela compra e venda da força de trabalho.

O significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade. Ainda que a natureza qualitativa da especialização do trabalho se preserve nas várias inserções ocupacionais, o significado social de seu processamento não é

idêntico nas diferenciadas condições em que se realiza esse trabalho porquanto envolvido em reações sociais distintas (IAMAMOTO, 2009, p. 215).

Como mencionado anteriormente, as profissões contemporâneas dependem, necessariamente, de uma formação anterior que o sujeito adquire para exercer determinadas atividades e funções, no entanto, o mercado de trabalho, tal como é conhecido na contemporaneidade no modo de produção capitalista, trata de desenhar o perfil profissional que julga necessitar para ter seus interesses atendidos. É dessa forma que o mercado de trabalho promove processos de seleção acirrados, onde os mais “aptos” são identificados para atender às necessidades do empregador.

O processo acima descrito se configura no mundo do trabalho contemporâneo, conectado aos princípios do modo de produção capitalista e a reestruturação produtiva se encontram em uma dimensão de fragmentação do saber. Esta fragmentação do saber serviu para atender as expectativas e necessidades do modo de produção capitalista em certa medida. As relações sociais voltadas, sobretudo, para as relações de produção, deram conta de produzir sujeitos cada vez mais especializados. No entanto, diversas complexidades da produção não podiam ser atendidas completamente por esses profissionais.

Embora durante um longo período tenha-se acreditado que o conhecimento dos trabalhadores deveria ser exclusivamente desenvolvido no âmbito da produção e para atender as necessidades capitalistas, a ordem societária acabou por revelar complexidades que justificaram a necessidade de um intenso aprofundamento de estudos sobre essa sociedade.

O mercado contemporâneo reconhece a necessidade do trabalhador multifuncional e com capacidade para trabalhar em equipe. Muito se discute na área do Serviço Social sobre a precarização do emprego como uma das facetas da questão social, e a polivalência ou flexibilização do trabalho, como uma das consequências dessa precarização. Contudo, é do conhecimento dos profissionais do Serviço Social que para intervir em uma realidade, antes de tudo é necessário conhecê-la. A competência para o pensamento diversificado, bem como para o exercício de diversas funções, além da capacidade para o inter-relacionamento, constitui-se em uma possibilidade para a construção do conhecimento sobre a realidade do trabalho (FRIGOTTO, 2001, p. 44).

Tom Dwyer realizou um estudo sobre o trabalho, na década de 1990, onde pretendeu realizar uma “anatomia do trabalho”. Tal Grupo de Trabalho tinha como

objetivo trabalhar atrelado a uma lógica interdisciplinar para, dessa forma, atender diferentes disciplinas que visassem dissecar o trabalho, possibilitando uma interpretação completa e multifacetada. Dwyer notou que a lógica que rege a reestruturação produtiva provocava uma significativa desordem nas disciplinas clássicas de “anatomia do trabalho”, onde “a premissa principal que apoia este esforço de construção teórica, é que o isolamento entre as disciplinas está impedindo o amplo entendimento do mundo do trabalho” (FRIGOTTO, 2001, p. 44).

A reestruturação produtiva transforma as relações sociais de trabalho e exige profissionais capacitados para atuarem nessas novas relações. Nesse sentido, tanto podem transformar-se as grades curriculares das escolas e universidades, na busca de melhor preparar o profissional demandado pelo mercado de trabalho como também transformam-se a construção de equipes de departamentos nas instituições, a fim de que tais equipes atuem de forma a responder as questões apresentadas nas relações sociais contemporâneas (FRIGOTTO, 2001, p. 155).

A reestruturação produtiva transforma as relações sociais de trabalho baseada na busca frequente pela ampliação das margens de lucro do capital. Dessa forma, exige também profissionais cada vez mais capacitados e especializados para atuarem nessas novas relações. A especialização aqui adquire um sentido que não mais é estrito a uma atuação específica em determinada atividade ou função, uma vez que o trabalhador pós-reestruturação produtiva é justamente aquele considerado “polivalente”, e que adquire múltiplas faces e pode dar conta das mais diversas demandas no seu espaço sócio-ocupacional (ANTUNES, 2000).

1.2 Apontamentos sobre os fundamentos do Serviço Social no Brasil

Como visto anteriormente, há relação intrínseca entre trabalho, manifestações da questão social e capitalismo sendo discutido, entre outras questões, que as desigualdades sociais e o desemprego são oriundos do modo de produção capitalista. E o Serviço Social, historicamente, trabalha com a população usuária nas diversas refrações da questão social.

Como e quando nasce a profissão de Serviço Social no Brasil? Em que contexto social, político e histórico? A quem serve?

O Serviço Social, no Brasil, nasce na década de 1930, em resposta à evolução do capitalismo e seus desdobramentos, sob a influência europeia e fortemente respaldado pela igreja católica.

Em 1940, período das protoformas do Serviço Social, que diz respeito ao período que antecede a regulamentação da profissão, quando a mesma ainda estava intimamente ligada à Igreja Católica e à lógica da caridade, a pobreza era criminalizada e vista como caso de polícia. O código de menores de 1927 conformou um dos primeiros espaços de trabalho para as Assistentes Sociais, que atuavam como auxiliares dos comissários de menores. Assim, o Serviço Social até a década de 1940 possuía um caráter de assistencialismo com bases na filantropia e caridade. Ao tornar-se uma profissão de interesse da Burguesia e do Estado, o Serviço Social se institucionaliza e deixa o caráter missionário para ir ao encontro dos ideais burgueses, a favor do capital.

O profissional era chamado para controlar a força de trabalho, por meio da mediação, como forma de garantir a exploração dessa força de trabalho e manutenção do capital, porém esse processo de acúmulo de capital agravou a questão social, havendo assim a necessidade de novas técnicas para a prática do Assistente Social.

Neste período – entre as décadas de 1940 e 1950 – o Serviço Social brasileiro recebeu grande influência norte-americana e do positivismo. A visão hegemônica era de que era necessário desenvolver métodos e técnicas para a consolidação da categoria enquanto profissão, deixando para trás o passado marcado pela caridade. Assim, sob influência de Mary Richmond, o Serviço Social brasileiro passa a trabalhar com as noções de grupos, casos e comunidades, extremamente marcados por um pensamento que individualizava as expressões da questão social (CASTRO, 2003).

Nos anos 40, surgem os métodos importados dos Estados Unidos, Serviço Social de Caso e, ainda que este predomine, também há espaço para a abordagem grupal, com o Serviço Social de Grupo, cujo enfoque de ambos é a recurso das dificuldades pessoais, de relacionamento e de socialização. Só nos anos 60, o Serviço Social no Brasil amplia seu campo de atuação para o chamado Serviço Social de Comunidade, legitimando com esta forma de intervenção o atendimento do projeto de influência norte-americano. (PIANA, 2009, p. 91)

Com a influência dos Estados Unidos, o Serviço Social começa a ter uma parte científica, o foco passa a ser alinhar os desajustados. Nessa época estava no governo do presidente Juscelino Kubitschek, com propostas de grandes investimentos na estrutura e desenvolvimento, financiado pelos Estados Unidos.

O destaque para o Serviço Social estava na influência da escola norte americana, Mary Ellen Richmond, do neotomismo junto ao positivismo e a prática profissional era baseada na experiência sem uma teoria científica. Nesse período, os Estados Unidos ofereceram bolsas de estudos para capacitação profissional com o intuito de operacionalizar as ações (racionalização profissional), de forma mecânica, alienada e sem questionamento (BONETTI et al., 2012).

Após a Segunda Guerra Mundial, iniciou-se a (re)construção mundial em favor da socialdemocracia. No que se refere à profissão, é possível apontar o Serviço Social de Comunidade, início da base científica, passando os limites do bloco católico, porém ainda com o caráter positivista, incorporando o discurso desenvolvimentista: “se o Estado cresce, a população também cresce”. Nessa época, o Serviço Social também começa a frequentar os congressos, o que o aproximou de uma posição mais crítica, mesmo que a neutralidade ganhasse como posicionamento (FREITAS & RIBEIRO, 2014, p.43).

Em 1947, houve a aprovação do primeiro código de ética do Serviço Social pela Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) no qual dizia “moral ou ética caracterizada como a ciência dos princípios e das normas que se devem seguir para fazer o bem e evitar o mal” (BONETTI et al., 2012, p.28).

Na década de 1960, houve o aumento das lutas das classes trabalhadoras e, em 1964, ocorre o golpe contrarrevolucionário, no Brasil e toda América Latina, uma das maiores expressões do comando dos Estados Unidos no Brasil, contra a mobilização dos trabalhadores para um levante dos partidos de esquerda.

Este período chamado de contrarrevolução preventiva por José Paulo Netto (2005) desencadeou para a ditadura militar no Brasil e disseminou a ideia de “Anos Dourados” necessária para o desenvolvimento do país, com o apoio da mídia que teve um papel fundamental para implantação das ideias ditatoriais. Nesse período, o Estado manteve os interesses a favor da burguesia, e as expressões da questão social continuavam a serem vistas como caso de polícia (NETTO, 2005).

A tomada de poder pelos militares, em abril de 1964, teve como objetivo prevenir a disseminação de ideias comunistas, e garantir a hegemonia do poder

capitalista, como uma forma de controle, disciplina, repressão. O governo comandado por militares procurou adequar o capitalismo nacional aos padrões internacionais, com a concentração do poder nas mãos da burocracia civil e militar e acabou minando as tendências ou os movimentos revolucionários pela força.

O Serviço Social ainda trabalhava de forma conservadora e não reflexiva. Entretanto, a pressão conservadora não impediu o começo da reformulação do Serviço Social e o questionamento à questão social (NETTO, 2009).

O lado positivo foi a aproximação do Serviço Social com a classe trabalhadora, início do questionamento profissional. A visão de comunidade começa a ser questionada. Entre o final de 1950 e começo de 1960, inicia-se o Movimento de Reconceituação em toda América Latina.

José Paulo Netto (2005) descreve o Movimento de Reconceituação a partir de três eixos: a modernização do Serviço Social, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

O Serviço Social, nesse momento, rompe com a visão de separar a teoria da prática, liberta uma prática reflexiva e questionadora, compreende a história da profissão e questiona seu posicionamento. Entende que o Estado está a favor do Capital, e começa a exigir que o Estado atenda às necessidades da população. Apesar do caráter repressor do período ditatorial, ela possibilitou caminhos para a classe subalterna lutar pelas suas condições, fortalecendo a organização de luta de classes (IAMAMOTO, 2009).

As décadas de 1960 e 1970 foram marcos para manifestações políticas revolucionárias e os assistentes sociais voltaram a revisar suas bases teóricas e referenciais éticos (NETTO, 2009).

Em 1957, é aprovada a Lei de Regulamentação da profissão no Brasil e seu decreto em 1962. Logo em seguida, foram organizados os conselhos (Conselho Federal de Assistentes Sociais - CFESS e os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais - CRESS) responsáveis por fiscalizar o exercício profissional.

Os conselhos seguiram o mesmo conservadorismo profissional da época, eram responsáveis por inspecionar e cobrar as taxas dos profissionais inscritos e tal conservadorismo também estava presente nos Códigos de Ética de 1965 e 1975, apesar de ter havido mudanças e já trazerem em seu bojo uma modernização do conservadorismo (BONETTI et al., 2012).

Em meio a toda essa repressão da ditadura, acontece este momento importante para o Serviço Social ao potencializar o movimento de Reconceituação Latino Americano, início da articulação das bases para revisão das teorias. As Vertentes “modernizadora conservadora” e “renovação do conservadorismo”, modernização das técnicas e métodos sem o questionamento, mas já a vertente “intenção de ruptura” foi o marco do Serviço Social no contato com a teoria marxista, fundamental para o amadurecimento teórico-metodológico da profissão, e um novo posicionamento crítico sobre a questão social (CASTRO, 2003).

A vertente modernizadora tem seu auge na segunda metade dos anos 1960, expressa nos documentos de Araxá e Teresópolis, constituindo-se o esforço para adequar o Serviço Social à autocracia burguesa, às exigências do capital, defendendo a manutenção da ordem societária (CASTRO, 2003). O Serviço Social deveria se envolver de maneira a fortalecer o processo de desenvolvimento e com seus referenciais e instrumentos deveria contribuir com a ordem sociopolítica instituída com a Ditadura Militar. Essa perspectiva incorpora a teoria e continua a sustentar o modelo conservador. A partir de meados dos anos 1970, a hegemonia dessa perspectiva se enfraquece junto com a crise da autocracia burguesa (NETTO, 2008).

A vertente de reatualização do conservadorismo ocorreu na segunda metade dos anos 1970, buscou a vinculação da prática do Serviço Social às dimensões da subjetividade, com intervenção individualista, o Serviço Social no psicossocial (YAZBEK, 2009).

Segundo Bastos (2013) esse foi um período marcado pelo pensamento ligado à fenomenologia, que é pautado em uma compreensão dos problemas sociais como meramente individuais e sem qualquer vinculação com a realidade macrossocial. Ou seja, não enxerga o indivíduo como um produto do meio, analisando as expressões da questão social como problemas individuais.

No Brasil, o questionamento da ética tradicional não foi objeto de todas as vertentes que emergiam desse processo, visto que ele só se expressou em 1986 na formulação do Código de Ética, impulsionado pela corrente que procurou romper com o tradicionalismo do Serviço Social. (BARROCO, 2008, p. 40)

A autora afirma que tanto a vertente “modernizadora conservadora” como a vertente “renovação do conservadorismo” não tratavam a ética como assunto

relevante e importante para a profissão, pois em ambas não havia o rompimento do conservador, não relacionava a ética ao antagonismo do sistema capitalista e suas expressões nas desigualdades sociais, não havia um posicionamento a favor da classe trabalhadora.

A década de 1970 para 1980 marca um importante momento na evolução do Serviço Social, na luta contra o conservadorismo, que servira de base para a formulação do projeto ético-político. Os anos 1980 e 1990 foram essenciais para o Serviço Social crítico brasileiro com a adoção do referencial marxista e ruptura do conservadorismo, marcado pela produção teórica, reconhecimento da pesquisa e inserção do espaço interdisciplinar (NETTO, 2009).

A vertente caracterizada pela intenção de ruptura teve seu marco nos anos 1980, e o Serviço Social propôs romper com a herança teórica metodológica do pensamento conservador para uma compreensão histórica da realidade social, abrindo espaço para a crítica e o questionamento da profissão contra o conservadorismo. Mesmo com essa inserção na perspectiva marxista, ainda não ocorre a ruptura total das vertentes anteriores, que permeiam a profissão até os dias de hoje (IAMAMOTO, 2009).

Em 1975, ocorre a reformulação do Código de Ética do Serviço Social mantendo a herança moral do Código de Ética de 1947, e não houve mudanças significativas. Em 1979, o “Congresso da Virada” possibilitou o questionamento das bases do Serviço Social e a necessidade da construção de um novo projeto ético-político, com a mobilização de profissionais e estudantes de Serviço Social (NETTO, 1996).

A partir da década de 1980, ocorreu a abertura política do Brasil, avanços da democracia, da compreensão da teoria marxista, a favor da classe trabalhadora. Em 1986, houve a construção de um novo Código de Ética do Serviço Social que colocava a profissão a favor da classe trabalhadora, focada no conhecimento crítico para superação da questão social, porém ainda existia o problema da ética subordinada à política, ou seja, o Código de 1986 era insuficiente e apresentava dificuldades no cotidiano profissional (BONETTI et al., 2012).

Na década de 1990, o tema da ética surge em publicações, debates e na mídia. A promulgação de documentos normativos garantiu os direitos e os deveres profissionais, sendo que os principais documentos que validaram a profissão contra o assistencialismo, o clientelismo e o conservadorismo foram a Lei de

Regulamentação da Profissão de 1993, o Código de Ética Profissional de 1993 e as Novas diretrizes Curriculares de 1996 (FREITAS & RIBEIRO, 2014).

A intervenção profissional adquire novas formas para combater o desrespeito, violência, perda de direitos, privatização do público e desemprego e constrói novo projeto ético-político preocupado com a classe trabalhadora em uma sociedade que seja justa e igualitária (NETTO, 2005).

Em 1993, foi aprovado o Código de Ética do Serviço Social que sofreu as influências da Constituição Federal de 1988 por meio do comprometimento com os usuários. Um instrumento importante para o amadurecimento político diante dos desafios de uma sociedade capitalista, e também um mecanismo de defesa dos Assistentes Sociais com o respaldo jurídico (BARROCO, 2008). O desafio está em distinguir as contradições da lógica do capital e o Código de Ética, pois ambos disputam os mesmos espaços dentro de uma realidade que o Assistente Social atua diariamente.

[...] necessário um conhecimento sobre a validade histórica e atualidade do projeto ético-político profissional e refletir eticamente sobre o cotidiano profissional e sobre quais situações nos convocam à resistência e à luta nos dias atuais [...] (BARROCO, 2008, p.15).

A profissão é conduzida pela democracia, ética, política, cidadania, competência (teórica e prática) e apropriação dos instrumentos, além das rotinas profissionais. Assim, o Serviço Social passa a ser visto como profissional que realiza o planejamento e a gestão de programas e políticas, mesmo com as dificuldades impostas pelo Estado mínimo (projetado pós década de 1990 com o advento do neoliberalismo).

O compromisso da profissão com base no seu Projeto Ético Político, Código de Ética e seus onze princípios fundamentais está na busca da construção de uma nova ordem societária. Assim, a necessidade de profissionais voltados aos interesses reais da população para a concretização da democracia e justiça de direitos, que elimina as formas autoritárias e tradicionais de gestão pública com participação da sociedade, estimulando o diálogo de sociedade civil e Estado. (YAZBEK, 2009).

A dimensão educativa está relacionada a todas as outras dimensões do Serviço Social, teórico-metodológica, técnico-operativa, ético-política,

caracterizando-se como uma profissão de caráter político, mas também pedagógico e que possui uma intencionalidade.

1.3 Referenciais teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do trabalho profissional do Assistente Social

Os referenciais teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão de Serviço Social devem ser compreendidos e analisados sempre de forma conectada e entrelaçada. Ou seja, não é possível compreendê-los isoladamente, mas sim intrinsecamente ligados para a garantia de um trabalho crítico e comprometido.

O saber técnico deve estar todo o tempo em consonância com os princípios ético-políticos da categoria profissional, para desta forma alcançar a qualidade dos serviços prestados de forma a atender as demandas antagônicas que são inerentes à atuação profissional dos assistentes sociais.

Essas dimensões articuladas entre elas compõem o corpo material do projeto ético político profissional que, como foi dito, deve ser compreendido como uma construção coletiva que, como tal, tem uma determinada direção social que envolve valores, compromissos sociais e princípios que estão em permanente discussão exatamente porque participante que é do movimento vivo e contraditório das classes na sociedade. O sucesso do projeto depende de análises precisas das condições subjetivas e objetivas da realidade para sua realização bem como de ações políticas coerentes com seus compromissos e iluminadas pelas mesmas análises (REIS, 2013, p. 55).

Algumas constatações devem ser salientadas quando se trata das dimensões do trabalho profissional do assistente social. Não se pode perder de vista que a intervenção profissional do Serviço Social é constituída de diversas dimensões que, conectadas, estão entrelaçadas – teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa - que compreendem uma “relação de unidade na diversidade” (SANTOS, 2013, p. 2).

A dimensão técnico-operativa é aquela através da qual se expressam as demais dimensões. Ou seja, é na dimensão da prática – onde os instrumentos e

técnicas interventivas são constitutivos - que irão se materializar as demais dimensões.

Destacamos três dimensões da intervenção profissional as quais são confluentes aos autores no debate do campo profissional: a teórico-metodológica; a ético-política e a técnico-operativa. Essas dimensões encontram-se presentes nas diferentes expressões do exercício profissional: formativa, investigativa, organizativa e interventiva (SANTOS, 2013, p. 3).

A partir da década de 1980 e as novas condições sociais e históricas que estão em processo no decorrer do século XIX, uma análise da profissão inscrita na divisão sócio técnica do trabalho foi amplamente incorporada pela categoria profissional.

Dessa forma, o foco privilegiado no trabalho e também na sociabilidade no modo de produção capitalista serve como subsídio para uma reflexão mais aprofundada sobre o exercício profissional dos assistentes sociais (IAMAMOTO, 2009). Torna-se relevante assinalar e reconhecer que a hegemonia das análises de caráter histórico-crítico ganha novos contornos e progressivamente assume a liderança no debate acadêmico, intelectual e profissional no campo do Serviço Social a partir da década de 1980.

Tal percurso é socialmente tributário das lutas acumuladas pela conquista do Estado de Direito e do aprofundamento do processo de democratização da vida social da sociedade e do Estado -, capitaneada pelos movimentos das classes trabalhadoras sob liderança do operariado industrial, que abarca a economia, a política e a cultura. Encontra-se aí o alicerce sociopolítico que tornou socialmente possível e viável o deslocamento das interpretações de cunho estrutural-funcionalista da cena principal do debate profissional, alargando espaços para vertentes histórico-críticas no universo do Serviço Social (IAMAMOTO, 2009, p. 2012).

É imprescindível, conforme aponta Iamamoto (2009), propor um diálogo no campo político-profissional buscando o fortalecimento e o aprimoramento do projeto profissionalmente compartilhado. Para tal, é necessário recorrer ao amplo campo da tradição marxista que perpassa os escritos de autores como Marx, Lukács e Gramsci, inspirando-se assim nessa teoria social crítica para compreender e analisar a atuação do profissional de Serviço Social de forma crítica e historicamente situada.

Compreende-se que a renovação crítica pela qual passou o Serviço Social voltada aos fundamentos da profissão em suas dimensões “históricas, teórico-

metodológicas e éticas” são fundamentais para uma compreensão sob diferentes ângulos da profissão na divisão social e técnica do trabalho e, sobretudo, em sua dimensão ética (IAMAMOTO, 2009, p.213).

Outra questão a ser considerada diz respeito à literatura que busca sedimentar a lógica que rege o trabalho do Serviço Social enquanto um trabalho concreto, e isso se dá baseado em focos distintos que remontam à própria origem da profissão que se situa historicamente conectada à expansão do capitalismo monopolista e o “sincretismo” (NETTO, 2005).

Cabe ao Assistente Social buscar sempre agir politicamente no intuito de conquistar espaços para participação e controle social democrático em prol da conquista de direitos, visando romper com a ideia do profissional conservador meramente executivo. É fundamental que adote uma práxis propositiva, crítica e transformadora da realidade, concretizada mediante a denúncia constante das desigualdades, buscando assegurar direitos e ampliar espaços que permitam à classe trabalhadora movimentar-se rumo à emancipação (FREITAS & RIBEIRO, 2014, p. 12).

O assistente social é um profissional de nível superior, regulado por Código de Ética próprio, tendo um conselho nacional - CFESS e CRESS, regulamentados pela Lei 8.662/93. Ainda de acordo com Almeida e Alencar (2011, p. 142) os profissionais de Serviço Social independente do campo ou área em que estejam inseridos têm como base para sua atuação seu conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operacional, assim dando suporte ao seu exercício profissional. Por essa razão continuam os mesmos autores:

As ações profissionais são determinadas pelas dinâmicas do mundo do trabalho, do Estado e da sociedade civil que impactam sobre as formas de regulação do mercado de trabalho profissional, já que o Estado, além de ser seu maior empregador, tem uma função destacada nos processos de formulação e operacionalização das políticas públicas (ALMEIDA & ALENCAR, 2011, p. 142).

O Estado utiliza as políticas públicas como forma de enfrentamento sobre as expressões da questão social. O assistente social tem como uma das suas funções mediar as necessidades advindas do Estado e a sociedade. Desse modo, esse profissional utiliza as políticas públicas como espaço profissional, atuando na garantia dos direitos sociais, conforme previsto em seu Código de Ética.

Há um discurso que o Serviço Social se configura em caráter contraditório, pois ao mesmo tempo em que trabalha junto à sociedade na luta pela garantia dos

direitos sociais previstos na Constituição Federal, por outro lado, sendo o Estado seu maior empregador, o profissional atende as suas exigências. A autonomia do assistente social, expressa em seu Código, torna-se relativa a esta contradição.

De acordo com Almeida e Alencar (2011, p. 147), dentro do campo profissional, em alguns contextos, os assistentes sociais participam de equipes multiprofissionais, realizando atendimento interpessoal e interdisciplinar com o usuário. Assim, a visão e avaliação sobre aquele indivíduo tornam-se integral e ampla, contemplando e compreendendo de maneira mais qualificada a demanda trazida.

Os atendimentos aos usuários necessitam estar permanentemente pautados nos onze princípios fundamentais da profissão, que estão enumerados e desenvolvidos no Código de Ética de 1993. Esses são os princípios norteadores do ponto de vista ético-político da profissão de Serviço Social e devem ser concretizados e materializados na dimensão técnico-operativa, ou seja, no trabalho profissional dos assistentes sociais. A liberdade como valor ético central deve pautar toda a intervenção profissional da categoria, servindo como apoio para que todos os outros princípios fundamentais sejam de fato colocados em prática no cotidiano dos espaços sócio ocupacionais onde os assistentes sociais estão inseridos.

Pode-se afirmar que cabe aos assistentes sociais, no desempenho do seu exercício profissional, eliminar todas as formas de preconceito, sendo ele de cor, raça, gênero, religião, orientação sexual, etnia, entre outros. Entretanto, este movimento deve estar integrado também juntamente com a participação dos demais profissionais e com foco na população atendida.

Dessa forma, a articulação entre as categorias culmina no progresso sobre a garantia dos mais diversos direitos sociais, na qualidade do serviço prestado e no avanço de uma nova ordem societária. Diante destas considerações, estão expressos no Código de Ética do assistente social, os onze princípios fundamentais, dentre eles, foram destacados, como dever do profissional de Serviço Social, no desenvolvimento da sua atuação profissional:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do

aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (BRASIL, 2012, p. 23-24).

Compete ao Serviço Social, articulado com outras categorias, promover ações e estratégias que fortaleçam as políticas sociais e públicas, demarcando o posicionamento de luta a favor da classe trabalhadora em todos os âmbitos em que atua e em todos os espaços sócio-ocupacionais, enquanto profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho. Cabe lembrar que tais princípios estão voltados para universalidade e integralidades dos serviços sociais prestados, sendo eles ofertados em caráter gratuito e de forma igualitária. De igual modo, tais lutas dessa categoria devem estar de acordo com projeto ético-político profissional e os princípios destacados acima.

A Lei de Regulamentação da Profissão estabelece, no art. 4º, como competência ao assistente social: “V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos” e “VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais” (BRASIL, 2012, p.41).

Sob o mesmo ponto de vista, cabe ao profissional de Serviço Social no pleno exercício do seu trabalho realizar entrevistas, visitas domiciliares ou outras formas de conhecer o local em que esteja inserido para conhecer a sua população usuária. Igualmente, o assistente social após ter explorado seu território irá trabalhar de maneira mais efetiva e com resultados naquele local, considerando as reais necessidades do seu campo. Logo, atuará nos movimentos juntos aos trabalhadores sobre a garantia de direitos, sendo eles sociais, dentre outros.

Compreende-se como atendimento direto no Serviço Social as ações socioassistenciais, ações de articulação interdisciplinar e ações socioeducativas. Nesse sentido, as ações não ocorrem de maneira isolada, elas integram o processo do trabalho coletivo do assistente social nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, sendo ambas complementares e indissociáveis (CFESS, 2010, p. 42).

Um ponto fundamental a ser considerado diz respeito à dimensão da interdisciplinaridade como exigência no mundo do trabalho contemporâneo e isto, evidentemente, atinge o Serviço Social, assim como todas as outras categorias profissionais inseridas na divisão sociotécnica do trabalho. A lógica da ampliação dos lucros do modo de produção capitalista já colocou como exigência não apenas especialização, mas também a chamada superespecialização dos trabalhadores.

[...] O conhecimento não tem como ser produzido de forma neutra tendo em vista que as relações que ele tenta apreender não são neutras (GOMES, 2006, p. 12).

É neste âmbito que se torna possível perceber que a dimensão da interdisciplinaridade no que concerne à produção do conhecimento se configura como uma necessidade imposta a todos, no entanto, por outro lado, se configura enquanto um problema, pois se pauta na materialidade das relações próprias do modo de produção capitalista. As profissões contemporâneas inseridas na divisão sociotécnica do trabalho, historicamente construídas no âmbito do modo de produção capitalista são essencialmente pré-determinadas por saberes diversos e que são necessariamente disciplinares, ou seja, são previamente adquiridos através da formação que antecede a inserção profissional, sendo portanto, um saber formal necessário à execução de determinadas tarefas e funções atribuídas socialmente àquelas profissões.

No sentido mencionado anteriormente, o conhecimento e o trabalho, tanto possuem potencial de transformar as grades curriculares das escolas e universidades, para que a busca por um “melhor profissional” do ponto de vista do mercado de trabalho seja construído. Frigotto (2008) afirma que o trabalho interdisciplinar é, de um lado, uma necessidade, mas por outro também pode ser considerado como também um problema. Do ponto de vista dialético trata-se sem dúvida de uma vantagem e algo positivo, pois se conecta com o caráter dialético da realidade social que é, por sua vez, ao mesmo tempo singular e variável no que

concerne à natureza intersubjetiva com que essa realidade é apreendida e interpretada pelos sujeitos que estão nela inseridos e também intervindo nessa realidade com o intuito de transformá-la de alguma forma, como é o caso dos assistentes sociais.

Em relação à inserção do assistente social em equipes multiprofissionais, o profissional de Serviço Social poderá atuar como um mediador entre os usuários e a equipe em relação aos determinantes sociais. Visto que o respeito à diversidade está expresso no princípio IV do Código de 1993.

O assistente social, através de uma abordagem socioeducativa com o usuário e/ou a família, poderá “socializar as informações em relação aos recursos sociais existentes e viabilizar os encaminhamentos necessários”. Desse modo, o mesmo poderá articular junto à equipe multidisciplinar, promovendo assim, o desenvolvimento da humanização dos serviços, pautado na centralidade dos usuários na construção coletiva dos serviços ofertados (CFESS, 2010, p. 49-52).

É atribuição do assistente social, destacado acima, atuar em ações de caráter socioeducativo, como maneira de informar os usuários acerca dos direitos sociais. Sendo assim, a ação pode se dar em caráter explicativo, elucidativo onde, a partir das atividades com materiais como folhetos, vídeos, cartilhas e outros, propicie ao usuário compreender seus direitos sociais.

O assistente social tem seu maior empregador no Estado e, atualmente, nos diversos equipamentos públicos e na rede socioassistencial da Política de Assistência Social. Assim, entende-se que é necessário discutir a proteção social a partir da elaboração/aprovação da Política de Assistência Social, como marco referencial no Brasil (situando histórica, política e economicamente) e como se dá o trabalho do assistente social.

Destaca-se que ainda há a preocupação no trabalho do Serviço Social com a emancipação dos sujeitos sociais atendidos. Entretanto, é necessário questionar: é possível a emancipação? Qual emancipação?

O Serviço Social sempre exerceu uma ação eminentemente educativa, destacando assim a dimensão socioeducativa da profissão.

1.4 Pedagogia na perspectiva Emancipatória frente às expressões da questão social

Como já descrito anteriormente, na década de 1960, o Serviço Social contrapunha dois projetos profissionais distintos, um voltado ao conservadorismo, com um discurso de industrialização e com influências internacionais e outro com caráter emancipatório dos sujeitos, preocupado e pautado nas necessidades dos indivíduos.

De acordo com Abreu (2011), a chamada “função pedagógica” é caracterizada principalmente “por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática” (ABREU, 2011, p. 17).

Dessa forma, pode-se compreender que a intervenção e a prática profissional do assistente social necessariamente se dão a partir de um determinado papel de mediador que se materializa no contato direto com a subjetividade dos usuários. Por isso, é possível afirmar que esse contato direto se configura enquanto o campo privilegiado onde é possível situar “função pedagógica” da intervenção profissional e possibilitar a aproximação e o reconhecimento das mais diversas demandas da população usuária.

De acordo com a análise realizada por Gomes (2009), ao longo da história, essa função pedagógica dos profissionais de Serviço Social é demandada pelo capital e pelos contratantes da força de trabalho do Serviço Social justamente em busca de controle e consentimento da sociedade no que se refere à produção e reprodução social no âmbito do modo de produção capitalista e a exploração capital-trabalho, qualificada por Abreu (2011) como a pedagogia da ajuda e pedagogia da participação.

Aqui se pode destacar as pedagogias distintas e utilizadas durante o período de construção do trabalho do Serviço Social, para uma melhor compreensão do título apresentado, bem como uma nota explicativa de como a função pedagógica se desenhou para atender as necessidades da classe hegemônica.

Inicia-se com a pedagogia da ajuda¹, que consiste em práticas paternalistas, conservadoras e moralizantes, com a firme negação dos interesses das classes

¹ Abreu (2011a, p. 92) “[...] combinação entre processos persuasivos e coercitivos para obter a

subalternas, e fortalecimento das forças produtivas do capital. Nesse período, a culpabilização aos sujeitos era uma prática constante, bem como de conformação dos sujeitos à ordem capitalista.

A pedagogia da ajuda exaltava a parte individual e nela colocava a culpa dos problemas, o indivíduo era desvalorizado, sem autonomia, sem direitos, sem emancipação, algo descartado, era necessário ajustar o indivíduo no mundo por meio de tratamentos, com ações persuasivas e coercitivas, porém a “ajuda” só contribuía para o trabalhador permanecer na mesma situação sem perspectiva de melhora, levava ao conformismo social (BONETTI et al., 2012).

A questão social era interpretada como resultado dos desajustes individuais, constituindo em problemas morais, sob a psicologização das ações sociais e mistificação das relações sociais, a naturalização da vida social como condição inerente incapaz de mudança, o conformismo mecanicista em funções repressoras disfarçadas para o não questionamento, a combinação coercitiva e persuasiva e o fetichismo do capital.

A ajuda ao indivíduo consistia em ajustar ao mundo por meio de tratamento, era o pensamento burguês “todos os problemas podem ser resolvidos caso o sujeito não se acomodasse”, a dimensão individual é exaltada por colocar a culpa dos problemas nos indivíduos e diminuída por ao mesmo tempo desvalorizar o indivíduo (PIANA, 2009).

Entre os anos de 1940 e 1970, o procedimento educativo, pautado em uma ideologia desenvolvimentista modernizadora² voltou-se para a pedagogia da participação, com o propósito de alavancar o capitalismo, o qual passava por crise. O Brasil passou a receber colaboração internacional e a propor a participação de todos para levantar o país em causas de combate à pobreza. Essa pedagogia reatualizou a pedagogia da ajuda, com características de continuidade de um Serviço Social tradicional, reforçando a alienação dos sujeitos.

A pedagogia da participação por meio do Desenvolvimento de Comunidade possuía a perspectiva que uma sociedade desenvolvida é uma sociedade moderna, transformando a cultura popular em cultura em massa, a pedagogia (metodologia)

adesão e consentimento das classes subalternas ao novo reordenamento da sociedade capitalista”.

² Abreu (2011a, p. 106) “[...] vincula-se a uma concepção de desenvolvimentismo fundado na chamada teoria da modernização. Esta teoria explica o subdesenvolvimento como um estágio de transição entre tempos históricos distintos, correspondentes a padrões socioculturais constitutivos de polos atrasados e modernos presentes em uma sociedade”.

do Serviço Social mudou, mas manteve a mesma fundamentação, não reconhecendo os desdobramentos da questão social, reforçando a lógica do capital dentro da comunidade e a naturalização da questão social, a atenção que era individual passa a ser a comunidade, a ideia de que as mudanças eram necessárias acabaram por interiorizar nas pessoas, mesmo que não tivesse esse lado positivo para o trabalhador (BONETTI et al., 2012).

O Movimento de Reconceituação propõe a pedagogia emancipatória por meio de uma perspectiva de participação, dando início à crítica interna do Serviço Social, um novo caminho na forma de atuação, em contato com a teologia da libertação, Paulo Freire e as comunidades eclesiais de base. Trata-se também do início da leitura crítica da profissão e das reais causas dos problemas sociais, diferente da psicologização das relações sociais para a politização das relações sociais (MOTA, 2013).

Por outro lado, na contemporaneidade, emergem na profissão outras práticas consideradas pedagógicas e que se encontram fortemente vinculadas aos interesses da classe trabalhadora, “fundadas nas conquistas emancipatórias da classe trabalhadora e de toda a humanidade – base do projeto ético-político profissional alternativo do Serviço Social, consolidado nos anos de 1980 e 1990” (ABREU & CARDOSO, 2009).

Abreu (2011) assinala que a base da chamada “pedagogia da emancipação” é formada por diversos aspectos que se relacionam em certa medida com a noção de solidariedade, assim como de certa ideia de colaboração no que se refere às classes populares e subalternizadas. Não se trata de uma ótica pautada nas noções de filantropia, caridade ou ajuda, o que remeteria a um passado que equivale às protoformas do Serviço Social, em sua gênese conectada com a Igreja Católica.

A noção aqui colocada de solidariedade diz respeito a uma solidariedade de classe, que reconhece as desigualdades sociais como produtos do modo de produção capitalista e suas explorações e desigualdades fundantes, ou seja, permeada pela compreensão de que não se trata de culpabilização dos sujeitos pela pobreza, mas sim de desigualdades produzidas social e historicamente de um modo de produção pautada na desigualdade social e na ampliação dos lucros das classes dominantes.

Não se trata de uma ótica pautada nas noções de filantropia, caridade ou ajuda, o que remeteria a um passado que equivale às protoformas do Serviço Social, em sua gênese conectada com a Igreja Católica.

Os aspectos envolvem mobilização, capacitação e a organização dessas classes, indicando uma direção que se conecta com a intenção de ruptura em relação à intelectualidade e moralidade do capitalismo, na busca da construção de uma nova ordem societária livre de exploração de classes e outros tipos de exploração.

O perfil pedagógico emancipatório tem num primeiro momento uma intervenção profissional que negava os espaços institucionais, caracterizando-os como meros espaços de reprodução da lógica do capital, priorizando esferas mais estratégicas da sociedade civil, tal como o partido político. Assim, os primeiros trabalhos em comunidades foram marcados pelo pragmatismo e voluntarismo (ABREU, 2011, p. 45).

A emancipação enquanto horizonte profissional determinante e presente no projeto ético-político do Serviço Social deve orientar a prática e a conduta profissional em todas as instâncias e espaços sócio-ocupacionais. Dessa forma, é preciso compreender a importância do caráter pedagógico da atuação dos assistentes sociais no que se refere ao seu papel de mediador e comprometimento com os interesses da classe trabalhadora, da qual ele mesmo faz parte como trabalhador assalariado.

Dentro dessa perspectiva de pedagogia emancipatória, se faz necessário refletir quanto ao posicionamento político e ideológico do assistente social frente a uma pedagogia nos moldes do Estado de Bem-Estar, a qual apontou avanço nos direitos sociais, mas não rompeu com um projeto societário do capital, pois as desigualdades e as mazelas que os sujeitos enfrentam, estão postas no cenário contemporâneo da sociedade capitalista que não permite a emancipação humana, mas permite uma “possível” emancipação política.

Nos estudos teóricos de Marx, compreende-se que a emancipação humana é demarcada pelas contradições das relações sociais capitalistas, através da práxis coletiva entre os sujeitos, ocasionando o rompimento com o projeto societário do capital, sendo esta, uma emancipação política, social e econômica. Para Marx, somente a emancipação política dos sujeitos não é uma emancipação de fato, existe um limite nessa concepção, visto que as bases estruturais e concretas do sistema capitalista precisam ser rompidas, através de uma revolução impulsionada pelo proletariado. A emancipação

política é considerada uma etapa, porém, não ainda uma emancipação humana (GIAQUETO et al., 2015, p. 2).

A emancipação política, portanto, considerando os estudos de Marx, não deve ser confundida com a emancipação humana em sua potencialidade. Isso significa dizer que o Estado pode se configurar enquanto um Estado livre, nos moldes do modo de produção capitalista sem, no entanto, garantir que o homem seja de fato livre. Essa discussão é importante no contexto do Serviço Social principalmente porque o princípio norteador do Código de Ética profissional se concentra no conceito de liberdade como um valor ético central para a categoria, o que significa dizer que a liberdade deve ser considerada como o eixo norteador de toda a ética e conduta do profissional dessa área.

Algumas ações para o alcance da emancipação política e social podem ser citadas, a fim de compreender os pensamentos de assistentes sociais que comprometidos lutam coletivamente pelas classes subalternas, dentre essas ações estão a socialização dos saberes, a publicização das informações e as reflexões críticas.

Há, no entanto, uma discussão necessária a ser realizada neste contexto e se trata das possibilidades de uma Pedagogia da Emancipação Humana no que se refere ao trato das mais diversas expressões da questão social – aqui compreendida como as refrações da questão social que se configura enquanto um conjunto de desigualdades que tem sua raiz na exploração capital-trabalho do modo de produção capitalista.

Assim, se por um lado compreende-se que a plena emancipação humana, conforme indicam os estudos e análises de Karl Marx, só seria viável a partir da construção de um modo de produção e modelo de sociedade que não se baseie na exploração de uma classe sobre a outra, é possível elaborar algumas reflexões sobre uma pedagogia que preze pela emancipação dos indivíduos no cotidiano profissional dos assistentes sociais, ainda que limitados pelo próprio modo de produção e ordem societária na qual estão inseridos.

É necessário destacar que, historicamente, a função pedagógica dos profissionais de Serviço Social está atrelada às demandas do Estado pela produção de consentimento, ou seja, em certa medida este caráter educativo e pedagógico está conectado inicialmente aos interesses do Estado e do capital no que concerne ao controle social. Apesar disso, nas últimas décadas, a dimensão pedagógica da

prática profissional dos assistentes vem sendo rediscutida, ainda que nos marcos da sociedade capitalista, como um princípio que pode e deve estar a serviço das classes subalternas, considerando o comprometimento ético-político do Serviço Social em relação à classe trabalhadora e a defesa de seus interesses.

Assim, a função pedagógica do Assistente Social se desenvolve no marco das práticas educativas formadoras da cultura, que na perspectiva gramsciana representa a relação entre a racionalização da produção e do trabalho e a formação de uma ordem intelectual e moral, sob a hegemonia de uma classe, consubstanciando o princípio educativo, reelaborado por Gramsci na direção da constituição de um amplo processo de superação da racionalidade capitalista pelas classes subalternas e instauração de uma nova sociabilidade, caracterizando cultura como as atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir (ABREU & CARDOSO, 2009:1).

Pode-se concluir, em certa medida, que esta função pedagógica do Serviço Social, intrínseca ao seu trabalho profissional junto aos interesses da classe trabalhadora, no entanto, enquanto um mediador do Estado, está espraiada em todos os âmbitos e aspectos da intervenção profissional. É fundamental ter a compreensão de que o assistente social, enquanto agente institucional e mediador de demandas antagônicas, precisa estar orientado pelo Projeto Ético-Político (PEPSS) construído coletivamente pela categoria profissional para que assim possa ser concretizada uma Pedagogia da Emancipação – mesmo que política, que preze principalmente pelos interesses das classes subalternas, e não esteja simplesmente a serviço das classes dominantes e da produção e reprodução do modo de produção capitalista.

Marilda lamamoto (2009), também baseada nas noções e concepções de Abreu, assinala diversas questões pertinentes no que diz respeito a essa discussão. A primeira diz respeito ao entendimento do profissional de Serviço Social como um “intelectual orgânico” vinculado aos interesses das classes subalternas, e conectado com um projeto de classe que preza pela construção de uma nova ordem societária livre de exploração de classe. De acordo com lamamoto (2009, p. 323),

[...] essa perspectiva reatualiza o debate oriundo dos anos 80, que torna fluidos os limites entre profissão e militância política revolucionária, pois equaliza inserções e dimensões diferenciadas vividas pelo assistente social, enquanto profissional assalariado e enquanto cidadão político, visto não ser a categoria politicamente homogênea, por tratar-se de uma especialização do trabalho na sociedade e não de uma atividade que se inscreva na arena da política stricto sensu.

Não se pode deixar de assinalar o caráter heterogêneo e, portanto, contraditório que permeia o exercício profissional do Serviço Social, pois é necessário ter clareza sobre como a mesma se localiza nos conflitos e no caráter de mediação do binômio capital/trabalho. Dessa forma, configura-se como uma premissa fundamental para qualquer análise.

Para Marilda Iamamoto (2009), a autora Abreu (2011) enfatiza a possibilidade de construção de uma atuação do Serviço Social que tenha um caráter socialista, ainda que nos moldes e determinado pelo Estado burguês. Compreende-se, desta forma, os espaços sócio-ocupacionais também vinculados a empresas e as diversas facetas da sociedade civil.

O projeto emancipatório passaria, portanto, por um estágio e momento histórico extremamente complexos, e que se configuram pelas marcas de fortes e consistentes desmobilizações dos mais diversos movimentos sociais populares, que são ocasionados por diferentes motivos. Há uma forte tendência de esvaziamento dos antigos espaços de luta dos movimentos populares brasileiros movidos por uma crescente desvalorização da atuação dos mesmos, que passa por um descrédito dos atos e reivindicações, conectados com um fracasso dos espaços democráticos e a incorporação dos sindicatos aos planos governamentais.

O caminho que o projeto emancipatório toma, é exemplificado por experiências como ouvidoria; orçamento participativo; renda mínima articulada à educação; balanços sociais; programas de qualidade de vida e de trabalho; fortalecimentos dos grupos subalternos direcionados à ampliação de direitos; denúncias da precariedade das condições de vida; e formas alternativas de produção e gestão das relações sociais [...] verifica-se uma distância entre a radicalidade da proposta de uma “pedagogia emancipatória” voltada à construção de uma sociedade socialista e a seleção das práticas profissionais acima citadas, como expressão daquela pedagogia (IAMAMOTO, 2009:326).

É importante ressaltar ainda que os processos históricos da categoria profissional, que envolvem também uma inicial aproximação a certo estruturalismo particular de Althusser e sua enviesada leitura marxista, acabaram por ocasionar alguns equívocos profissionais, tais como uma possível confusão entre intervenção profissional e militância, ou ainda certa compreensão de que os assistentes sociais estariam movidos por uma corrente teórica predominantemente baseada em horizontes utópicos, uma vez que a teoria marxista seria em certa medida incoerente e impossível de se conectar com a realidade concreta da prática profissional e

poderia terminar por levar a caminhos próximos a uma lógica messiânica, onde o profissional intervém movido por uma ótica salvacionista, que o coloca como o grande solucionador de problemas.

É necessário buscar estratégias para não compreender esses fenômenos através de uma ótica reducionista e que analise o profissional de Serviço Social de forma isolada, o que resultaria em uma visão messiânica, que historicamente vem sendo rechaçada pelos teóricos e profissionais do Serviço Social.

Frente às expressões da questão social, o capitalismo avassala a vida cotidiana da classe trabalhadora, no qual o trabalho se configura em precário, parcial, temporário, flexibilizado e informal, sem contar na desqualificação profissional e o aumento do desemprego, destruindo a regulamentação dos direitos da classe trabalhadora, conquistados a partir de lutas advindas dos movimentos sociais.

A relação Estado e sociedade apresenta transformações, após a crise econômica que se instala no país a partir de 1990, sendo inúmeros os rebatimentos que o ideário neoliberal causou nas políticas públicas e nos espaços ocupacionais do serviço social, atingindo sua atuação, podendo voltar-se a uma pedagogia tradicional e também à vida dos sujeitos que sofrem com as desproteções das políticas neoliberais e com os direitos violados.

Abreu (2011) pontua que o reordenamento do capital, com a chegada do neoliberalismo, faz surgir uma nova racionalidade, que não está somente voltada para a produção, mas também para as relações sociais emergentes, sendo a essência das relações o individualismo, tecnicismo, responsabilização e culpabilização dos sujeitos.

Algumas políticas públicas, podendo citar a Assistência Social³, passam a apresentar propostas de trabalho focalistas e seletistas, permitindo e impondo aos assistentes sociais atuações sem reflexão e burocratizadas, e que remetem a culpa de condição de vida dos sujeitos aos mesmos, com alta capacidade de responsabilização do seu contexto social, deixando de argumentar sobre os parâmetros de uma sociedade excludente e enraizada nas contradições do capital.

³ A política de assistência social foi traçada como exemplo por tratar-se do universo da pesquisa de campo do presente trabalho. Sendo abordada no capítulo 2.

Na atual conjuntura social, a vida dos sujeitos é invadida por determinantes capitalistas que influenciam na organização das classes sociais, advindas da questão social, enfraquecendo as classes subalternas, sendo indeclinável ao assistente social pautar-se no PEPS da profissão, promovendo novas reflexões qualificadas por meio da dimensão educativa da pedagogia de emancipação.

Para que a atuação do Serviço Social tenha resultados concretos, é importante pensar em ações que vão de encontro com a realidade apresentada pelos sujeitos, respeitando suas particularidades, possibilidades, história, necessidades e desafios, não os culpabilizando da realidade em que estão inseridos.

Portanto, uma pedagogia emancipatória aceita como possibilidade de intervenção espaços de lutas dos movimentos sociais, propiciando a garantia dos direitos e de espaços mais democráticos de cidadania.

2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Este capítulo tem a proposta de refletir e analisar a trajetória da Política de Assistência Social no Brasil. Diversos autores e pesquisadores do Serviço Social e também de áreas afins têm se debruçado sobre o tema nas últimas décadas no Brasil.

Apesar dos avanços, é notável a dificuldade de consolidação da Assistência Social como uma política pública e, de fato, um direito da população mais vulnerável. Assim, o que se percebe é que justamente por ser uma política voltada para as necessidades básicas dos cidadãos, esta política tem sofrido demasiadamente com ataques neoliberais e o processo de mercantilização/refilantropização que se acentua nos últimos anos no Brasil.

Essa, portanto, é uma questão que se coloca urgente e necessária para o Serviço Social contemporâneo e para tal é necessário compreender quais são as engrenagens que movem a Política de Assistência Social no país, assim como observar e analisar a trajetória dessa política social para compreender como está inserida na lógica neoliberal e o próprio modo de produção capitalista.

Conforme Yasbek (2006), o processo de refilantropização, conectado ao avanço neoliberal, vem sendo discutido nas últimas décadas como um dos empecilhos para a concretização da Assistência Social como direito da população, uma vez que se pauta em uma crescente transferência da responsabilidade do Estado para outros setores, como o chamado “terceiro setor”. É evidente que esta lógica perversa dificulta a consolidação da política como um direito da população e dever do Estado e representa um retrocesso, pois demonstra um retorno às lógicas da caridade, filantropia e ajuda que estão na gênese dessa política conforme diversos estudos e pesquisas apontam.

A Política de Assistência Social se configura enquanto uma resposta fundamental no que concerne às expressões mais latentes da questão social, fruto da exploração capital-trabalho fundante no modo de produção capitalista, que se constitui enquanto a matéria do Serviço Social. É através da Política de Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado que as expressões da questão social em suas mais diversas facetas e refrações podem ser amenizadas

concretizando o avanço na busca da construção de uma ordem societária menos desigual socialmente.

2.1 Trajetória histórica da Política de Assistência Social no Brasil

Para compreender a trajetória da Assistência Social enquanto política pública no Brasil, é necessário retomar um pouco de sua história que, na realidade, consiste em uma lógica de negação deste direito social. A Assistência Social durante muito tempo esteve relegada à dimensão da caridade e da ajuda, sendo, portanto, uma espécie de favor, em uma clara negação da lógica do direito. Assim, quando se passa a considerá-la direito (a partir da CF de 1988), há todo um processo de regulamentação que se coloca e passa-se a compreendê-la enquanto resposta do Estado frente às mais latentes expressões da questão social.

Analisar a especificidade/particularidade da política de assistência social no Brasil significa entender que estamos tratando de um objeto sócio histórico, econômica e geograficamente situado, e que, portanto, se está tratando de uma dada relação de forças sociais, econômicas e políticas que, no caso, constrói o formato do regime brasileiro de assistência social. Essa relação de forças é conjunturalmente mutável a partir da relação democrática entre sociedade, mercado, governo, estado, executivo, legislativo, judiciário. É importante ter presente que, embora a execução da política social esteja a cargo do executivo, seu alcance sob o regime democrático depende do Legislativo — pela construção de normas e aprovação orçamentária —, bem como do Judiciário, pelo ritmo que imprime, e opera a processualidade jurídica, em defesa dos direitos dos cidadãos (SPOSATI, 2011, 436).

No cenário brasileiro, a gênese da Política de Assistência Social está intrinsecamente associada às práticas clientelistas e regida por uma lógica filantrópica. Ainda que, na contemporaneidade, na promulgação de leis haja uma perspectiva de, em certa medida, superação dessa “cultura da ajuda” com a sedimentação da lógica regida pelo direito – ou seja, a Assistência Social compreendida como direito dos cidadãos e dever do Estado.

Para retomar a trajetória histórica da Assistência Social enquanto política pública, é necessário compreender que há um caminho que foi percorrido – e onde ainda há muito que se avançar – que vai da lógica da benemerência à lógica do direito. Para que seja possível apreender a atual conjuntura da Política de

Assistência Social no Brasil, é necessário retomar este campo histórico, político e social desde que diz respeito a sua gênese filantrópica até que se chega a certa ruptura com o reconhecimento desta enquanto direito.

Conforme aponta Oliveira (2005), durante um longo período histórico, a Assistência Social esteve em um lugar da não política, sendo regida exclusivamente pela lógica caritativa e do favor, ou seja, o cunho voluntarista e solidário eram as marcas desta Assistência Social em sua gênese.

Nessa lógica, a autora acrescenta que a assistência também esteve historicamente vinculada à religiosidade e conseqüentemente pressupunha a naturalização da pobreza. Na história da humanidade, a assistência aparece inicialmente como prática de atenção aos pobres, aos doentes, aos miseráveis e aos necessitados, exercida, sobretudo, por grupos religiosos ou filantrópicos. Ela é, antes de tudo, um dever de ajuda aos incapazes e destituídos, o que supõe uma concepção de pobreza enquanto algo normal e natural ou fatalidade da vida humana. Isto contribuiu para que, historicamente e durante muito tempo, o direito à Assistência Social fosse substituído por diferentes formas de dominação, marginalização e subalternização da população mais pobre (OLIVEIRA, 2005, p.25).

Segundo Yazbek (2006), esse aspecto foi historicamente trabalhado de forma pontual e inconsistente pelo poder público e, dessa forma, o próprio desenvolvimento e concretização da Política de Assistência Social foram profundamente marcados por ações movidas pela pontualidade e residualidade, sendo, portanto, regidos pela lógica compensatória e frequentemente desarticulada com o objetivo de atender às demandas somente de forma descontínua.

Assim, sem embasamento e formulação adequados, a Assistência Social visada exclusivamente o atendimento emergencial para os mais vulneráveis e miseráveis.

A Assistência Social tem dois pontos inauguráveis em sua história, o primeiro surge com a aprovação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) em 1937, o qual seus membros precisavam estar ligados ao serviço Social. O decreto que institui o CNSS apresenta uma redação, totalmente permeada no ajustamento social, amparo as pessoas, realização de inquéritos, além de se voltar a questão da pobreza e da miséria basicamente.

O segundo ponto ocorre na década de 1940, em meio a Segunda Guerra Mundial. A esposa do Presidente Getúlio Vargas assume a Legião Brasileira de Assistência (LBA), sendo esta a primeira “[...] intervenção do estado brasileiro

institucionalmente organizado” (BOSCHETTI, 2003, p. 42). Esta ação servia como uma espécie de assistência aos mais empobrecidos e, principalmente às famílias dos soldados, definido por Sposati (2005, p. 20) como uma ação social voltada como um ato de vontade e não direito de cidadania do apoio as famílias dos pracinhas.

Surge nessa época o então chamado primeiro damismo, que tinha na atuação das primeiras damas a partir de um modelo assistencialista, um papel estratégico e forjado na atenção do Estado frente aos problemas sociais, bem como de legitimar o poder mascarado de seus maridos governantes. Assim, a primeira dama devia atuar junto a população como defensora das causas sociais

De acordo com Yazbek (2006), a LBA foi formulada e pensada para atender às necessidades associadas à maternidade e também à infância. No entanto, as ações eram executadas meramente sob o ponto de vista paternalista e previa a prestação de auxílios meramente pontuais nos casos de emergências.

Após o fim da guerra, a LBA continua atuando como um órgão prioritariamente voltado para a assistência e o atendimento às famílias em condições de pobreza e miséria. É importante destacar que sempre permeou na entidade a lógica do primeiro damismo, que funcionava regida apenas pela noção caritativa e filantrópica e que acabava por servir como estratégia de valorização dos governantes.

.A LBA representou, dessa forma, “[...] a simbiose entre a iniciativa privada e a pública, a presença da classe dominante enquanto poder civil e a relação benefício/caridade x beneficiário/pedinte, conformando a relação entre Estado e classes subalternas” (SPOSATI, 1998, p. 46).

Nesse âmbito, é possível compreender que o surgimento e a consolidação da Assistência Social no Brasil foram profundamente marcados pela caridade e o clientelismo. Assim, a prática do favor foi bastante influenciada pela religião e também, mais tarde, pela presença governamental. Muitas décadas e muitas discussões foram necessárias para que se instaurasse, de fato, uma Assistência Social reconhecida e organizada como uma política pública e, portanto, marcada pela lógica do direito e não mais da caridade.

Faz-se importante destacar os objetivos básicos da LBA (art. 2 de seus Estatutos): 1. Executar seu programa, pela fórmula de trabalho em colaboração com o poder público e a iniciativa privada; 2. Congregar os brasileiros de boa vontade, coordenando-lhes a ação no empenho de se promover, por todas as formas, serviços de assistência social; 3. Prestar,

dentro do esforço nacional pela vitória, decidido concurso ao governo; 4. Trabalhar em favor do progresso do serviço social no Brasil. (IAMAMOTO, 2009, p. 250)

Mestriner (2001, p.16) afirma que, quando ainda se estava distante de concretizar o formato de política social, a Assistência Social foi durante um longo período baseada na ideia de doação de auxílios, sendo assim compreendida como uma maneira de tutela que, na prática, contribuía muito mais para a reprodução da pobreza e da desigualdade social brasileira do que para o seu abrandamento.

Todo esse período histórico que antecede os anos 1980 pode ser reconhecido fundamentalmente por práticas assistencialistas meramente paliativas e regidas pela lógica da tutela e da caridade.

A partir da promulgação da CF de 1988, a Política de Assistência Social se efetivou como política de proteção social, passando a ser reconhecida como parte do tripé da Seguridade Social, assim como a Saúde e Previdência Social. Desta maneira, a Assistência Social na Seguridade Social, passou a ser modelo de política pública com garantias de universalidade, com forte ampliação no campo dos direitos humanos e sociais, rompendo com o estigma de um modelo de ações emergenciais voltadas para os pobres e carentes.

A redação da Assistência Social dentro da CF de 1988 foi inovadora, introduzindo a lógica da seguridade social em direitos não contributivos, mas a seguridade social brasileira não se tornou homogênea e nem articulada, pois não conseguiu materializar as proteções sociais de maneira consistente, devido o sistema econômico neoliberal implantado da década de 90, “não conseguindo avançar no sentido da lógica do capital” (BOSCHETTI, 2006, p. 10) .

Em 1990, a primeira redação da LOAS foi vetada, mas uma articulação nacional através do envolvimento dos municípios e uma negociação do movimento nacional com o Governo Federal no ano de 1993, é aprovada a LOAS. Assim, somente nesse ano, a mesma é regulamentada como uma política social pública e, assim, pode-se iniciar um processo que vise à eliminação do caráter emergencial e compensatório das ações que marcam inicialmente as práticas de assistência no Brasil.

Entre os anos de 1988 e 1993, vários programas nacionais foram criados pelo governo da época, mas nenhum deles com um objetivo proposto de atender as demandas e as diversidades locais do país ou de determinadas regiões brasileiras,

ou até mesmo de compromisso na diminuição da pobreza. É possível citar, dentre eles, o “Minha Gente e o Tudo pelo Social”, de governos distintos.

Ainda nessa época, o que se realizou dentro da Assistência Social, tinha um cunho assistencialista e no viés da concessão, desconectados dos direitos dos cidadãos, quando não adotavam também um caráter político partidário, com o intuito de angariar votos na corrente de atuação da benesse.

A partir da década de 1990, inicia-se um novo processo de espaço democrático e de participação, pois os conselhos deliberativos de Assistência Social passaram a ter voz com uma composição paritária. Outra importante ação foi a realização da I Conferência Nacional de Assistência Social, no ano de 1995, cujo objetivo foi avaliar a situação e propor diretrizes para aperfeiçoamento do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social. Nesse mesmo ano, a LBA foi extinta mediante decreto.

Em seu artigo 1º, a LOAS define a Assistência Social como: “[...] direito do cidadão e dever do Estado”. Assim, é uma política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

O exame da política de assistência social, como de outras políticas sociais, significa tratar de uma mediação estatal na relação de classes em uma sociedade de mercado que tem por objetivo construir novos parâmetros e alcances na luta pela efetivação de direitos sociais e ampliação do alcance do dever de Estado com o social. Tem-se à frente a possibilidade de fazer avançar, em alguns aspectos, um processo constituinte ainda inconcluso, mesmo que sua completude seja, muitas vezes, mais desejo do que possibilidade. Trata-se do campo da dívida social brasileira, face às exclusões sociais, onde os serviços de assistência social são importantes, quer para suprir demandas de proteção e reprodução social, quer para a desconstrução/reconstrução da sociabilidade cotidiana de várias camadas da população sob uma nova relação de igualdade/eqüidade de direitos perante a sociedade e o Estado brasileiro, e perante a ética sócio-política fundada na dignidade humana (SPOSATI, 2011, p. 445)

Segundo Yazbek (2006), a LOAS estabelece uma diretriz e um novo paradigma para a Política de Assistência Social no país e assim se considera uma política de responsabilidade estatal, que deve ofertar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, deve ser garantida na perspectiva do direito e do acesso aos que dela necessitam. A autora enfatiza que, apesar de sua regulamentação, a Política de Assistência Social ainda era considerada como

benesse estatal.

O ano de 1996 teve como destaque a implantação do Benefício de Prestação Continuada⁴ (BPC) e o Programa de Erradicação do trabalho Infantil (PETI), já voltados para a descentralização e a articulação federada.

Ainda no decorrer deste processo que visa o fortalecimento e a consolidação da Política de Assistência Social como direito dos cidadãos que necessitam, houve a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, que tinha como objetivo e proposta primordial a materialização das diretrizes que o PNAS e já previa em seu escopo, tendo como bases as lógicas de descentralização, participação e direção única.

O SUAS é considerado como uma conquista histórica e social no que se refere ao avanço da consolidação da Assistência Social enquanto política pública e direito de cidadania. Ele organiza os serviços, ações e benefícios no território nacional em um comando único, ou seja, é um mecanismo de concretização das ações no território.

Sposati (2011) coloca que o SUAS não é um programa, mas pode ser compreendido como uma nova ordenação no que se refere à gestão da Política de Assistência Social. Assim, a organização da Assistência passa a ser baseada em ações de Proteção Social Básica⁵ (PSB) e Proteção Social Especial⁶ (PSE) e, dessa forma, qualificam-se os municípios em vários níveis de gestão.

Importante salientar que a proteção a partir do SUAS, ultrapassou a condição de pobreza dos indivíduos, para integrar uma garantia de direitos da população em situação de vulnerabilidade, não sendo necessário essa vulnerabilidade estar relacionada a renda.

Assim, com a finalidade de consolidar a materialização das diretrizes da Lei

⁴ Benefício assistencial, previsto na LOAS, que garante 1 salário mínimo aos idosos acima de 65 anos (naquela época a idade estabelecida era de 70 anos) e a pessoa com deficiência, mediante avaliação de renda familiar a ser comprovada de até ¼ do salário mínimo vigente.

⁵ “A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (PNAS, 2004, p. 31).

⁶ “A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.” (PNAS, 2004, p. 35).

Orgânica, é promulgada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 22 de setembro de 2004, que estabelece:

transformar em ações diretas os pressupostos da Constituição Federal de 1988 e da LOAS, por meio de definições, de princípios e de diretrizes que nortearão sua implementação, cumprindo uma urgente, necessária e nova agenda para a cidadania no Brasil. (BRASIL, 2004, p. 11).

Embora a primeira redação da Norma Operacional Básica (NOB-SUAS) surge em 1997/1998, é em 2005 que ela surge como forma reguladora na operacionalização da gestão da PNAS, organizando os recursos e o financiamento, bem como distribuindo as competências para os três entes federados.

No ano seguinte, a NOB/RH (Recursos Humanos) é constituída para dar parâmetro quanto às equipes de referência das unidades estatais de oferta dos serviços socioassistenciais, pontuando quem são esses profissionais e quais suas atribuições junto as diretrizes do SUAS, bem com propor estímulo e valorização desses trabalhadores.

Em 2008, é encaminhada ao Congresso Nacional o projeto de lei (PL SUAS) 3077/2008, com o objetivo de transformar o SUAS em lei e como um sistema descentralizado e participativo entre os entes federados, bem como reduzir a idade de 70 para 65 anos para recebimento do BPC, definir a proteção social em básica e especial e criar as Unidades de atendimento da assistência social: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência social (CREAS).

No ano de 2009, com a aprovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social, é publicada a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, surgindo com um padrão básico de normativas específicas e de caráter continuado em todo o território nacional, dos serviços socioassistenciais de proteção social da Assistência Social.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) tem como objetivo, organizar os padrões de equipe de referência e de serviços da Política de Assistência Social. Essa resolução tem fundamental importância para a assistência social, bem como para os profissionais que atuam na política pública, pois direciona os serviços ofertados nos espaços estatais CRAS⁷ e CREAS⁸.

⁷ Unidade Estatal responsável pelos serviços e ações da Proteção Social Básica, o qual será

Após 3 anos da PL SUAS, esta é aprovada por meio da lei ordinária 12.435/2011, alterando a LOAS e, em 2012, é aprovada uma nova NOB SUAS, sendo necessária sua criação, devido as alterações ocorridas na LOAS em quatro categorias, a gestão do SUAS, o financiamento, o controle social e a rede socioassistencial. Portanto, entende-se que os municípios, estados e o distrito federal devem aprimorar o SUAS e assinar o pacto de aprimoramento de gestão determinando as ações serem cumpridas, visando a melhora das ações e das propostas de atendimento a população usuária.

É imprescindível realizar reflexões sobre o processo de reestruturação da Assistência Social no Brasil, como uma política pública não contributiva e garantida pelo Estado em seus diferentes níveis, que tem diversos desafios a serem enfrentados, como: novas demandas sociais, o compromisso com a descentralização e a gestão participativa e, sobretudo, um novo paradigma no que se refere à concretização da política pública.

Passadas mais de duas décadas de sua promulgação, talvez este ainda seja o principal desafio que a Assistência Social enfrenta: a mudança do paradigma da ajuda para o do direito.

A Política de Assistência Social, ainda que seja um dos componentes do chamado tripé da Seguridade Social, permanece trilhando um árduo caminho na busca pela eliminação do estigma conservador que está profundamente conectado com sua gênese e que envolvem as lógicas do assistencialismo, clientelismo, caridade, filantropia, ajuda, primeiro damismo, assim como a sua utilização como mero recurso estratégico patrimonialista.

Além disso, há outro elemento a ser considerado: sua materialização. Esta acaba sendo uma estratégia de coesão social que serve à manutenção do poder político das classes dominantes, configurando uma forma de controle social e colaborando para a crescente e aprofundada subalternização da população usuária destes serviços e bens assistenciais.

Em consonância com estas afirmações, Yazbek (2006) acrescenta que um dos mais significativos desafios no que se refere a essa política desde sua concepção, conecta-se com uma ausência de parâmetros públicos no “reconhecimento dos direitos como medida de negociação e deliberação”, ou seja,

explicado no capítulo 2.1.1 O CRAS como espaço educativo, da presente pesquisa.

⁸ Unidade Estatal responsável pelos serviços e ações da Proteção Social Especial.

ainda permanece na Política de Assistência Social brasileira a lógica regida por concepções e também por práticas reconhecidamente assistencialistas e clientelistas. Mesmo institucionalizados, os esforços ainda precisam se concentrar na superação de uma cultura tuteladora, que não tem estimulado e fortalecido o processo de emancipação das classes subalternas.

Pesquisadores e autores da área da Assistência Social têm salientado ao longo das últimas décadas que a mesma deveria ser encarada como política estratégica e não contributiva, sendo direcionada com o objetivo de possibilitar a construção e também o provimento de necessidades, com vistas a uma lógica de universalização de direitos. Desta forma, seria possível buscar romper de vez com a tradição clientelista e assistencialista que historicamente se concentra nessa área, pois sempre foi tratada como prática secundária (YAZBEK, 2006).

Essa política, no entanto, como se pode notar através das mais diversas pesquisas e estudos realizados nas últimas décadas, continua precisando enfrentar inúmeros obstáculos e desafios no que diz respeito à sua concretização como um serviço de acesso universal e de qualidade, como prevê a CF de 1988.

A questão mais conflitante se concentra justamente na possibilidade de concretização e do oferecimento de uma Assistência Social que faça parte do cotidiano dos cidadãos, buscando de fato a construção da emancipação e da autonomia dos sujeitos das classes subalternas. Notadamente ainda prevalece a necessidade de uma busca do fortalecimento de todos os serviços sociais públicos que envolvam a proteção social para que ocorra uma ruptura em relação às antigas concepções clientelistas, assim como as ações assistencialistas que estão social e historicamente atreladas a essa política.

A Política de Assistência Social tal como se configura atualmente não se constrói enquanto uma política que se baseia na noção de universalidade, mas sim sob a ótica da comprovação da necessidade, ou seja, somente acessam os serviços de assistência social aqueles que dela necessitam e, partindo desta premissa, compreende-se que o usuário que busca o acesso aos serviços de assistência, não tem condições mínimas de subsistência ou mesmo que ele se encontra em uma situação de risco e/ou vulnerabilidade social.

Por outro lado, não é o fato de nominar o campo da assistência social como de proteção social que lhe instaura, de imediato, nova percepção social. Parte do imaginário social brasileiro tende a manter, como herança do

conservadorismo liberal e higienista, somente as situações de forte agravo à vida como âmbito de proteção social. A exemplo, ao reconhecer a doença grave ou a morte como situações de gravidade, não significa de imediato que já exista a percepção em vinculá-las a fragilidades, riscos e vulnerabilidades a que a vida humana em sociedade é submetida. No caso, o corpo é apartado da mente e do meio onde são realizadas as relações concretas da vida e do viver. No limite, a doença do corpo é palco de atenção quando for necessário que o corpo fique em pé, ganhe sua vida, e a dos seus, com o próprio suor. A concepção de liberdade e autonomia individual é referida ao “virar-se por si mesmo” sem “depende” de ninguém. A proteção social pública é, nesse caso, concebida como uma tutela que fragiliza a força do homem ao invés de fortalecê-la (SPOSATI, 2011, p. 455).

Torna-se necessário buscar, no âmbito da Assistência Social, a criação de espaços que tenham como objetivo a garantia da participação social e também a inserção da mesma em outras políticas públicas, para dessa maneira potencializar e possibilitar uma perspectiva de universalização dos direitos.

No decorrer da década de 1990 e do início deste século, concomitantemente ao processo de elaboração das legislações pertinentes a essa política, ganhava força um evidente processo de reconfiguração estatal. Dessa forma, a desregulamentação e também uma abertura da economia foi não apenas legitimada, como também potencializada com o objetivo de expandir a lógica neoliberal, que erroneamente era defendido como um possível instrumento que objetivava uma superação do atraso, e poderia ser uma ferramenta na busca pela modernização das indústrias no país.

É justamente através dessa visão que passam a ocorrer estratégias concretas de implantação da política social neoliberal, que orientam cortes nos “gastos sociais”, e se configuram enquanto uma lógica de priorização da privatização, também baseadas na noção de Estado Mínimo e da consequente centralização dos gastos sociais públicos em programas meramente residuais e paliativos, atacando somente a superfície do problema da pobreza e a descentralização. (LAURELL 2002, p.167).

De acordo com Souza e Oliveira (2005, p. 21), [...], a Política de Assistência Social conserva suas marcas mais deletérias e caminha através de uma tendência a se tornar e se manter como política meramente curativa e seletiva voltada para os segmentos sociais mais vulneráveis e situações emergenciais. Compreende-se, portanto, que a Assistência Social brasileira é perpassada por uma divisão entre a “situação dialética de originalidade e conservadorismo”.

As modificações apontadas anteriormente consolidam, em certa medida, certo processo de recomposição da ordem burguesa e fazem parte de um rearranjo do Estado, nomeada por Elaine Behring (2003) como uma contrarreforma, que é compreendida de forma mais ampla como a desconstrução dos direitos sociais em uma perspectiva de redução da responsabilidade do Estado. É necessário levar em conta esse processo para avançar na compreensão acerca das minúcias da Política de Assistência Social, para dessa forma entender os desafios que necessitam de enfrentamento para que haja uma implementação efetiva desta política social pública.

A análise aqui proposta tem, dessa forma, como base o panorama deste duplo movimento que diz respeito à Política de Assistência Social: de um lado, é necessário reconhecer que houve muitos avanços no que concerne à concepção e também à forma como a política tem sido encarada e efetivada historicamente, por outro lado, há um evidente aprofundamento do processo de contrarreforma do Estado associado a uma perspectiva de negação dos direitos sociais e de uma crescente transferência da responsabilidade das expressões da questão social para os próprios sujeitos das classes subalternas (BEHRING, 2003).

Os desafios e dificuldades colocados aos assistentes sociais que lidam com a Política de Assistência Social, voltada para a população em situação de vulnerabilidade social e risco, que é historicamente excluída e invisibilizada, estão atrelados também a certa dimensão negativa que se coloca na própria lógica da Assistência Social.

Ao longo das últimas décadas, partindo da CF, uma série de direitos sociais tem sido consolidada – ainda que numa disputa acirrada com o projeto neoliberal, que reduz direitos sociais. No entanto, a Assistência Social é a política que mais tem tido dificuldades de se consolidar e ser reconhecida socialmente enquanto um direito social (BEHRING & BOSCHETTI, 2006).

A lógica de culpabilização do indivíduo, já mencionada no capítulo anterior, contribui muito para que o imaginário social continue perpetuando a noção de que a Assistência Social é um tipo de ajuda ou caridade e que, na verdade, contribui para o ócio dos mais pobres e a preguiça. Avançou nos últimos anos uma análise baseada puramente no senso comum de que programas de transferência de renda, por exemplo, contribuem para que as pessoas percam o interesse pelo trabalho.

Ainda apresentando os desafios, observa-se que as contrarreformas

continuam, em especial nos últimos anos desde novo milênio, e que forte impacto terão nas políticas de proteção social, em especial, na Política de Assistência Social.

A contrarreforma trabalhista como um ato de reafirmar as idéias da ideologia neoliberal, é discutida em um cenário atual de elevados índices de desemprego, condições precárias de trabalho e falta de políticas públicas. Assim, considera-se como uma regressão e um desmonte dos direitos da classe trabalhadora, conquistados historicamente e que agora sofrem complexas mudanças, privilegiando os empresários e causando prejuízos imensuráveis à classe trabalhadora.

A Desvinculação de Recursos da União (DRU), mecanismo que permite o governo utilizar 30% dos tributos vinculados a fundos ou despesas, foi aprovada inicialmente como medida provisória, mas segue sendo adotada até os dias atuais como uma forma de atuação no capitalismo contemporâneo, seguindo um novo modelo de limites mínimos para as políticas públicas e como uma nova configuração tributária das contribuições sociais, portanto uma retração das políticas públicas, redução e atraso de investimentos, principalmente para a Assistência Social.

O contexto de hegemonia neoliberal segue três direções para as políticas sociais: a privatização, a focalização e a descentralização. O desfinanciamento das políticas sociais, por meio da DRU, causa sérios prejuízos para as políticas públicas que compõem o tripé da seguridade, principalmente a arrecadação da seguridade. Portanto, atinge a vida de milhões de brasileiros, causando impactos negativos e que excluem ainda mais as classes subalternas.

Outra questão importante a ser discutida, é a recente aprovação da Pec 55/2016 referente o teto dos gastos públicos que atingirá fortemente as classes subalternas, com a limitação dos investimentos em políticas públicas como a Educação, a Saúde e a Assistência Social. A medida tenta reequilibrar as contas públicas, mas quem vai pagar essa conta é a classe trabalhadora, por meio do acesso às políticas públicas básicas, restringindo, mais uma vez, a população de acessar seus direitos de maneira digna e conforme a necessidade.

É fundamental que o Serviço Social se atrele às lutas sociais, sobretudo no que se refere às populações extremamente vulneráveis e que contam com proteção social incipiente, como é o caso das pessoas em situação de rua. Conforme aponta Duriguetto (2013), a dimensão política é central para a compreensão da inserção sócio-histórica da profissão.

O Serviço Social é uma profissão constituída na dinâmica sócio-histórica das relações entre Estado e as classes sociais no enfrentamento à questão social. Sua natureza contraditória abre a possibilidade de, para além das demandas dos espaços sócio-ocupacionais em que estamos inseridos, atuarmos nos processos de mobilização popular e de fortalecimento dos movimentos sociais e organizações dos trabalhadores. Dessa forma, podemos contribuir para o desenvolvimento das ações coletivas dos sujeitos com os quais trabalhamos na perspectiva da defesa, da conquista e da ampliação dos direitos e da construção de uma sociedade emancipada (DURIGUETTO, 2013, p.8).

Assim, são viabilizados direitos básicos de uma população que sofre forte preconceito. Os desafios que estão colocados para o Serviço Social na garantia dos direitos das populações mais pobres e subalternizadas são os desafios que estão postos na realidade socioprofissional como um todo.

As dificuldades para consolidar os princípios ético-políticos da profissão são ainda mais evidentes quando se lida com as parcelas da população que se encontram em maior vulnerabilidade social, como é o caso dos que acessam a Política de Assistência Social.

Garantir os direitos humanos e sociais mais básicos dessa população implica num questionamento da própria ordem capitalista, que relega à grande parte da população uma posição de subalternidade e miséria.

A quase completa exclusão no que concerne ao acesso às políticas públicas se torna um empecilho significativo na atuação dos assistentes sociais diante das mais diversas expressões da questão social.

2.2 O trabalho do Assistente Social no Sistema Único de Assistência Social na perspectiva da cidadania

O SUAS vem sendo reconhecido como uma grande conquista no que diz respeito ao sistema de proteção social não contributivo no Brasil. Um dos grandes problemas, no entanto, é que este debate tem ficado demasiadamente focado na questão da pobreza e não se amplifica e se volta para todas as áreas necessárias no que concerne à proteção social.

É necessário dizer que esta ideia da Seguridade Social ou da segurança social ganha sentido histórico, sobretudo na década de 80, com o movimento sanitarista e demais movimentos sociais de pessoas com deficiência, mulheres, idosos/as, crianças e adolescentes, e também com os partidos políticos. Qual é a tensão colocada pelos movimentos sociais e partidos do campo democrático e popular? Primeiramente, a discussão da Seguridade Social envolve refletir sobre como garantir as necessidades de segurança a indivíduos e famílias (BEHRING, 2003).

A “Proteção social pode ser definida como um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando enfrentar situações de risco social ou privações sociais” (JACCOUD, 2009, p. 58).

Portanto, a proteção social assegura por meio dos serviços e benefícios da Assistência Social segurança social aos indivíduos, que sofrem de agravos do próprio ciclo de vida humano, decorrentes de violência, privação, deficiência, discriminação, abandono, desemprego, entre outras

É necessário destacar que o SUAS se baseia em um modelo socioassistencial que visualiza as vulnerabilidades e situações de risco a partir de suas bases territoriais, oferecendo os serviços baseados em uma escala universal, hierarquizada e complementar.

Esse Modelo Socioassistencial possui um caráter que acaba por servir em certa medida como um reforço ao controle social, pois fortalece o caráter deliberativo dos conselhos, e insere os usuários politicamente, na agenda da Política de Assistência Social (FALEIROS, 2006).

Outro aspecto relevante é que esse modelo refere à primazia da responsabilidade do Estado. Isto é importante porque elege o Estado como o principal responsável pela elaboração e implementação desta política, a reconhecendo de forma definitiva como responsabilidade do Estado e direito dos cidadãos – o que evidentemente não quer dizer que não existem obstáculos e desafios para sua completa concretização.

Nesse contexto, três estratégias imprescindíveis merecem destaque nesse modelo socioassistencial que o SUAS implanta no país: a primazia na regulação, o financiamento e a oferta do serviço. A oferta do serviço se baseia em toda uma gama de equipamentos estatais instituídos para a Assistência Social.

O SUAS deve operar contando com uma equipe de servidores(as) públicos(as) concursados(as) pelas prefeituras municipais, para que os serviços que incorporam instrumentos da gestão pública sejam oferecidos aos cidadãos que

acessam a Política de Assistência Social, tais como: o sistema de informação, o sistema de cadastro e a rede SUAS. O SUAS conta também com um sistema de monitoramento de gestão do trabalho e com uma rede socioassistencial.

A regulação do SUAS é efetivada através da construção do público, ou seja, as regras são para o estatal e não-estatal (YASBEK, 2006). No que se refere ao financiamento e à gestão financeira do SUAS, a mesma foi instituída como automática e regular.

A Política de Assistência Social incorpora no SUAS o aspecto que diz respeito ao caráter preventivo das situações de risco, visando o desenvolvimento de habilidades e potencialidades. Além disso, tem também como ferramenta o sistema de vigilância e de defesa social. Trata-se, portanto, de um modelo que tem como objetivo a garantia do direito à convivência familiar e comunitária. Assim, requer a atuação de equipes interprofissionais, onde os assistentes sociais possuem um papel determinante e fundamental no que diz respeito à consolidação e efetivação deste modelo socioassistencial.

É necessário salientar que os assistentes sociais comprometidos com a prática profissional pautada nos princípios do PEPSS atuam em consonância com uma dimensão de intervenção coletiva ao lado dos movimentos organizados e também aos não-organizados, em uma perspectiva de comprometimento com os interesses da classe trabalhadora (BOSCHETTI, 2016).

É imprescindível, para tanto, reconhecer as mais diversas estratégias de sobrevivência que a classe trabalhadora adota em seu cotidiano e suas práticas sociais. Ao profissional de Serviço Social cabe, portanto, o direcionamento de uma abordagem que contribua efetivamente com o fortalecimento do caráter protetivo das famílias. É fundamental que haja a perspectiva de rompimento da visão assistencialista que está arraigada na Política de Assistência Social desde sua gênese, e que se concentra em uma prática perversa de culpabilização das famílias e dos sujeitos por suas condições de pobreza e vulnerabilidade social.

Os serviços devem, portanto, serem formulados, pensados, implementados e organizados pautados na perspectiva de atendimento às necessidades das famílias e, buscando consistentes e efetivas formas de promover o protagonismo e a participação das famílias e sujeitos atendidos na política de Assistência Social.

O profissional de Assistência Social que atua nas unidades dos CRAS precisa ser competente, crítico, comprometido, além de ser desprendido e livre de qualquer

tipo de preconceito e formas de discriminação. Somente através dessa postura e engajamento no cotidiano profissional este profissional terá condições de viabilizar uma abordagem junto às famílias referenciadas que vise à criação e concretização de vínculos afetivos sociais para que os usuários participem ativamente daquele núcleo e se sintam pertencentes àquele espaço, tendo suas necessidades e demandas devidamente atendidas.

De acordo com lamamoto (2009, p. 201), a atuação na Assistência Social:

exige um profissional com largo conhecimento cultural e politicamente vigilante ao tempo histórico; atento para decifrar o que ainda não foi dito, atento os dilemas implícitos no ordenamento epidérmico do discurso autorizado pelo poder.

As ações se pautam em um esclarecimento das tendências do movimento da realidade, possibilitando um atendimento de qualidade e que possibilite de todas as formas contribuir para a emancipação dos sujeitos e a valorização de sua autonomia e liberdade – princípios do projeto Ético-Político do Serviço Social.

A intervenção profissional do Serviço Social no âmbito da Política de Assistência Social direciona-se, sobretudo, no sentido de possibilitar a orientação necessária para que famílias acessem os seus direitos, identificando os que precisam de acompanhamento sistemático e continuado pelas equipes técnicas e de forma que possam realizar a retomada de seus projetos de vida com todas as potencialidades enquanto sujeitos. Este é um aspecto determinante do caráter educativo.

O Centro de Referência de Assistência Social é uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social criados no ano de 2004 com o objetivo de prevenir a ocorrência de situações de fragilidades e riscos sociais nos territórios de sua abrangência, por meio do desenvolvimento de potencialidades, do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, e por meio da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (BRASIL, 2009).

O conjunto de equipes que atua na Assistência Social e nos CRAS trabalha com o objetivo de identificar as famílias e usuários que ainda permanecem sem esses acessos de forma satisfatória. Para isso, são realizadas visitas domiciliares com a finalidade de diagnosticar e identificar as demandas e necessidades. Caso sejam identificadas demandas que necessitam de atendimento, são realizados encaminhamentos para as diversas áreas, assim como a realização do chamado

cadastro único, que envolve todo o processo de identificação, inscrição, para identificar os critérios de elegibilidade para acessar os benefícios, serviços e programas de Assistência Social – programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, por exemplo.

É possível observar que nas últimas décadas os espaços sócio-ocupacionais que lidam com a Política de Assistência Social e abarcam profissionais de Serviço Social têm se multiplicado e se expandido pelo país. Desde a implantação do SUAS, esse processo de expansão tem se dado de forma significativa, ocasionando um aumento no número de postos de trabalho dos assistentes sociais que lidam com a Assistência Social.

O CRAS se configura enquanto um espaço sócio-ocupacional importantíssimo no que tange ao caráter educativo que pode propiciar às demandas apresentadas ao profissional de Serviço Social. Nos CRAS, os assistentes sociais atuam diretamente no atendimento às famílias e indivíduos em seu contexto comunitário e em seu território, tendo como objetivo a orientação e também o convívio sociofamiliar e comunitário (PNAS, 2004).

Assim, é possível afirmar que dentre as atribuições dos assistentes sociais nesses espaços, a garantia do acesso às informações e orientações necessárias para a população usuária de sua área de abrangência, mapeamento e a organização da rede socioassistencial tem papel fundamental e determinante. É possível afirmar que nesses aspectos se encontram as atribuições socioeducativas do profissional de Serviço Social nessas unidades.

A atuação dos profissionais de Serviço Social nos CRAS tem a finalidade de atender e acompanhar as famílias que estão referenciadas àquele território e que necessitam acessar os serviços da Política de Assistência Social. Assim, os assistentes sociais em seu exercício profissional crítico e comprometido com o PEPSS da categoria profissional devem objetivar o atendimento às famílias referenciadas de forma a garantir o acesso aos seus direitos sociais.

O caráter educativo da prática do assistente social na Assistência Social discutido por Sposati (1998) e Iamamoto (2009) é imprescindível para que haja uma conduta ética pautada nos princípios preconizados e estabelecidos pelo PEPSS da profissão. As dimensões técnico-operativas, ético-políticas e teórico-metodológicas que devem permear toda a prática e intervenção profissional dos profissionais de Serviço Social estão pautadas em uma abordagem empírica eminentemente

fundamentada por uma dimensão crítica e interventiva que seja vinculada ao caráter educativo que é intrínseco ao fazer profissional dos assistentes sociais.

O CRAS é um espaço que permite a intervenção profissional crítica e comprometida com o viés educativo, uma vez que possui como um de seus pilares fundamentais a dimensão da informação no que se refere aos direitos sociais das classes mais subalternizadas da sociedade.

Localizados estrategicamente nos territórios considerados como sendo de vulnerabilidade e risco social, os CRAS possuem papel fundamental nesse acesso aos direitos que só é possível através da dimensão da informação e educação social. Evidentemente, toda a equipe interdisciplinar que atua nesses espaços tem papel fundamental nesta abordagem educativa e crítica, e o profissional de Serviço Social, inserido nessas equipes multidisciplinares, deve atuar pautado em todos os princípios ético-políticos norteadores da profissão.

Nesse processo da dimensão educativa do Serviço Social, os profissionais possuem grande responsabilidade e devem ter autonomia para atuar de forma a assumir diferentes posicionamentos mais particulares ou mais focados no caráter da coletividade, estando sempre relacionados às demandas e principalmente conectados às condições concretas que ali estão postas para os profissionais.

É preciso enfatizar a dimensão educativa da prática profissional do assistente social valorizando o exercício democrático assim como as relações regidas pela lógica democrática. Valores como liberdade, igualdade e justiça devem ser o foco desta dimensão socioeducativa, visando a construção de uma nova ordem social, pautada na igualdade.

É necessário que todos os que estão pautados pela lógica da necessidade de construção de um projeto societário contra hegemônico, como é o caos do Serviço Social em seu PEPSS, estejam atuando em conformidade e consonância e com o objetivo de alcançar esta superação social (VASCONCELOS, 2000).

Compreende-se que o profissional de Serviço Social, assim como nenhum profissional de outra área, poderá de forma individual e isoladamente desencadear o tão almejado processo contra hegemônico e emancipatório, pois este só poderá ser construído através de ações coletivas e que envolvam diversos setores sociais comprometidos com a construção de uma nova ordem societária.

Os princípios éticos são aqueles que balisam o Serviço Social, orientando os artigos que compõem o código de ética dos assistentes sociais e, em especial, no VI

princípio, que trata do empenho do profissional na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando a diversidade para que se aprenda a conviver com as diferenças existentes na sociedade.

É fundamental essa postura ética para que se estimule a participação de indivíduos socialmente discriminados em grupos, em espaços democráticos, e o CRAS é espaço para promover a discussão, dando voz e vez a esses indivíduos.

A luta por uma sociedade igualitária na ação profissional do assistente social está em fomentar temas relacionados ao preconceito e a discriminação. Esse diálogo se faz importante para que se compreenda que preconceitos como o machismo, a xenofobia, o racismo, a homofobia e outras formas de preconceitos existem na sociedade e são prejudiciais para a convivência humana.

O compromisso com a qualidade dos serviços prestados também deve embasar o trabalho dos assistentes sociais na Política de Assistência Social e isso se realiza a partir da pactuação coletiva dos seus procedimentos, sua competência e responsabilidades, em favor de planejar ações que compreendam com as realidades distintas e comuns, evitando a personalização impressa na realização das atividades.

Para a atuação profissional, elenca-se uma série de características importantes no trato com grupos, entre elas estão: a busca ativa, o respeito, criatividade, exercício de cidadania, metodologia participativa, empatia, dinamismo, produção e reprodução de saberes.

Sendo o CRAS um espaço de planejamento, é fundamental que o assistente social crie uma lógica na sua intervenção para mediar as abordagens a serem realizadas, a partir das necessidades do grupo, o raciocínio lógico a ser produzido com a população favorecendo a compreensão dessa e promovendo cada vez mais sua participação nos grupos.

2.3 O CRAS como espaço educativo

Os CRAS são unidades públicas estatais descentralizadas e são as unidades que possuem a responsabilidade tanto de organizar como de ofertar diretamente à

população usuária da Assistência Social brasileira os serviços socioassistenciais da PSB do SUAS e estão localizados nas áreas consideradas como sendo de risco e vulnerabilidade social nos municípios.

O CRAS tem a perspectiva de potencializar a proteção social, a partir da articulação intersetorial, e com a contribuição das políticas públicas, é possível o fortalecimento das capacidades dos indivíduos, no enfrentamento e superação da vulnerabilidade social.

A localização dos CRAS volta-se ao atendimento da diretriz do SUAS quanto a territorialização, pois seu local de implantação deve ser estrategicamente pensado para atender a população de forma efetiva, proporcionando o acesso aos serviços socioassistenciais para a população de forma satisfatória. Assim, as normas operacionais definem de forma específica como os CRAS precisam estar distribuídos nos territórios.

O território é um dos elementos essenciais do SUAS, sendo uma base de organização e que norteia um sistema de serviços a serem prestados para a população de acordo com a lógica da proximidade do indivíduo, bem como a incidência das vulnerabilidades, que são apresentadas de maneira diferente em cada território.

As unidades devem estar instaladas em territórios que apresentem maior número de família em situação de vulnerabilidade e risco social, beneficiárias de programas de transferência de renda como o BPC, Bolsa Família, entre outros.

Os territórios são resultados de um processo histórico e representam as características atribuídas pelos próprios sujeitos, a partir dos sonhos vivenciados, conflitos, contradições, expectativas, construção e desconstrução de vínculos, disputas, é o espaço de vida construído pela população e que necessita de atendimentos que gerem respostas de acordo com as suas necessidades.

Desta maneira é fundamental para a organização dos serviços a serem prestados a realização do diagnóstico territorial, ou seja, realizar o levantamento das expressões da questão social, das vulnerabilidades, a fim de que se possa concretizar ações realmente condizentes.

Em casos de municípios de Pequeno Porte I e II, existe a possibilidade de implantação em áreas centrais municipais, ou seja, áreas de maior convergência da população e que possibilitem maior acessibilidade e movimentação dos sujeitos quanto ao acesso à unidade.

Pensando no vasto número de grupos tradicionais e específicos⁹ existentes no Brasil, o local de melhor acesso para a população também poderá ser escolhida pelo município, bem como poderá realizar a cobertura dessas áreas por meio de equipes volantes¹⁰.

A equipe no CRAS, é interdisciplinar e deve ser composta e denominadas por equipes de referências, sendo obrigatório o assistente social e o psicólogo, mas poderão fazer parte da equipe que desenvolvem os serviços socioassistenciais o antropólogo, economista doméstico, pedagogo, sociólogo, terapeuta ocupacional e musicoterapeuta (BRASIL, 2011, p. 2-3).

Os técnicos de referência obrigatórios são referências para até 2.500 famílias em um território. A tarefa de ser referência para essa quantidade de família, é visível diante das realidades complexas que surgem para o acompanhamento, principalmente no trabalho profissional em uma perspectiva crítica da realidade e frente a um panorama com múltiplas expressões da questão social.

A equipe no CRAS é interdisciplinar e deve ser composta e denominada por equipes de referências, sendo estes: assistente social e o psicólogo, os quais são referências para até 2.500 famílias em um território. A tarefa de ser referência para essa quantidade de família é visível diante das realidades complexas que surgem para o acompanhamento, principalmente no trabalho profissional em uma perspectiva crítica da realidade e frente a um panorama com múltiplas expressões da questão social.

Os Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) são frequentemente citados como as portas de entrada para os programas sociais do governo e para a própria Política de Assistência Social de forma ampla. É possível caracterizá-lo como um equipamento que se destina ao atendimento à população que se encontra em situação de vulnerabilidade, estando conectado e trabalhando sempre em conjunto com as demais redes.

O trabalho com a população usuária do CRAS devem ter caráter continuado, através do trabalho social preventivo com famílias em situação de risco e

⁹ Comunidades quilombolas, indígenas, famílias ciganas, extrativistas, famílias de pescadores artesanais, ribeirinhas, agricultores familiares, famílias assentadas da reforma agrária, famílias acampadas, famílias de presos do sistema carcerário (BRASIL, 2012).

¹⁰ Equipe Volante consiste em uma equipe adicional que integra um CRAS em funcionamento. Seu objetivo é prestar serviços de Proteção Social Básica em territórios extensos, isolados, áreas rurais e de difícil acesso (Resolução CIT nº 6, de 31 de Agosto de 2011).

vulnerabilidade social. Sendo assim, faz-se necessário o desenvolvimento de um trabalho complementar e articulado com os demais serviços ofertados pela Assistência Social que potencializem a família como unidade de referência, identificando situações de fragilização dos vínculos familiares e comunitários.

A vulnerabilidade social pode ser definida como a precariedade no acesso a garantia de direitos e proteção social, não possibilitando a manutenção da vida com qualidade, devido imposições sociais, econômicas e políticas.

As vulnerabilidades sociais, estão associadas às privações monetárias ou materiais, mas sua abrangência vai além, e se amplificam outras dimensões citadas por Nery (2009) como a dos bens materiais, a sócio-demográfica, a ambiental e afetivo-relacional, sendo todas elas vivenciadas pelos ciclos de vida dos sujeitos em um determinado território.

A superação das vulnerabilidades sociais, depende da intervenção e proteção ofertada pelo Estado, pois este, tanto pode superar como produzir vulnerabilidades, a partir de políticas de proteção.

Em cumprimento aos princípios organizativos do SUAS, quanto a integralidade da proteção social por meio da completude dos serviços que devem ser articulados, destacam-se as principais funções que os CRAS devem exercer nos territórios onde estão instalados, dentre elas, a oferta da proteção social básica por meio dos serviços socioassistenciais, a qual cita: O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

A proteção social básica deve prevenir situações de riscos e de vulnerabilidades sociais, a partir das potencialidades do território e dos sujeitos, incentivando a proatividade, voltada ao atendimento de um público alvo, o qual os vínculos familiares e comunitários não foram rompidos totalmente, mas estão fragilizados em decorrência da privação, da pobreza, discriminações, entre outras vulnerabilidades.

O CRAS sendo a porta de entrada para os serviços e benefícios do SUAS, deve materializar a proteção social básica, assegurando algumas seguranças, como a acolhida, por meio de um espaço de escuta para informações e ofertas de serviços, de fortalecimento dos vínculos e de promoção da autonomia, capaz de desenvolver habilidades que efetivem o protagonismo e o exercício da cidadania.

No PAIF são desenvolvidas ações que têm como objetivo proporcionar aos usuários atendidos a participação, que é não obrigatória, em oficinas socioeducativas e trabalhos em grupos. Ou seja, a participação é algo que se oferece aos usuários, sem que isso gere uma obrigatoriedade para o acesso aos serviços e benefícios de Assistência Social.

O PAIF é um serviço voltado a desenvolver ações preventivas e proativas, exclusivamente com famílias, fortalecendo a função protetiva, prevenindo a ruptura dos vínculos familiares e comunitários. As ações do PAIF podem alcançar resultados positivos quando desenvolvidas as potencialidades para aquisição, melhorando a qualidade de vida das famílias.

Como o CRAS é localizado nos territórios onde as famílias estão inseridas, ali também são encontradas suas vivências, suas experiências, expectativas, dificuldades e facilidades, sendo um campo vasto de atuação para os profissionais de Assistência Social, que podem utilizar da dimensão educativa na perspectiva emancipatória para abordar sobre diversos assuntos e temas pertinentes à família e alcançar resultados coletivos.

Importante salientar que as ações que envolvem o PAIF, sendo esse o principal serviço da proteção básica, devem ser articuladas, assim a intervenção durante um atendimento é rica em informações para se descobrir características específicas dos membros da família, podendo definir a inserção em diversos grupos de espaço e participação com caráter educativo.

A atuação do PAIF é baseada em duas dimensões fundamentais: o atendimento e o acompanhamento das famílias. No atendimento são definidas as demandas, as estratégias, as possibilidades e a escolha da ação mais pertinente no atendimento social. São os técnicos de referência específicos que definem qual a melhor ação para continuar a segunda dimensão que é o acompanhamento.

O acompanhamento se dá por uma decisão conjunta com a família ou os sujeitos sociais, cabendo somente a eles a adesão ou não das propostas, por meio de um diálogo propositivo e educativo, mas jamais de caráter opressor, dominante ou arrogante por parte da atuação profissional.

O PAIF, em articulação com os demais serviços da proteção básica, permite aos assistentes sociais a elaboração de uma metodologia de articulação de serviços que devem ser complementares de acordo com as situações apresentadas pela família, portanto é possível que todos os membros de uma família estejam

participando de atividades coletivas (palestras, reuniões, dinâmicas, campanhas comemorativas e informativas, fóruns de debate) como os grupos intergeracionais e SCFV divididos por faixa etária, e que contempla desde a criança até a pessoa idosa.

O SCFV está diretamente ligado à busca pela emancipação e autonomia destes sujeitos, norteados por alguns eixos estruturantes, que devem orientar os usuários no pleno desenvolvimento da vida humana, assim devem ser contemplados nos encontros dos grupos. Fazem parte das discussões dentro dos grupos assuntos que contemplem a convivência social, o direito de ser e a participação.

A convivência social está voltada aos vínculos familiares e comunitários, a formação da identidade, os laços sociais e as relações da cidadania. O direito de ser é o exercício da infância e da adolescência, compreensão da fase de suas vidas e potencializando as vivências de acordo com a idade, pela qual estão passando, ou seja, grupos baseados na divisão por faixa etária. E a participação é abertura dos espaços democráticos para a vida pública, compreendendo a comunidade em que vive a partir de espaços de sua formação como a família, a escola, bem como a participação no SCFV.

Contemplando ainda o fortalecimento de vínculos familiares através do reconhecimento de sua função no âmbito familiar, devem ser enfatizadas e valorizadas a autoestima e emancipação; a valorização dos potenciais dos sujeitos, assim como a interação social e ainda a possibilidade de transformar o aprendizado ali adquirido para possibilitar o aumento da renda familiar.

Através de algumas estratégias que a Política de Assistência Social atende o público usuário visando sua emancipação e colocando em prática a dimensão educativa da prática profissional, dentre elas está a profissionalização dos usuários, baseia-se na lógica da conscientização de que se pode fomentar transformações no que se refere à concepção de sociedade e emprego, além de despertar nos usuários o reconhecimento de suas competências, pois o caráter educativo também passa pela prática de reconhecer e fomentar as potencialidades dos sujeitos, que podem contribuir para sua emancipação e conquista de autonomia.

O Serviço do PSB no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, é muito pouco compreendido e discutido nas práticas da Assistência Social, embora se refira a um serviço tipificado desde 2009, somente em 2017 foram elaboradas orientações técnicas quanto ao seu desenvolvimento. A função proativa deste é:

[...] compreendida no sentido de ir ao encontro das pessoas no domicílio, pautada na dimensão ética de incluir sem ser invasivo. O serviço não se realiza nos intramuros dos espaços-base de sua oferta. É necessário conhecer a dinâmica do cotidiano das pessoas, antecipando-se aos riscos pessoais e sociais (BRASIL, 2017, p. 59).

Uma das atribuições a ser contemplada pelo CRAS é ser o Órgão articulador da rede de serviços socioassistenciais, intersetorial e demais proteção social local quanto ao incentivo de ações voltadas ao acesso de direitos e de cidadania. Destaca-se que rede intersetorial refere-se as políticas públicas e setoriais dentro de um determinado território (Saúde, Educação, Assistência Social, Esporte, Cultura), já a rede socioassistencial é caracterizada pela Organizações Sociais e do terceiro setor.

Assim, voltados para uma rede de atuação que envolve o trabalho articulado entre a saúde, a educação, habitação, lazer, esporte, cultura, trabalho e renda e demais políticas públicas disponíveis no território, compreende-se que os sujeitos estão ampliando as possibilidades de acesso a informações, por meio da participação em várias áreas da vida.

Para uma articulação bem realizada e idealizada a base do trabalho é a comunicação para o melhor diagnóstico do território, objetivando a construção de respostas frente as demandas levantadas. O CRAS tem a capacidade de mapear as responsabilidades para cada parceiro da rede intersetorial e socioassistencial, possibilitando o acompanhamento sistemático das ações e dos indivíduos nas ações, por meio do acesso e a participação nas políticas públicas existentes no território.

É relevante reafirmar que intrinsecamente ligado aos ideários e concepções pedagógicas que sustentam as práticas educativas, deve haver um posicionamento de classe que se baseia no processo histórico, embora carregado de contradições nos processos transformador e para uma compreensão de ser humano e de seu papel na história, para processos transformadores (Paludo, 2001).

A construção dos sujeitos coletivos nos grupos é fundamental para a emancipação e o caráter educativo do Serviço Social, uma vez que segundo as concepções da categoria, não basta potencializar os sujeitos se não há o fortalecimento da dimensão coletiva e comunitária.

O caráter educativo aqui mencionado passa por uma ótica de valorização do potencial dos usuários atendidos, ou seja, é necessário caminhar no sentido de valorização destes sujeitos visando à construção de sua emancipação e autonomia, possibilitando sempre o acesso aos direitos historicamente negados a essa população que se encontra em situação de vulnerabilidade.

Os grupos realizados nos CRAS, anteriormente mencionados, configuram-se enquanto espaços coletivos de suma importância para o caráter educativo do Serviço Social no âmbito da Assistência Social. Esses grupos são organizados com o objetivo de possibilitar que os usuários possam se expressar das mais variadas formas, externalizando expectativas e projetos que possam contribuir para a busca da emancipação dos sujeitos e das famílias.

O trabalho com grupos funciona de forma permanente como um importante espaço que visa, principalmente, o estabelecimento e também o fortalecimento de novas relações, ou mesmo, em outros casos, busca contrapor e desconstruir valores que possam ser nocivos à construção de um ideário coletivo e comunitário com vistas a um processo de fortalecimento de autonomia e construção de cidadania pautada no projeto de emancipação dos sujeitos que são usuários dos serviços oferecidos pelo CRAS no âmbito da Assistência Social.

A contraposição desses valores só poderá ocorrer se o profissional tiver consciência e consiga desmistificá-los nos aspectos mais sutis do cotidiano, e assim, projetar em sua prática profissional, a direção do trabalho nesta perspectiva. Já o reforço de valores individualistas pode acontecer de maneira inconsciente, ou seja, quando o profissional executa o trabalho sem questionar os fins que almeja alcançar. Pode se observar um bom exemplo dessa perspectiva através da aplicação de dinâmicas aparentemente ingênuas, que reforçam a disputa entre os membros do grupo, a centralização do poder através da eleição de um único líder, não permitindo assim o rodízio desse exercício entre os demais participantes e reproduzindo, mesmo que inconscientemente as relações de dominação presentes na sociedade atual (PALUDO, 2001, p. 44).

De acordo com a análise de Vasconcelos (2000), é justamente no âmbito coletivo que os sujeitos podem vir a estabelecer relações efetivamente sociais que fortaleçam a dimensão comunitária e possam contribuir significativamente para uma emancipação não meramente individual, mas, sobretudo, coletiva e pautada nos interesses da classe trabalhadora.

Assim, a reprodução da lógica que favorece os interesses das classes dominantes deve ser severamente combatida e questionada através do fortalecimento da participação social consciente.

O caráter educativo possui também uma função eminentemente conscientizadora no que se refere ao pertencimento de classe dos sujeitos atendidos nas redes de Assistência Social.

Dessa forma, torna-se necessário avançar na busca por uma emancipação das classes subalternas e a Assistência Social possui um papel fundamental. É imprescindível, no entanto, enfatizar que a organização das classes subalternas e seu caminho rumo à emancipação efetiva não poderá ser conduzida isoladamente por um profissional, ou seja, não será realizada de forma individual. Mas sim será necessária uma vasta rede que busque a articulação com os mais diversos âmbitos da sociedade, e viabilize a construção coletiva que envolva movimentos sociais, sociedade civil e classe trabalhadora.

É interessante destacar que a dimensão educativa do Serviço Social, assim como sua atuação na política de Assistência Social estão intrinsecamente conectadas a uma atuação focada na perspectiva do atendimento à família, uma vez que todas as políticas sociais públicas e, inclusive a Assistência, são pensadas e formuladas para lidar com as famílias das classes subalternas.

A matricialidade sociofamiliar contempla uma das diretrizes estruturantes da gestão do SUAS, assim justifica-se a centralidade do trabalho com família, esta quando pensada na perspectiva crítica do serviço social tem como desafio atuar nas expressões da questão social que perpassa pela vida das pessoas em sofrimento psíquico e de suas famílias, nas mais diversas formas de violação de direitos. Santos (2016) aponta que questão social das pessoas em sofrimento psíquico é expressa a partir da exclusão social pelo estigma produzido socialmente.

Mioto (2010) aponta duas direções de trabalho com família. Para o alcance das dimensões ética, política e intelectual da prática implicam em desenvolvimento de estratégias em convergências com ações na perspectiva dos direitos e cidadania e na interpretação das expressões das necessidades humanas decorrentes das desigualdades sociais da própria organização capitalista. De acordo com Mioto (2010), para trabalhar com família é preciso recorrer à categoria da totalidade.

A família, nas suas mais diversas configurações constitui-se como um espaço altamente complexo. É construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros, entre seus membros e outras esferas da sociedade e entre ela e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado – que condicionam e definem a dinâmica familiar e também a sua “estrutura de proteção”. (MIOTO, 2013, p. 10–11)

Cabe sinalizar a dialética em torno da complexidade em suas mais diversas configurações familiares, ou seja, ao mesmo tempo em que ela é uma construção singular, reconhecida pela sua capacidade subjetiva, compreendendo o indivíduo em sua totalidade e em seu processo de transformação.

Essas múltiplas relações desenvolvidas entre seus membros e outras esferas da sociedade e entre ela e outras esferas da sociedade, tais como Estado, permeados por obrigações, regras, disputas, hierarquia, influenciados por fatores econômicos, políticos, sociais e culturais, impactam diretamente e indiretamente na configuração e na dinâmica de cada família e nas novas redes de solidariedades.

O trabalho com grupo de família também não é uma função privativa do serviço social, mas o serviço social tem capacidade de desenvolver e articular ações estratégicas levando em considerações a complexidade da reprodução das famílias, desigualdades existentes entre membros, fatores econômicos, sociais, históricos, demográficos, políticos, culturais de gênero, entre outros.

Mioto (2010) chama atenção para uma nova forma de pensar a família e trabalhar a família, sinalizando que objetivo principal de intervenção do Serviço Social deve partir da identificação das dificuldades familiares, trabalhando de forma que as famílias encontrem os recursos necessários para o seu desenvolvimento social na busca por uma qualidade de vida. “Na busca por uma análise investigativa, entendendo que a demanda posta não é somente dos indivíduos ou da família, ela deve ser vista como uma consequência também das desigualdades sociais que é agravada coma ascensão do capitalismo”. (MIOTO, 2010, p.165).

A participação da família no cuidado é atravessada pela Política de Assistência Social que por meio de insuficiências estatais de serviços públicos, colocou a centralidades das famílias na prática de cuidados.

Santos (2016) observa que a o neoliberalismo¹¹ vem reorientando e conduzindo as políticas públicas desde a década de 1970, mas a centralidade da política na família acentua na década de 1990 com a contrarreforma do governo.

(...) preconiza a centralidade da família, apostando na sua capacidade de cuidado e proteção, enquanto canal natural de proteção social, junto com o mercado e organizações da sociedade civil. A intervenção do Estado se daria somente quando falhassem esses canais naturais. (2013, p. 256).

Mioto (2010) aponta que a família sempre foi uma instância importante de proteção social, constitui-se como espaço de inserção e apoio para o indivíduo, uma unidade de cuidado e de retribuição interna de recursos, sendo também não só uma construção privada, mas também pública. A discussão no âmbito das políticas sociais tem-se encaminhado a partir de duas perspectivas distintas: Familiarismo e Direitos.

No familiarismo as ações do Estado são condicionadas a incapacidade da família no provimento e manutenção de recursos no ente familiar, exigindo novos rearranjos e novas formas de organização para que assumam responsabilidades de cuidador, fazendo com que o familiar esteja sobrecarregado.

Em consequência, as famílias acabam sendo penalizadas com sobrecarga objetiva e subjetiva em consequência da crise econômica provocada pelo desemprego; crises sociais provocadas com as reorientações das políticas públicas neoliberais; precárias condições sociais e econômicas; acentuadas demandas para o grupo familiar devido às configurações ocorridas no meio familiar. Em análise de Santos:

“envelhecimento das chefias, diminuição no tamanho do grupo, crescimento das famílias monoparentais, principalmente chefiadas pelas mulheres, o que implica em maiores complicações no processo de produção de cuidado às pessoas em situação de vulnerabilidade nas unidades familiares, pelas próprias vulnerabilidades vividas pelas próprias famílias”. (SANTOS, 2016, p. 26).

Nessa conjuntura, são as mulheres, escolhidas direta e indiretamente para abrirem mão de suas atividades profissionais para exercer o cuidado no âmbito

¹¹ Neoliberalismo constitui-se “uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem estar” (Anderson, 1995, p.9)

familiar, porém por ser uma atividade exercida e desempenhada em casa, não é remunerada e não é reconhecida, nem valorizada pelo mercado e sociedade.

Os novos arranjos familiares vão se transformando como uma unidade de formação de renda ao incorporarem novos integrantes no mercado, de acordo com Neto (1982, p. 20-21) “repercutindo nas relações internas que se estruturam em torno a um sistema de códigos e categorias que estabelecem uma rede de reciprocidade, de troca de direitos e deveres entre seus membros”.

Assim, é pelo campo do cuidado que se expressa a responsabilização da família, onde articulam-se estratégias de imposição ou transferências dos custos do cuidado para as famílias seja no âmbito financeiro, emocional e de trabalho (MIOTO, 2010).

Quando se menciona o direito, entende-se que a capacidade de cuidado e proteção da família está diretamente relacionada ao cuidado e à proteção que lhe são garantidos através das políticas sociais, especialmente das políticas públicas, conforme a CF do Brasil de 1988, em seu artigo 226 que reconhece que “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”.

De acordo com a VII diretriz do SUAS, com o objetivo de fortalecer o controle social em relação as políticas públicas, por meio do protagonismo e o exercício da cidadania, o CRAS é uma unidade que tem como responsabilidade de realizar ações voltados para a participação popular.

A diferença entre a participação social e controle social se faz porque é necessário e importante a primeira se concretizar, através de um diálogo com as instituições públicas, nos processos decisórios de assuntos que permeiam a vida dos cidadãos, para que assim ocorra fiscalização, o monitoramento, a avaliação e, se necessária, a interferência junto às ações decididas por meio do controle social.

Essas ações podem se desenvolver no CRAS, por meio das oficinas e grupos intergeracionais ou em espaços democráticos promovido por este ou demais políticas públicas, como fóruns de debate, audiências públicas e conferências, mediante a participação e reflexão dos usuários, como núcleo de discussão acerca da educação, saúde, trabalho, renda, cultura, meio ambiente, ou seja, como os indivíduos acessam e se acessam as políticas públicas, ou ainda sobre temas como a violência, adolescência, velhice, moral, sexualidade, entre tantos outros.

Para a transformação social, são necessárias ações educativas propostas no campo da coletividade, na escuta das necessidades, sobre a reflexão dos valores os

indivíduos. As ações dos CRAS partem do princípio da equidade, onde a proposta é fundamentada na minimização das desigualdades sociais fortalecendo as redes coletivas para o alcance da cidadania.

CAPITULO 3 – A DIMENSÃO EDUCATIVA E SUA CONTRIBUIÇÃO À CIDADANIA

A presente pesquisa tem como objetivo conhecer a realidade da Política de Assistência Social do município de Cerqueira César, analisando em qual perspectiva os assistentes sociais utilizam da dimensão educativa no trabalho profissional.

De acordo com os objetivos específicos da pesquisa, foram analisados a apreensão da dimensão educativa pelos assistentes sociais; como o assistente social realiza a dimensão educativa nos CRAS; e as dificuldades e facilidades para a materialização da dimensão educativa na perspectiva da emancipação.

Para melhor compreender o universo da pesquisa de campo é apresentado o município, bem como a estruturada da Política Municipal de Assistência Social.

Conforme definido, a pesquisa foi de bibliográfica, documental e de campo, com abordagem qualitativa. A técnica utilizada para a aplicação da pesquisa de campo foi o grupo focal por meio de um roteiro de perguntas para realização das entrevistas, permitindo aos participantes utilizar linguagem própria e emitir opiniões (MARCONI & LAKATOS, 2002, p. 101).

As informações obtidas foram de relevância no decorrer da pesquisa e de significativa importância para amplitude de conhecimento da realidade em que trabalham os assistentes sociais da Assistência Social, principalmente para a proteção social básica do município de Cerqueira César/SP.

3.1 A Política Municipal de Assistência Social no município de Cerqueira César.

O município de Cerqueira César, no interior do Estado de São Paulo, faz parte da microrregião do município de Avaré, com uma população estimada de 18.716 habitantes e caracterizada como de pequeno porte I. O município apresenta nível de 91,53% de urbanização, possuindo uma extensa área rural, o que dificulta a efetivação das necessidades pela população, devido problemas com deslocamento.

Conforme informações da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), a estimativa de domicílios permanentes são de 6.288, com média de 3 pessoas por domicílio.

O município, no ano de 2017, apresentava uma população jovem de 20,1%, com menos de 15 anos, mas com um elevado crescimento da população idosa, correspondendo a 74,31%.

Conforme o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) do município, estão instalados em seu território 03 (três) Centros Socioeducativos da Fundação Casa, 01 (uma) Penitenciária e 01 (um) Centro de Detenção Provisória Masculinos, o que tem aumentando a demanda de serviços para as Políticas de Assistência Social e Saúde.

As principais situações de vulnerabilidade ou risco social que se destacam no município, conforme diagnóstico socioterritorial do PMASweb (2018 – 2021, p.1) são:

1-aumento no número de famílias com insuficiência/falta de renda e assim de acesso a bens e serviços; 2- alto índice populacional de crianças e adolescentes e a inexistência de serviços e políticas públicas em especial o adolescente; 3- elevado número de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa em regime meio aberto; 4- aumento no número de população de rua advinda da crise econômica nacional e posição geográfica do município; 5- elevado índice de famílias vivendo situação de precariedade e déficit habitacional; 6- ampliação do índice de idosos vivenciando situação de fragilidade no convívio familiar e social; e 7- elevado índice de deficientes no município.

Dentro dos campos considerados de vulnerabilidade, Cerqueira César apresenta 10 famílias vivendo em acampamentos, 2 famílias decorrentes de instalação prisional, 7 famílias de trabalhadores sazonais. Observa-se a permanência da vulnerabilidade em consequência da existência do fluxo migratório de trabalhadores rurais que por vezes sofrem com o processo de entressafras ou se deslocam da região do nordeste brasileiro devido ao processo de emprego que por vezes não atendem suas expectativas, terminando desempregados e sem condições de voltarem para sua terra natal.

A rede socioassistencial do município de Cerqueira César é composta por um conjunto de serviços, executados diretamente pela Secretaria de Assistência Social ou em parceria com entidades conveniadas que compõe a rede de serviços de

Assistência Social, disponíveis para prestar o atendimento no enfrentamento das expressões da questão social.

A Assistência Social está dividida em duas proteções sociais, seguindo o modelo SUAS, sendo que na proteção social básica possui: 02 (dois) CRAS e 01 (uma) Entidade que desenvolve Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo para Idosos: Associação Cerqueirense da Vital Idade (ACERVI).

Na Proteção Especial dispõe de: 01 (uma) Instituição de Acolhimento para Idoso (Lar São Vicente de Paulo), 01 (uma) Instituição de Acolhimento para Criança e Adolescentes: Associação de Proteção e Assistência à Infância de Cerqueira César (APAIC) e 01 (um) serviço de proteção especial para pessoas com deficiência, idosa e suas famílias: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Cerqueira César.

Como o município não apresenta perfil para instalação de CREAS, devido número populacional, a Secretaria Municipal de Assistência Social é quem realiza os serviços da proteção social especial de média complexidade, destacando-se o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) para 44 adolescentes e Serviço não tipificado pela Resolução nº 109 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de 11/11/2009 - Serviço de atendimento especializado complementar ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) ofertado fora do CREAS para 20 famílias.

Os benefícios eventuais ofertados pelo município ficam na responsabilidade da concessão no órgão Gestor da Assistência Social e caracterizam-se em: auxílio funeral, calamidades públicas e emergências e vulnerabilidade temporária. Esses benefícios não estão regulamentados e as regras para seu recebimento é mediante comprovação de renda per capita de até de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

Os benefícios de calamidades públicas e emergências são caracterizados em distribuição de cobertores e distribuição de material de construção. Já os de vulnerabilidade temporária são as cestas básicas e as passagens intermunicipais.

O Programa Bolsa Família (PBF) apresenta 553 famílias beneficiárias, conforme informações do PMAS no ano de 2018 e tem sua gestão coordenada, assim como do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO) dentro da Secretaria Municipal de Assistência Social, embora esteja

referenciado aos CRAS, devido às normativas da Tipificação Nacional do Serviço Socioassistencial, a qual caracteriza público alvo para atendimento do PAIF, em articulação com os SCFV as famílias beneficiárias de programas de transferência de renda. A articulação do trabalho com as famílias do PBF é realizada entre as políticas públicas de Saúde e Educação.

Entre os programas de transferência de renda do Estado de São Paulo, são realizados: Programa Renda Cidadã, destinado às famílias, Programa Ação Jovem destinado a jovens entre 15 a 24 anos ou que estejam estudando e o São Paulo amigo do idoso, destinado aos idosos com 60 anos ou mais.

Os CRAS's do município são denominados: CRAS I “Recanto dos Pássaros” e CRAS II “Denise Barreto – Nossa Senhora de Fátima”, ambos possuem 1 coordenador e como equipe de referência 1 assistente social e 1 psicólogo cada um, contemplando a equipe mínima exigida para compor a proteção social básica - CRAS.

Quadro 1 – Equipe mínima da Proteção Social Básica – CRAS.

Parâmetros equipe mínima PNAS	CRAS I “Recanto dos Pássaros”	CRAS II “Denise Barreto – Nossa Senhora de Fátima”
01 (um) coordenador	01 (um) coordenador	01 (um) coordenador
2 (dois) técnicos de nível superior, sendo 01 (um) profissional assistente social e outro preferencialmente o psicólogo	2 (dois) técnicos de nível superior: 01 (um) assistente social; 01 (um) psicólogo.	2 (dois) técnicos de nível superior: 01 (um) assistente social; 01 (um) psicólogo.
2 (dois) técnicos de nível médio	2 (dois) técnicos de nível médio: 01 (um) técnico de acolhida 01 (um) técnico para o CADÚNICO	2 (dois) técnicos de nível médio: 01 (um) técnico de acolhida 01(um) técnico para o CADÚNICO

Fonte: elaborado pela autora (2019) e em conformidade com o Caderno de Orientações Técnicas: 2009.

Para a realização da pesquisa de campo, foi traçado o perfil das participantes e que compõem a Política de Assistência Social no município. Observa-se que são todas do sexo feminino, com idade entre 32 e 47 anos, tempo de trabalho como

assistente social entre 02 (dois) e 24 (vinte e quatro) anos e tempo de trabalho na Assistência Social entre 03 (três) e 24 (vinte e quatro) anos.

Quadro 2 – Perfil Profissional das Assistentes Sociais

Atribuição	Sexo	Idade	Ano de Formação	Tempo de trabalho como Assistente Social	Tempo de trabalho na Assistência Social
Assistente Social no CRAS	F	38	2014	04	04
Assistente Social no CRAS	F	38	2005	13	13
Coordenação do CRAS	F	43	1998	21	21
Coordenação do CRAS	F	47	1994	24	24
Assistente Social na Proteção Especial	F	37	2007	12	10
Assistente Social na Proteção Especial	F	38	2010	09	06
Gestão de Benefícios	F	49	2015	03	03
Gestão na Política de Assistência Social	F	32	2017	02	11

Fonte: elaborado pela autora (2019) de acordo com o roteiro de perguntas para a entrevista no grupo focal.

Os SCFV, da proteção social básica, desenvolvidos no “Recanto dos Pássaros – CRAS I” são: para usuários nas faixas etárias de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos; adolescentes e jovens de 15 a 17 anos; adultos de 30 a 59 anos; idosos com idade igual ou superior a 60 anos. No CRAS “Denise Barreto – Nossa Senhora de Fátima – CRAS II”, são realizados todos os serviços anteriores, acrescentado ainda o SCFV jovens de 18 a 29 anos.

Quadro 3 – Serviços da Proteção Social Básica no CRAS I “Recanto dos Pássaros”.

Tipo de Serviço	Capacidade mensal de pessoas/famílias atendidas
SCFV - idosos com idade igual ou superior a 60 anos	30
SCFV - crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	45
SCFV - adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	45
SCFV - adultos de 30 a 59 anos	20
PAIF – famílias	500

Fonte: Plano Municipal de Assistência Social – PMASweb, Cerqueira César. Bloco 3 Rede de Proteção Social, 2018/2021, p. 2.

Quadro 4 – Serviços da Proteção Social Básica no CRAS II “Denise Barreto – Nossa Senhora de Fátima”.

Tipo de Serviço	Capacidade mensal de pessoas/famílias atendidas
SCFV - idosos com idade igual ou superior a 60 anos	40
SCFV - crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	15
SCFV - adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	40
SCFV jovens de 18 a 29 anos	15
SCFV - adultos de 30 a 59 anos	15
PAIF - famílias	500

Fonte: Plano Municipal de Assistência Social – PMASweb, Cerqueira César. Bloco 3 Rede de Proteção Social, 2018/2021, p. 2.

O Serviço do PAIF é contemplado em ambos os CRAS, referenciando 50 famílias e as ações desenvolvidas são referentes: à distribuição/elaboração de materiais para informação e divulgação de acesso a direitos, realização de campanhas da Política de Assistência Social ou de outras políticas públicas, reuniões regulares com a rede de serviços do território (serviços socioassistenciais e

demais políticas públicas para estabelecimento de fluxos, acompanhamento familiar e fortalecimento do território), preenchimento do Registro Mensal de Atendimento (RMA) e reuniões regulares da equipe técnica e funcionários do equipamento.

Em relação à situação de vulnerabilidade ou risco mais graves, pontua-se que permanece “a existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso à renda” (PMASweb, 2018 – 2021, p.3), seguida de vulnerabilidades como:

a alta porcentagem de crianças e adolescentes na população; a existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares; as estratégias e alternativas diferentes da sobrevivência que podem representar risco pessoal e social; as diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; alta porcentagem de idosos na população e desvantagens resultantes de deficiência. (PMASweb, 2018 – 2021, p.3).

O BPC, tanto para idosos como para pessoas com deficiência, está vinculado ao acompanhamento dos CRAS, bem como as instituições de acolhimento ao idoso e a APAE, referenciando 36 usuários nos serviços. A quantidade de beneficiários do BPC idoso é de 96 pessoas e de pessoa com deficiência é de 231.

Como algumas das principais vulnerabilidades sociais estão associadas também a outras políticas públicas, a Assistência social realiza articulação junto à educação, por meio de encaminhamentos, mediante ofícios ao Conselho Tutelar, solicitando vagas na rede pública de ensino, assim como solicita atendimento para a saúde e possui vinculação do trabalho junto à Secretaria de Segurança Alimentar para execução do programa estadual Viva Leite.

Algumas ações estão previstas no PMAS a serem realizadas até o ano de 2020, sendo estas: reestruturação do Órgão Gestor (estrutura física e/ou equipamentos), concurso público, capacitação da equipe técnica, construção do Centro de Convivência da Criança e Adolescente, finalização do Centro de Convivência do Idoso (CCI), adequação do quadro de funcionários e reforma dos CRAS I e II.

Faz-se necessário informar que o município não desenvolve ações da vigilância socioassistencial e o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) foi criado por meio da Lei 938/97 de 22 de abril de 1997, com composição paritária, sendo 05 (cinco) membros titulares e 05 (cinco) membros suplentes.

O controle social por meio do CMAS é fundamental, a fim de dar transparência e fiscalizar a qualidade dos serviços prestados para a população, na questão financeira e ainda no controle das instituições de acolhimento.

3.2 A dimensão educativa na ótica dos assistentes sociais.

A discussão sobre a dimensão educativa do trabalho profissional dos assistentes sociais tem sua raiz na gênese do Serviço Social, no entanto, encontra-se fundamentalmente atrelada ao compromisso com a classe trabalhadora que a categoria profissional assumirá mais tarde.

Qual a compreensão dos participantes da pesquisa em relação à dimensão educativa do Serviço Social? A proposta está em apresentar como os profissionais de Serviço Social compreendem e/ou conceituam a dimensão educativa da profissão.

A partir da fala dos participantes, 03 pontos são destacados sobre a dimensão educativa: a educação, a reflexão e a informação.

A primeira questão discutida no grupo focal foi o que é a dimensão educativa do Serviço Social para os participantes. A elaboração da pergunta teve o objetivo de, além de caracterizar o conceito da dimensão educativa, compreender como os assistentes sociais a compreendem, tendo em vista que não é específica do Serviço Social, mas que tem sido utilizada desde os primórdios da profissão com perspectivas distintas.

Observou-se dificuldade das participantes em responder essa pergunta de maneira conceitual, mas as participantes buscaram exemplificar a partir das ações do cotidiano a dimensão educativa.

Dessa forma, a participante A pondera:

[...] o serviço social surge em uma base empírica e ele vai se aprofundando e se caracterizando, se tornando realmente uma profissão ligada totalmente a essa questão, pois nosso primeiro trabalho é com a comunidade. (A)

Observou-se, pela resposta da participante, que a dimensão educativa está relacionada às questões da comunidade, da coletividade, bem como compreende que a dimensão educativa sempre fez parte da atuação do assistente social, mas não elucida em qual período ou as diferenças entre elas no decorrer dos anos, o qual está atrelado às condições históricas do Serviço Social.

Quando se busca compreender o processo histórico do Serviço Social, depara-se com a dimensão educativa em diferentes períodos, pois esta sempre fez parte da sua história, sendo contemplada, ora por uma prática conservadora e autoritária pelos profissionais, subordinando o trabalhador às condições do capital e da exploração, ora por um trabalho realizado por meio do método dialético, com uma visão de participação e de democracia para os sujeitos.

Segundo Abreu (2004), após o período de Reconceituação do Serviço Social, busca-se contrapor a alienação, manipulação e a tendência dominante, assim permite-se desenvolver a dimensão educativa na transmissão de informações, norteando seu trabalho com vistas à emancipação.

Um importante e característico trabalho realizado pelos CRAS é o diagnóstico territorial para compreender e levantar os interesses sociais e relacioná-los com as questões da comunidade para que não se formule concepções equivocadas.

O diagnóstico da comunidade auxilia no agrupamento das famílias que apresentam as mesmas expressões da questão social, bem como interesses, permitindo para os assistentes sociais uma abordagem mais direcionada, sem serem excluídos do contexto ou de outros espaços coletivos que o território apresenta.

A prática da dimensão educativa só é possível quando o profissional entende e fundamenta sua intervenção na questão social, e em suas mais variáveis expressões, oportunizando por meio de um diálogo crítico e transformador, junto aos sujeitos, a compreensão de suas dificuldades dentro de uma sociedade capitalista, extremamente excludente.

Ainda refletindo sobre a fala da participante A:

Vamos colocar que a mais de 10 anos a Assistência Social, através do SUAS, da tipificação, vem exigindo do Serviço Social essa atuação, estando mais voltado para essa parte de educação, embora não tenha muito material e conteúdo voltado para essa parte educativa [...] e ao mesmo tempo somos agentes multiplicadores porque vamos atuar com a população mais vulnerável e nós vamos ser o primeiro elo que ela vai ter com a questão da educação. (A)

A participante reflete acerca do conceito de dimensão educativa, dentro de um perfil dos assistentes sociais como multiplicadores de informações e as exigências do SUAS no perfil profissional dos técnicos de referência do CRAS, quando posicionados como educadores, os quais tiveram que repensar sua postura e prática profissional.

Como já explicitado anteriormente, a dimensão educativa se relaciona em um movimento singular e de integralidade com as pedagogias adotadas durante toda a história do Serviço Social, em épocas e momentos particulares da construção da profissão no Brasil.

Acredita-se que os assistentes sociais podem ser intelectuais orgânicos e, dentro do CRAS, as intervenções podem ficar ainda mais próximas, pois são considerados agentes de transformação social e, necessariamente, isso acontece quando o trabalho profissional está pautado na perspectiva pedagógica da emancipação.

Para o assistente social, a dimensão educativa, é a possibilidade de trabalhar as particularidades do indivíduo de forma coletiva, é um mecanismo político ideológico, conforme define Gramsci, e que pode fortalecer a subalternidade ou propor a emancipação humana, rompendo com a ordem societária existente. Portanto, ela interfere nas diferentes áreas da vida do ser humano, no pensar, agir, saber e viver, e é definida como um mecanismo político ideológico.

Giachetto (2015, p. 23) coloca que quando o assistente social se assemelha ao intelectual orgânico de Gramsci [...], amplia assim o conceito de prática pedagógica, apreendendo-a no amplo processo de lutas de classes, vinculado à questão de hegemonia.

O assistente social, constituindo-se como um intelectual orgânico do proletariado, defende a classe das massas, por meio da função educativa e com o propósito de hegemonia dessas dentro de um projeto societário, assumindo seu compromisso com o PEPSS e com as classes subalternas.

A Assistência Social na perspectiva da educação tem representado um processo de conscientização dos sujeitos quanto às descobertas das suas responsabilidades no exercício dos seus direitos, e no cumprimento dos deveres.

A intervenção profissional pode ocorrer através de práticas da educação popular. Freire (1987) destaca que a educação libertadora ocorre a partir da educação popular, ou seja, quando é possível elaborar problematizações com novas

respostas, por meio de um processo dialético de conscientização e de uma práxis libertadora.

O fator libertador proporcionado pela natureza educativa é quando o sujeito conhece e reconhece o contexto em que está inserido, podendo propor mudanças que o permita alcançar a cidadania.

A ação libertadora por meio da educação popular acontece devido à troca de saberes entre membros de comunidades e seus interlocutores, intelectuais que acreditam na proposta de valorização da cultura popular, na participação democrática, no fortalecimento das potencialidades do povo, essencialmente atrelada à classe trabalhadora.

Pensa-se aqui em uma educação que transforma e que é capaz de provocar reflexões acerca da troca dos saberes e das experiências, que está além da escolarização, mas que reconhece as potencialidades para transformação da realidade onde os sujeitos estão inseridos. As participantes B e C analisam:

A partir do momento que você leva o usuário a reflexão, você tá buscando junto com ele, usando a dimensão educativa [...] Porque as outras profissões é isso e pronto, mas o Serviço Social é muito amplo, ele leva o conhecimento através da dinâmica que se adapta a cada realidade a cada seguimento. (B)

A gente tem que fazer eles refletirem, uma dimensão educativa de reflexão, mas as decisões são eles mesmos. (C)

A educação é inerente às relações sociais, portanto comprova-se que a dimensão educativa sempre esteve associada ao Serviço Social e está atribuída ao assistente social. Para os dias atuais, é fundamental uma reflexão acerca da dimensão educativa na Assistência Social, fundamentada no trabalho transformador e de promoção à cidadania dos usuários, a qual é acessada a partir das vivências e das aprendizagens.

O trabalho do assistente social, conforme o pensamento de Yamamoto (2009, p. 49), precisa ser [...] qualificado, que reforce e amplie sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa, e decifra a realidade.

As vivências são pontos de partida para novas e diferentes descobertas, em uma atuação baseada na educação social para a cidadania, com enfoque na discussão e desmistificação dos conflitos, dificuldades e potencialidades, o individual é incorporado para o coletivo.

O trabalho profissional tem impacto quando pautado em uma perspectiva de educação voltada ao conhecimento dos valores, às necessidades e à disposição que os sujeitos têm para a construção da coletividade. Assim, o assistente social tem que ter clareza quanto à organização das suas ações e as etapas a serem cumpridas, pois de nada adianta promover espaços de discussão e de reconhecimento do contexto social de um determinado território se as propostas para ação não estiverem bem definidas.

De acordo com a participante (F):

Se essa pergunta fosse feita em outros lugares eles iam achar que a gente ia ter que ir até o CRAS para educar os filhos deles. (F).

A partir da fala da participante F, é possível constatar a falta de clareza que profissionais de outras áreas e das políticas públicas possuem do Serviço Social e do seu trabalho desenvolvido na Política de Assistência Social. Essa confusão pode ocorrer também para usuários que solicitam os serviços, visto que essa forma de pensamento é resultado de um processo histórico tanto do Serviço Social como da Assistência Social ter sido construída primeiramente em uma visão de ajuda, bem-estar e assistencialismo.

A dimensão educativa define-se no trabalho profissional do assistente social, através de valores éticos, ideológicos, políticos e culturais, podendo contribuir com a manipulação ou a transformação de uma realidade, sendo esse um caráter contraditório da mesma. Assim, o profissional deve se posicionar a luz do PEPSS da profissão, direcionando política e ideologicamente suas ações a partir da teoria metodológica marxista e “[...] comprometido com os interesses das classes subalternas” (ABREU, 2004, p. 62).

Isso remete a pensar sobre o posicionamento político e ideológico que o assistente social deve demonstrar nas ações propostas junto aos sujeitos e com a rede intersetorial e socioassistencial, rompendo com o pragmatismo e com ações burocratizadas, direcionando sua atuação em consonância com o Projeto Ético Político que tem seu ideário na superação do domínio da classe burguesa, propondo respostas frente às expressões da questão social, buscando a efetivação da emancipação humana e política.

O PEPSS norteia a ação dos assistentes sociais para uma competência crítica, ética e política, propondo uma mudança da cultura das classes subalternas por meio da inserção dos sujeitos nos espaços de cidadania e democracia, compreendendo também que são espaços de luta para sublimação da classe dominante.

A partir do momento que o usuário pisa no CRAS, ele vai lá solicitando tal coisa, a gente conforme a conversa, já vai mostrando e tentando efetivar a dimensão de que ele é um usuário de direitos e deveres. A partir do momento que ele sentou para conversar a dimensão educativa já começa ali mesmo, para mostrar para ele primeiro o que é seu direito, que você está aqui para mostrar, o CRAS é sua segunda casa, nós estamos aqui para te servir, para te orientar, para te encaminhar, para você conhecer as políticas públicas. (H).

De acordo com a fala da participante H, pode-se constatar que desde o primeiro contato com o usuário, o assistente social consegue desenvolver a dimensão educativa por meio do reconhecimento enquanto sujeito de direitos e deveres, passando o diálogo a ser a principal forma de comunicação e relação entre profissional e usuário, estabelecendo confiança e se materializando no repasse das informações.

Pensando em uma dimensão educativa que visa um trabalho profissional com base na perspectiva da emancipação, os participantes declaram que é importante o respeito quanto às decisões dos usuários, pois é necessário para se alcançar uma cidadania que deve ser incluída também nas diferentes opiniões, modos de vida e de sobrevivência, conforme elucidam as participantes:

Se olhar pela lógica do senso comum, todo mundo quer ter uma casa, um trabalho, quer ter uma estabilidade, então a gente não vai impor para a família. Se for ver o que é mínimo, talvez a família não queira, tem pessoa que quer morar na rua por opção. (D)

A gente não tem que colocar a família em um padrão, a orientação tem que ser feita dentro da realidade dela. (C)

O assistente social tem como atribuição fornecer informações e subsídios suficientes, por meio do diálogo, de reuniões, dinâmicas, encaminhamentos para serviços públicos, inserção em grupos de discussão sobre temas que envolvam a realidade dos sujeitos, possibilitando novos conhecimentos, mas esses são

protagonistas de suas vidas, assim a intervenção profissional não pode tirar a liberdade ou o direito da opção e das escolhas de como querem viver.

Os sujeitos sociais, inseridos nesta sociedade capitalista e excludente, onde de um lado há os que detêm o poder e de outro os subalternizados, os sujeitos não devem ser submetidos em “caixinhas de fósforos”, estando todos na mesma posição, imóveis ao pensamento de decisão de suas próprias vidas.

A participante B refere-se ao trabalho do assistente social como um diferencial e essa particularidade se faz justamente pelo uso da dimensão educativa nas ações profissionais.

Hoje nossos grupos são intergeracional, então temos que ter essa dimensão educativa mesmo. Eu enxergo que o serviço social tem esse diferencial. (B)

O CRAS, por ser um espaço que trabalha com as diferenças a partir dos serviços socioassistenciais, em especial o SCFV, pautado no reconhecimento das vivências, ciclos de vida por faixa etária, e que oportuniza a troca de experiências, busca atingir a cidadania em seu foco individual e coletivo.

Faz-se importante essa fala da participante B, pois se observa que como se torna diferente e complexo o trabalho do assistente social nos CRAS, o qual exige um vasto conhecimento teórico sobre os segmentos atendidos, sem contar na criatividade e diferentes estratégias para se alcançar a efetividade das ações, contemplando espaços de escuta diferenciados e inclusivos.

Dessa forma, compreendendo um pouco mais da realidade do CRAS, a participante A aborda:

[...] Tínhamos dificuldade quando se falava antigamente na atuação com bairros, porque não se tinha muito isso, e foi com esse trabalho que surge o CRAS, uma atuação mais descentralizada (A).

Importante essa fala da participante A porque ela relembra o processo histórico da Assistência Social, processo conquistado através de lutas junto aos movimentos sociais associados ao Serviço Social, por uma CF, conhecida como Constituição Cidadã, e que principalmente reconheceu a Assistência Social como política pública, reorganizando seus serviços, benefícios e programas.

Importante destacar o processo de descentralização que atravessou o campo das políticas públicas, a fim de distribuir as competências para os níveis de gestão. Pensando na descentralização, é possível compreender que os municípios passam a ter maior autonomia para a execução das ações, mas correm o risco de sofrer com a transferência de responsabilidades.

A descentralização propicia a participação e a democratização, ou deveria, pois participar não quer dizer que se há garantia de decidir.

De maneira geral, percebe-se que os participantes têm conhecimento da dimensão educativa, embora apresentassem dificuldades em conceituá-la no início do grupo focal, no qual se observou certa insegurança para responderem e até mesmo para analisarem se realmente a dimensão educativa é realizada de maneira emancipatória e na efetivação da cidadania.

É necessário compreender que para aprimorar o SUAS é imprescindível a atuação dos profissionais comprometidos com uma atuação que traz como possibilidade a construção de um novo processo de descoberta e ressignificação do ser cidadão, pertencente a um local, território, comunidade, grupo e a um coletivo.

3.3 A dimensão educativa realizada pelo Serviço Social nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

O CRAS se tornou uma unidade estatal estratégica para trabalhar as expressões da questão social nos territórios de vulnerabilidade social, portanto, para analisar como o assistente social realiza a dimensão educativa no CRAS, procura-se associar a pergunta com as ações e intervenções realizadas por esses.

O CRAS assume um trabalho interdisciplinar para as atividades com grupos e, embora esse ponto não seja o objeto de estudo da pesquisa, faz-se necessário destacar, pois em conformidade com o PEPSS, as práticas educativas devem mobilizar os sujeitos para uma transformação, promovendo uma relação dialética entre o objetivo e o subjetivo, sendo compreensível e eficaz o trabalho entre assistentes sociais e psicólogos.

Esses profissionais, considerados membros da equipe mínima de trabalho e de referência para os territórios vulnerabilizados, realizam as ações do serviço do PAIF, mas evidencia-se que o município de Cerqueira César apresenta o serviço no PMAS, não havendo uma compreensão da sua real funcionalidade, portanto a dialética entre objetivo e subjetivo está comprometida ao pensar na efetivação da cidadania, em uma perspectiva de emancipação.

As participantes socializaram informações sobre esse assunto e que estão buscando conhecimento por meio de capacitações profissionais para mudar esse cenário, como se observam as falas que seguem:

Às vezes a gente tenta de uma maneira que não ta dando certo, então a troca de experiências e as capacitações externas são importantes (F).

O PAIF aqui em Cerqueira começou a funcionar esse ano, prontamente em fevereiro, não tinha PAIF, era um PAIF que a gente achava que era um PAIF, depois das capacitações que nós tivemos eu acho que deu uma clareada, para todos assim como que é trabalhar o PAIF. Então é tudo novo pra gente, agora que a gente ta vendo a adesão das famílias. (G)

Em relação ao PAIF mesmo, a gente fala que a gente nunca fez, eu penso que a gente sempre fez, é que nunca foi documentado. (E)

Agora nós estamos fazendo os atendimentos individuais, com a família. Agora as famílias juntas, as reuniões de grupo, nós vamos estar iniciando, é um projeto ainda, vamos iniciar. (B)

Embora o PAIF tenha início recente, as participantes manifestam o conhecimento do principal trabalho a ser realizado como sendo os de grupos. Os grupos são espaços de socialização primária, desde a formação da família até a convivência do indivíduo na comunidade. As participantes das pesquisas citam especificamente a reunião e não mencionam outras ações coletivas que pretendem desenvolver dentro do serviço.

No entanto, consideram-se as escritas de Guimarães (2004, p. 137): “a finalidade de formação do grupo é de aprendizagem, no sentido educativo”, devendo ultrapassar o nível da informação e da reflexão, passando a vigorar no nível da participação e da organização.

Ao contrário daqueles com finalidade psicoterapêutica, no grupo socioeducativo há sempre um foco a ser considerado, um resultado a ser atingido naquele encontro, naquela reunião ou ao longo das reuniões [...]trabalhar para o desenvolvimento dos participantes a partir de suas capacidades, atitudes, compreensão de sua situação face a questões sociais. E também, dos vínculos e das relações sociais que se estabelecem

no grupo socioeducativo, sem pretender fazer psicoterapia, com finalidade curativa. (GUIMARÃES, 2004, p. 137)

Observa-se ainda que a concepção da realização do PAIF no CRAS é um pouco diferente na visão das participantes G e E, quando mencionam o início das ações do serviço, lembrando que uma concorda que ele já era realizado, mas não documentado e a outra que seu início e efetivação são recentes. Considerando as falas das participantes, observa-se que as profissionais reconhecem suas ações e que essas podem influenciar na vida dos sujeitos.

A concretização da dimensão educativa no trabalho profissional do Serviço Social se dá não somente na transmissão de ideias, informações ou orientações, mas principalmente na escuta personalizada do profissional frente o trabalho que se pode desenvolver analisando as expectativas, anseios e necessidades dos sujeitos.

O Serviço Social trabalha com a objetividade e subjetividade dos sujeitos. A primeira quando intervém diretamente para o acesso às condições mínimas e na reprodução material, impostas pela ideologia do capital, e a segunda quando mediante intervenção na perspectiva da transformação é oportunizada a reflexão de sua vida e do contexto em que está inserida.

Pensando no cotidiano do trabalho profissional, o assistente social possui intencionalidade na ação e na instrumentalidade¹². Exemplo disso é quando informa o acesso a um direito, bem como quando busca a reflexão do sujeito para o cumprimento de regras quanto aos serviços e de seus deveres enquanto cidadãos.

Nesse contexto, obtêm uma relação profissional, assistente social e usuário, sendo necessário pensar qual pedagogia utilizar: a autoritária ou a transformadora, ou seja, aquele que sofre a ação está passível de reflexões para a conquista de sua autonomia e cidadania, ou é meramente um espectador de tarefas distribuídas e direcionadas pelo profissional, enfatizando a dominação e a alienação.

A formação profissional, sua concepção de homem e de mundo, suas questões culturais e o posicionamento político do assistente social vão influenciar diretamente o sujeito que sofre sua ação, legitimando o trabalho do assistente social,

¹² (...) “a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano”. (GUERRA, 2000, p. 22)

por meio de relações subalternizantes ou de efetivação de cidadania e emancipação.

Portanto, o posicionamento político ideológico, frente ao projeto das classes sociais, dá luz a um determinado projeto societário e faz refletir no processo educativo que reestrutura e produz uma determinada cultura, podendo ser essa em favor do capital, como na gênese do Serviço Social, não considerando a autonomia e seus usuários, ou em favor de uma sociedade mais justa e democrática.

Simionatto (2011, p. 55) dá luz às escritas de Gramsci, pois o entendimento de cultura está intimamente ligado com o de hegemonia:

[...] a luta pela hegemonia nas sociedades de capitalismo avançado não se trava só no nível das instâncias econômicas e política (relações materiais de produção e poder estatal), mas também na esfera da cultura. A elevação cultural das massas assume importância decisiva neste processo, para que elas possam libertar-se da pressão ideológica das velhas classes dirigentes e elevar-se à condição destas últimas [...].

Portanto, a visão de homem e de mundo que o profissional tem da sociedade, do seu cotidiano, da vida dos usuários e ainda o processo de alcance da cidadania é intrínseco do pensamento ao fazer profissional, podendo concretizar a dimensão educativa em suas diversas formas e perspectivas.

Analisando respostas referentes à materialização da dimensão educativa, evidencia-se a fala das participantes abaixo:

[...] questão da mobilização social e com os movimentos sociais, então a base do Serviço Social sempre foi essa. (A)

O Serviço Social tem muito isso, quando a gente trabalha em grupo, dinâmica, quando a gente busca levar o usuário a refletir sobre qualquer assunto. Nossos usuários foram participar da conferência da saúde e eles tiveram uma participação muito boa, pois a secretária de saúde e as pessoas que estavam lá, confirmou isso. Todo trabalho que a gente faz no grupo, a gente busca realmente estimular e fazer com que eles enxerguem como direito e parar com o favor. (B)

A dimensão educativa é efetivada no fazer profissional, na mediação das relações, conforme elucida Raichelis (1982, p. 154):

O Serviço Social, ao longo do seu desenvolvimento histórico, enquanto prática profissional, sempre realizou uma ação educativa junto às classes populares na medida em que a sua intervenção interfere nas concepções e representações da população acerca de si própria, do Estado e da sociedade.

O Serviço Social é intermediador das demandas postas na vida cotidiana de seus usuários, cabendo a esse também criar estratégias de enfrentamento às realidades postas, por meio da prestação de serviço e de um trabalho educativo.

O trabalho do assistente social é diferenciado quando passa a reconhecer a dimensão educativa de sua ação, descobrindo sua função pedagógica, não como na educação formal, mas com o desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos mediante sua intervenção, respeitando suas lutas, reivindicações e história de vida.

Os CRAS de Cerqueira César desenvolvem um excelente trabalho com os SCFV, o qual se pode observar mediante os serviços descritos no PMAS e conforme afirmativa da participante B quando questionada qual grupo participou da conferência da saúde, evidencia-se que foi o SCFV dos idosos acima de 60 anos que, segundo a fala da participante C, caracteriza o grupo:

[...] sempre que a gente vê e participa, vemos que eles são bem empoderados. (C)

Citada a questão voltada para a participação em conferências, entende-se que o grupo, pelo menos dos idosos do município, consegue sair do campo da informação e da reflexão, alcançando o nível da organização e da participação, assim se exerce o controle social, que se trata de uma das diretrizes do SUAS, sendo resultado da ação profissional pautada na dimensão educativa de emancipação, e que possibilita a implementação da política pública de Assistência Social, por meio da visão de seus usuários, em um pleno exercício de cidadania, fortalecendo as relações sociais entre os sujeitos que participam desses espaços de escuta, diálogo e autonomia.

A participante A menciona ações voltadas para a mobilização social, portanto reconhece a base da dimensão educativa na perspectiva da emancipação, atrelada aos movimentos sociais, inclusive previsto no Código de Ética do Serviço Social como um direito do profissional em participar desses movimentos, “Artigo 12 b: apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania”, ou ainda como um dever no “Artigo 13, c: respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras”, e ainda uma competência conforme a Lei 8662/93, que regulamenta a profissão do serviço social, “Artigo 4, IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às

políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade”.

A informação é outro item caracterizado como uma ação educativa do assistente social e fortemente mencionado pelas participantes, como se percebe nas falas citadas abaixo:

Informações principalmente quando fala da formação dos cidadãos, sendo ela formal ou empírica esta ligação à consciência cidadã, questão de direito, de deveres, então a gente acaba repassando essas questões aos usuários (A).

Acima de tudo levando a informação para o usuário, eu enxergo dessa maneira, a informação dele parar com a história de que é favor, é direito. [...] Para mim a informação acima de tudo, o direito da informação nunca vou omitir, sempre vou informar, sempre parto desse princípio, se esgotou os recursos e aquele usuário não foi atendido, oriento e informo para que ele busque recursos na promotoria por exemplo, independente se o setor vai gostar ou não vai por questões política, sempre a informação. (D)

Vale lembrar que a informação faz parte da dimensão educativa do Serviço Social, embora seja necessário pensar: com qual intencionalidade e perspectiva que essa informação é repassada aos sujeitos pelos profissionais, na perspectiva da ajuda ou da emancipação?

Quando a participante D menciona o encaminhamento dos usuários para a justiça, a fim de alcançarem seus direitos, analisa-se como uma ruptura com o atendimento tutelado e conservador e que não coloca em primeiro lugar os interesses da instituição, mas da classe subalterna, considerando, portanto, uma visão crítica, propositiva e inovadora.

A título de alguns exemplos, Oliveira e Elias (2005) analisam quatro características da dimensão educativa em uma perspectiva emancipatória, sendo essas: a informativa, a reflexiva, a participativa e a organizativa. Estas aparecem no trabalho do assistente social e são realizadas a partir da forma como o trabalho é posto aos sujeitos. As autoras afirmam que muitos dos profissionais não conseguem ultrapassar das características informativa e reflexiva.

“A esfera informativa envolve o estímulo, o processo de comunicação, a dialogicidade, as orientações sociais e de direitos de cidadania, a decodificação do real, entre outros”. (OLIVEIRA & ELIAS, 2005, p. 56)

A fase inicial do trabalho se processa no campo da informação e a partir de objetivos bem elaborados se caminha para concretude das demais características: reflexão, participação e organização.

A reflexiva, busca a análise das expressões da questão social em seu dia a dia, de maneira subjetiva e intrínseca na vida dos sujeitos. É uma ação a praticar a problematização e os questionamentos da realidade em se está inserido. De maneira reveladora, observa-se que a reflexão para ser concretizada passa por dois processos, o primeiro de como as informações necessárias são dialogadas, evidenciando a importância do trabalho profissional quanto a disponibilidade das informações aos sujeitos, e a segunda fica na esfera da compreensão do sujeito quanto as situações vivenciadas.

A característica participativa é dividida em dois momentos, considerado pelas autoras como intrínseco quando o assistente social viabiliza meios de comunicação e maneiras educativas dentro do seu espaço de trabalho e extrínseco quando o sujeito busca outros espaços públicos de direitos.

A característica organizativa relaciona-se quanto à mobilização dos sujeitos para os movimentos sociais, a partir da organização popular, propiciando a construção de uma consciência coletiva na perspectiva crítica.

Pensando em uma ação educativa que valoriza uma nova Assistência Social, rompendo com os estigmas da benesse, considerando a fala da participante F, identifica-se o comprometimento profissional e com os sujeitos da qualidade prestada dos serviços:

As vezes a gente sabe a nossa realidade não é igual, mas tem coisas que da para se aplicar. O que não está dando certo tentar aplicar outra solução.
(F)

Essa questão envolve o monitoramento e a avaliação dos serviços prestados, ou seja, busca-se o aprimoramento das ações e da intervenção e identificar o que precisa ser melhorado, adaptado e modificado, exigindo uma ação criteriosa da gestão, e da atuação no trabalho profissional em prol da cidadania.

Ao possibilitar aos participantes da pesquisa uma reflexão sincera sobre as ações realizadas, as quais objetivam a cidadania, entende-se que os assistentes sociais ainda estão construindo seu plano de trabalho acerca do trabalho com

famílias, mas acreditam que a discussão no grupo focal foi importante para analisarem o cotidiano profissional, como se evidencia na fala da participante D:

Super legal essa oportunidade, essa discussão para nós (D).

Ressalta-se que, ao analisar o documento do PMAS, as ações descritas, realizadas junto à população usuária nos SCFV, são elencadas como: acolhida, desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social, fortalecimento da função protetiva da família, desenvolvimento de autonomia pessoal e grupos socioeducativos.

O trabalho realizado com as famílias, por meio do PAIF, são: acolhida, escuta, visita domiciliar, elaboração do plano de acompanhamento familiar, elaboração de relatórios e prontuários, orientação sociofamiliar e orientação para acompanhamento para rede de serviços locais, promoção de acesso a documentação pessoal, reingresso escolar, diagnóstico e encaminhamento para cadastramento socioeconômico, desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social, fortalecimento da função protetiva da família, informação, comunicação e defesa dos direitos, mobilização e fortalecimento de rede sociais de apoio, mobilização para o exercício da cidadania, articulação da rede de serviço socioassistenciais, articulação do sistema de garantia de direitos, articulação com outras políticas setoriais, ação de reconhecimento do território, busca ativa, campanha socioeducativa, produção de orientações técnicas e material informativo, realização de palestras, grupos socioeducativos, atividades artísticas e culturais.

As ações citadas anteriormente podem caracterizar-se com uma atuação conservadora, tentando tutelar os sujeitos mediante intervenção, fortalecendo os moldes da sociedade capitalista neoliberal, ou propondo inovação e emancipação, visualizando o usuário da Política de Assistência Social em sua totalidade e como indivíduo em processo de transformação, autonomia e em busca de sua cidadania.

Sendo a cidadania uma das categorias mais utilizadas na atualidade pelo Serviço Social, remete a um questionamento que se faz oportuno para compreender como o profissional aborda essa concepção em tempos de Estado Moderno e capitalista.

No contexto histórico de cidadania, observou-se que os direitos foram conquistados ao longo do tempo e de maneira gradativa. Marshall (1967) pontua que

os direitos civis¹³ foram conquistados no século XVIII, os direitos políticos¹⁴ no século XIX e os direitos sociais¹⁵ no século XX. Para elucidar essa evolução, e para compreender a cidadania, cita-se Santos:

[...] é constituída por diferentes tipos de direitos e instituições; é produto de histórias sociais diferenciadas protagonizadas por grupos sociais diferentes. Os direitos cívicos correspondem ao primeiro momento do desenvolvimento da cidadania; são os mais universais em termos de base social que atingem e apoiam-se nas instituições do direito moderno e do sistema judicial que o aplica. Os direitos políticos são mais tardios e de universalização mais difícil e traduzem-se institucionalmente nos parlamentos, nos sistemas eleitorais e nos sistemas políticos em geral. Por último, os direitos sociais só se desenvolvem no nosso século e, com plenitude, depois da Segunda Guerra Mundial; têm como referência social as classes trabalhadoras e são aplicados através de múltiplas instituições que, no conjunto, constituem o Estado-Providência. (SANTOS, 1997, p. 244)

A cidadania está relacionada aos espaços de organização da humanidade, na criação e formação das cidades, da vida humana, dos modos de acesso para sobrevivência e convivência em sociedade.

Os assistentes sociais devem produzir ações diferenciadas para o acesso a cidadania, por meio de acesso a informações, a compreensão do contexto histórico dos sujeitos, não é algo acabado, ela está sempre em um movimento dialético. Conforme pontua Faleiros (2009, p. 115), “o Serviço Social poderá reduzir-se, aí, a um mero agente burocrático na era dos serviços como também poderá ampliar alternativas de ação para a defesa da cidadania”.

Propor ações diferenciadas pelo assistente social se caracteriza em não ser mero administrador de recursos, mas no exercício da dimensão educativa, propor alternativas que caminhem na contramão da lógica capitalista, de modo que sua ação ultrapasse os limites das políticas públicas no acesso aos direitos sociais.

Conforme Faleiros (1997, p. 61), “os deveres do Estado são, por sua vez, direitos dos cidadãos”, considerando a assertiva, conclui-se que as ações desenvolvidas pelo Serviço Social pode ser um mecanismo para que os sujeitos acessem seus direitos, articulando seus processos de trabalho com os movimentos e organizações sociais, e assim criar novos espaços de participação política.

¹³ (à vida, à liberdade de ir e vir, de imprensa, de pensamento e de religião, o direito à propriedade e à justiça) T.H. Marshall.

¹⁴ (expressão livre, participar em partidos, movimentos, associações e sindicatos, votar e ser votado, e de exercer cargos públicos) T.H. Marshall.

¹⁵ (alimentação, habitação, saúde, educação, lazer, trabalho com salário condizente) T.H. Marshall.

A cidadania a qual se pretende discutir nesta pesquisa é aquela que está além da relação entre Estado e indivíduo, trata-se de uma cidadania ativa, de participação ativa nas decisões que permeiam a vida dos sujeitos, e não somente porque os sujeitos não conseguem acessar seus direitos por meio das políticas públicas do Estado.

O Serviço Social, como característica do seu trabalho, intervém em realidades de sujeitos excluídos e é possível questionar: se todos os indivíduos são considerados cidadãos, por que somente alguns possuem uma cidadania efetiva? Como exemplo, depara-se com a falta de moradia, de emprego, e luta por educação com qualidade e saúde digna.

O assistente social pode desempenhar suas ações de modo a criar oportunidades para o acesso da cidadania plena, mobilizando os sujeitos para compreensão de sua realidade e para o interesse público da vida em comunidade. É claro que essa mobilização não é facilmente realizada, exigem estratégias muito bem elaboradas e pensadas, bem como vontade de compreensão dos fatos nos sujeitos, dos poderes legais, das instituições e no indivíduo de intervenção do Serviço Social.

Como proposta para a promoção da cidadania, por meio da dimensão educativa, inicia-se abordando sobre a técnica do ouvir sobre suas perspectivas de vidas, possibilidades de acesso a direitos e quais acessar. O profissional trabalha o encorajamento dos sujeitos, levando-os a refletir sobre novos horizontes.

Conclui-se que a dimensão educativa relaciona-se integralmente com a interventiva, pois é possível orientar e informar os usuários quanto ao protagonismo a ser alcançado, por meio do processo de construção e reconstrução de suas vidas.

O protagonismo nas ações deve ser mutuo, alcançado também pelo profissional em suas ações, para que esse não se torne realizador de tarefas rotineiras e cumpridor de agendas estipuladas pelas políticas públicas, a fim de fortalecer o poder do Estado sobre os valores e as necessidades da população, afinal, a participação cidadã somente se concretiza quando se dá voz para quem as políticas sociais e públicas são direcionadas.

O fazer profissional se constitui em um arcabouço de valores éticos, políticos e ideológicos. Assim pode-se considerar como importante a mediação do assistente social nas relações sociais, pois este pode reafirmar o processo de transformação do sujeito ou perpetuar ainda mais uma perspectiva de subalternidade.

Surge a partir dessa análise de subalternidade ou transformação, aspectos que podem se tornarem contraditórios na intervenção do assistente social, podendo este seguir uma linha de pensamento, pautada no materialismo histórico dialético, o qual propõe alternativas estratégicas de superação às tendências societárias.

Não se pode separar a dimensão educativa da interventiva, estas se relacionam, pois o assistente social necessita intervir, a fim de propor uma visão de democracia, de participação, de envolvimento com a realidade e isso só é possível a partir de uma relação pedagógica e politizadora de seus usuários.

3.4 A materialização da dimensão educativa na perspectiva da emancipação.

A fim de destacar as dificuldades e facilidades apresentadas pelas participantes da pesquisa, inicia-se com as facilidades:

Eu vejo como facilidade, a abertura que o Serviço Social tem em todas as áreas, nós temos a facilidade de chegar. (D)

Os CRAS estão divididos pela questão de comodidade para o usuário, mas o serviço é um só. Tudo o que uma vai fazer a outra participa. (D)

Destaca-se como é importante o reconhecimento da profissão do Serviço Social pela população usuária, pelas diversas áreas do conhecimento e políticas públicas articuladas para efetivar a cidadania. A participante D destaca que no município existe esse reconhecimento, possibilitando o trabalho e a interdisciplinaridade, bem como a referência e a confiança da população.

A materialização da dimensão educativa se concretiza a partir da função pedagógica exercida junto à população usuária, independentemente se o profissional a percebe ou não. Entende-se que ela se materializa, mesmo o profissional não tendo esse conhecimento, gerando resultados como de viabilizar a emancipação da classe trabalhadora ou a reafirmação da classe dominante.

Outra facilidade destacada é o trabalho articulado entre os próprios assistentes sociais, por meio do qual é permitida a construção de um plano de trabalho em conjunto, com troca de informações, experiências e saberes,

estabelecendo uma comunicação a fim de fortalecer os serviços da proteção social básica de Cerqueira César.

Olha faz dois anos que a equipe inteira faz o PMAS, porque antes nunca era feito (G)

Vale salientar que a participação da equipe na construção/elaboração do PMAS é considerada uma facilidade, o que leva a destacar esse fator como um avanço, já que anteriormente não se realizava dessa forma. A elaboração em conjunto do Plano que dá o norte às ações da Assistência Social no município, fortalece a rede, a equipe e os usuários, pois as ações passam a ser cada vez mais articuladas entre os serviços PAIF e SCFV, assim como preconiza a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Quanto às dificuldades ou limites relacionados, inicia-se com a articulação entre as políticas públicas de Assistência Social, Educação e Saúde, pois acredita-se na confusão que se faz quanto a atribuição das ações do CRAS.

A saúde e a educação acha que a gente vai fazer mágica, mas é a função deles, a garantia de direito por meio da educação, da saúde, não é só nós. (G)

A dificuldade com outras políticas públicas não se encerra somente no conhecimento das atribuições, mas nos serviços ofertados aos sujeitos de acesso aos direitos:

a gente esbarra na falta de políticas públicas, nós temos algumas limitações,[...] e a questão é que a gente esbarra muito na questão da moradia, isso é uma questão que falta muito, a habitação. Às vezes quando a gente vai trabalhar com a família, eu acho que esbarra um pouco nessa falta de política pública, acaba não tendo muito onde encaminhar, geração de emprego para os adolescentes, pois a cidade é pequena, pois acaba não tendo como acolher todo mundo (D)

Muitas vezes não tem nem política para encaminhar, não tem o que propor para aquela família, nem sempre o que ela quer é o que nós temos para oferecer. [...] É difícil a articulação, tanto para nós dentro da nossa política e da deles. (F)

Realmente, a falta de políticas públicas para nortear a ação do assistente social torna-se uma grande dificuldade, principalmente em município pequeno e com poucas possibilidades de encaminhamentos. Dessa forma, acredita-se que a

realização de fóruns de debates e audiências públicas pode minimizar esse distanciamento, até mesmo para a população compreender o que não é possível de se realizar devido à falta de verbas públicas e a burocratização das ações nas instituições públicas.

A ação educativa na perspectiva da emancipação busca desenvolver as potencialidades e habilidades, mas também é um processo político de formação da cidadania, exigindo-se a troca dos saberes, portanto, produz um conjunto de significados sociais, políticos e culturais.

Esses espaços tornam mais próxima essa relação entre população e administração pública, podendo ser um pontapé inicial para se cobrar da administração pública a ação de ouvir mais as necessidades da população.

O caráter politizante de uma ação está na democratização das informações, a qual produz espaços coletivos de conhecimento, onde todos os envolvidos passam a ter acesso às informações e podem compartilhar suas contribuições e experimentar as idéias propostas no campo da vida social e política.

Um ponto basilar, na promoção da cidadania, está na formação do vínculo entre profissional e sujeitos da ação, pois dessa relação emerge o incentivo na participação e na mobilização dos sujeitos dentro de uma comunidade, fazendo surgir espaços de expressão e decisão, a reflexão dos sujeitos frente suas capacidades pessoais para que junto destas busquem alternativas e repostas para efetivação dos direitos.

Assim, sendo o assistente social propositivo e crítico, e com ações educativas que compreendem o sujeito na perspectiva da totalidade, é possível o acesso a cidadania ativa.

Outro limite apresentado refere-se à adesão da população aos serviços disponibilizados pelos CRAS e políticas públicas.

É difícil a adesão deles. Nós estamos ainda muito frustradas, [...] mas em casos que a gente precisa fazer esse trabalho com a família, no todo, eu não sei se está faltando conhecimento para gente, falta a adesão. Nós não estamos conseguindo chegar até eles. (B)

Eu percebo que a gente se desdobra para tentar oferecer o caminho para a família, lógico que com a participação deles, só que não tem muito retorno por parte da família. (E)

Os serviços e benefícios estão assegurados para garantir a efetivação da proteção social do SUAS, que ultrapassam a provisão de bens materiais, buscando efetivar a cidadania e a autonomia dos usuários da Política de Assistência Social.

Outra questão refere-se:

É uma questão cultural, desde que eu estou aqui eu atendo há anos uma pessoa pedindo cesta básica e assim você orienta, você tenta propor caminhos para que a pessoa consiga. É muito difícil você construir um PAIF com a família, você tem que deixar os valores dela, que não são os nossos e é muito complicado porque você às vezes acha que ta propondo um caminho que é lindo, maravilhoso e pra família não serve. [...] Às vezes eu acho que as pessoas pensam que o Serviço Social vai resolver tudo, não só o usuário como as outras políticas, como se tivesse uma varinha para resolver todos os problemas e não funciona dessa forma. (E)

Destaca-se a importância do trabalho profissional do assistente social, respeitando os valores, os princípios, as escolhas e principalmente as decisões dos sujeitos ou da família na participação das ações. Por mais que o profissional desenvolva seu trabalho com base na dimensão educativa de emancipação, propondo estratégias de intervenção que vão de encontro com o caminho da cidadania, é o sujeito social que decide se vai acessar ou não seus direitos por meio das políticas públicas.

O assistente social não tem como, nem pode controlar os pensamentos e as escolhas dos usuários, seu papel é propor transformações sem invadir as especificidades do ser humano. Essa talvez venha ser a maior dificuldade encontrada pelos profissionais, trabalhar a frustração no cotidiano profissional.

Elenca-se, além dos limites e facilidades para a efetivação da dimensão educativa, alguns desafios que permeiam a realidade do município, universo dessa pesquisa, quanto à contratação de um orientador social para o SCFV, pois até a presente data os próprios assistentes sociais é que desenvolvem os serviços e o desafio está em contratar alguém que desenvolva a dimensão educativa junto com os coletivos, desenvolvendo ações que valorizem espaços proativos, de reconhecimento das diversidades e que promovam através das ações o protagonismo e o acesso a cidadania. A participante B define que o orientador deve ter formação em Serviço Social, embora essa seja uma exigência que o município pode realizar para a contratação, pois a lei federal exige apenas o Ensino Médio como formação escolar.

O orientador social tem que ser um assistente social (B)

Como você vai ser um orientador social de um grupo de serviço de convivência, se você nem sabe para que serve o grupo (G)

O orientador social, conforme as regras estipuladas, deve ser referência para o grupo em que trabalha, por isso a preocupação notada na fala da participante G, com o comprometimento profissional em reconhecer os coletivos como espaço de conhecimento e de cidadania, a compreensão da realidade a ser intervinda para aplicação de ações que caminham de encontro com a necessidade da população usuária.

Como fator positivo já alcançado nas ações da gestão da Assistência Social, é demonstrado na fala da participante G:

Uma das evoluções que a gente teve foi tirar a imagem que tudo era aqui antes ao invés do CRAS ser a porta de entrada, aqui era a porta de entrada. (G)

O espaço abordado pela participante em sua fala é o prédio da Secretaria Municipal de Assistência social, entende-se que a população precisou ser informada quanto as atribuições de cada órgão, pois antes do SUAS não havia essa divisão das proteções e das atribuições, com a implantação dos CRAS, a porta de entrada para todos os serviços da Assistência Social passou a ser a unidade estatal responsável pela proteção básica nos territórios.

Pode-se imaginar que para o rompimento das práticas anteriores ao SUAS, os usuários foram abordados pela atuação dos assistentes sociais, por meio da dimensão educativa, os quais tiveram que elaborar estratégias para a nova estruturação da assistência social.

O caminho para o alcance da cidadania ativa é desempenhado também pelo profissional e seu posicionamento frente aos sujeitos, portanto, é necessário repensar a prática profissional, no viés de um projeto participativo e democrático, buscando amplitude dos espaços políticos, reconhecendo individualmente as necessidades concretas da população e as tornando em questões coletivas, e ainda deixar de lado a visão reducionista e mecanicista, se comprometendo com a qualidade dos serviços prestados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as reflexões apresentadas, conclui-se que a pesquisa não tem fim, nada está totalmente acabado que não possa ter ainda novas hipóteses, descobertas, portanto, “[...] tudo o que existe na vida humana e social está em perpétua transformação, tudo é perecível, tudo está sujeito ao fluxo da história” (LOWY, 2000, p. 14).

Devido a pouca produção de pesquisa, voltada para o tema da dimensão educativa, essa dissertação pode possibilitar novas pesquisas na área do Serviço Social, principalmente acerca da dimensão educativa, de maneira a demonstrar, explicar, qualificar como se aplica a intervenção do assistente social, fortalecendo o Projeto Ético-Político em uma perspectiva emancipatória, crítica da realidade, transformadora, comprometida com as classes subalternas e com os movimentos sociais de luta.

É importante acentuar que a dimensão educativa perpassa o processo histórico no Serviço Social e seu desenvolvimento apresenta mudanças significativas na intervenção profissional, o que possibilitou uma atuação mais propositiva e emancipatória nos dias atuais.

Assim, o assistente social é considerado um intelectual orgânico de coesão e consenso, pois está ligado organicamente aos modos de produção capitalista, mas utiliza-se da dimensão educativa no seu trabalho profissional, para o pleno exercício dos direitos e da democracia, influenciando diretamente na organização cultural das classes usuárias da Política de Assistência Social.

A dimensão educativa está em consonância com o Projeto Ético-Político da profissão, propicia aos assistentes sociais a possibilidade de se discutir sobre uma nova ordem societária que não seja vinculada ao capitalismo. Mas não tem por si só a responsabilidade da construção de estratégias que superem o capital, não existindo receituário a ser aplicado no cotidiano profissional.

Desenvolver a dimensão educativa dentro da Assistência Social implica também em ceder às condições do capital, embora os CRAS sejam considerados espaços democráticos, ainda existe a cobrança de ações por parte do Estado, de características disciplinadoras, como os padrões de elegibilidade de programas de transferência direta aos usuários.

A pesquisa de campo, a partir da técnica do grupo focal, constatou que o assistente social utiliza da dimensão educativa na perspectiva da emancipação com dificuldades, devido ao cenário das políticas públicas, e também no dilema da relação de contradição capital-trabalho.

As dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas estão atreladas à dimensão educativa, embora houvesse dificuldades em relacioná-las de maneira explícita pela fala das participantes, apresentando dificuldade de compreensão quanto ao seu conceito.

Todavia, as respostas ficaram centradas basicamente na possibilidade da defesa dos direitos e não na proposta de mudança da ordem societária capitalista, a fim de discutir a construção da hegemonia enquanto classe.

Percebe-se que a principal atividade citada entre as ações realizadas na perspectiva educativa é a informação que as participantes acreditam que os sujeitos podem superar a visão ingênua e distante do acesso aos direitos da realidade em que estão inseridos, adquirindo o sendo crítico da cidadania.

Observa-se que o despreparo dos profissionais ao intervir e propor ações inovadoras e de emancipação, relaciona-se quanto a sua visão de homem e de mundo, bem como quanto a própria formação acadêmica, sendo este um desafio a ser superado pelo Serviço Social.

Constata-se que os desafios acerca da materialização da dimensão educativa estão relacionados com o entendimento que as outras políticas públicas e setoriais possuem da Assistência Social, pois não é fácil romper com os paradigmas de uma história pautada na benesse e no assistencialismo.

Compreende-se que a materialização da dimensão educativa ocorre por meio da reflexão das informações e na participação dos sujeitos, mas falta concretizar a organização dos mesmos como coletivo.

Quanto aos resultados, acredita-se que a pesquisa contribuiu de maneira satisfatória, o que pode fortalecer o trabalho profissional na Política de Assistência Social, bem como acerca do desenvolvimento da dimensão educativa nas ações dos assistentes sociais no CRAS do município de Cerqueira César/SP, intensificando o comprometimento dos profissionais com as leis que regulamentam a Política de Assistência Social e com a profissão do Serviço Social.

A pesquisa também promoveu a reflexão e avaliação dos profissionais quanto a sua intervenção no CRAS e a promoção e a afirmação dos direitos e do

desenvolvimento de capacidades e potencialidades, oportunizando aos indivíduos alternativas emancipatórias de enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, promovendo o empoderamento de uma participação construtiva, discutindo e conhecendo questões sociais que afetam toda uma sociedade, de assegurarem seus direitos socioassistenciais, além de cumprirem com seus deveres.

A fim de realizar devolutiva, para os participantes da pesquisa, será elaborada apresentação da análise e interpretação dos dados coletados, a fim de dar transparência quanto aos resultados e em respeito à disponibilidade da participação na mesma. Também será publicizado o resultado da pesquisa através de artigos em eventos e revista científica.

Finalmente, o relatório do resultado da pesquisa será encaminhado ao Comitê de Ética da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, além da promoção de atividades de discussão com outros profissionais interessados por esta área de atuação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais expressões particulares na sociedade brasileira.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.79, p. 43-71, set. 2004.

_____. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional.** São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. Assistência Social, mobilização, educação popular. In: CFESS. **O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional.** Brasília, DF, 2011b.

_____. CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: **CFESS; ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais- Brasília, 2009.** p. 1–18.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho.** 6 Ed. Coleção Primeiros Passos, Editora Brasiliense, São Paulo, 1994.

ARENDT, Hannah. **A promessa da política. Organização e introdução de Jerome Kohn.** Trad. Pedro Jorgensen Jr. 2 ed., Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Cortez, São Paulo, 2006.

_____. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** Boitempo Editorial, São Paulo, 2000.

ABEPSS. **Lei de Diretrizes Curriculares.** Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BASTOS, Amanda Suelen Ferreira. **A renovação do Serviço Social e vigência na contemporaneidade.** Disponível em: http://fjav.com.br/revista/Downloads/edicao08/Artigo_365_378.pdf. Acesso em abr. 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.

_____. BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História.** São Paulo: Cortez, 2006.

BONETTI, Dilséa Adeodata, org. et.al. **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis.** São Paulo: Cortez, 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e trabalho no Capitalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

BRASIL. **Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. 2. ed. Brasília: GESST/SER/UnB, 2003.

_____. **A menina LOAS** – um processo de construção da Assistência Social. 3 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

_____. Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que estabelece a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, publicada no **Diário Oficial da União** - DOU de 08 de dezembro de 1993. Brasília, DF.

_____. Presidência da República. **Lei 12.345 de 06 de julho de 2011, que altera a LOAS introduzindo o Sistema Único de Assistência Social - SUAS**. Brasília, DF, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional De Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, DF, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução n. 17, de 20 de junho de 2011**. Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Brasília, DF, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF, MDS, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. Secretária Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas para o PAIF – Volume 1: O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF, 2012.p. 78.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. Secretária Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas para o PAIF – Volume 2: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Atendimento Integral à Família - PAIF**. Brasília, DF, 2012.p. 111.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. Secretária Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 e Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, DF, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS): Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**. Brasília, DF, 2005.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães; BARBOSA, Maria das Graças da Cruz. Memórias da Educação: A Alfabetização de Jovens e Adultos em 40 Horas (Angicos/RN, 1963). **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, N43, p.66-77, set. 201. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639928>>. Acesso em jan.2019.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2003.

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Resolução n. 273, de 13 de março de 1993. Publicada no Diário Oficial da União – DOU, Brasília, 30 mar. 1993. Brasília, CFESS, 1993.

_____. **Lei de Regulamentação Profissional**. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, CFESS, 1993. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br>>. Acesso em: fev. 2019.

_____. **Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social**. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília, CFESS, 2009. Edição virtual disponível em: www.cfess.org.br.

DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

DURIGUETTO, Maria Lucia. Questão social, sociedade civil e lutas sociais: desafios ao Serviço Social. **Revista Conexão Geras do CRESS-MG**, n. 4, 2013. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Revista%20cressmg%204.pdf>. Acesso em: abr. 2019.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista: as funções da previdência e assistência social**. 9. ed, São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Metodologia e Ideologia do trabalho Social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1981.

_____. **Saber Profissional e Poder Institucional**. São Paulo: Cortez, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 6 ed. Rio de Janeiro: 1987.

FREITAS, Willian Gerson; RIBEIRO, Larissa Monteiro. O trabalho do assistente social como práxis transformadora da realidade. In: **Socializando** - ISSN 2358-5161 - ano 1 - nº.1, Jun. p.41-47, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: **GASKELL, G.; BAUER, M. W. (Org.)**. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GIAQUETO, Adriana (Org.). **A dimensão educativa no trabalho social**: exercícios de reflexão. Jundiaí: Paco, 2015.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Brasília, CFESS, ABEPSS CEAD – UNB, 2000a.

_____. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social . In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº 62, mar. 2000b.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche** – Capital financeiro, trabalho e questão social. 8 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

_____. O Serviço Social na Cena Contemporânea. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. – 24. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IANNI, Octávio. A dialética da história. In: **A sucessão na crise e a crise na esquerda**. São Paulo: Ensaio, 1989.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico - Censo 2010**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.

_____. **Perfil dos Municípios Brasileiros**. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em jan. 2019.

JACCOUD, Luciana. “Pobres, pobreza e cidadania: os desafios recentes da proteção social”. Texto para Discussão, **Ipea**, nº. 1372, jan. 2009.

LESSA, Sérgio. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 2**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2000, p. 20 - 33.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACHADO, Lucila Regina de Souza. Qualificação do Trabalho e Relações Sociais. In: **FIDALGO, F. S. (org) Gestão do Trabalho e Formação do Trabalhador**. Belo Horizonte – MG: Movimento de Cultura Marxista, 1996.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. **Livro I: o processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **O capital**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1975.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. São Paulo, Cortez, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2007.

_____. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Assistência Social: Subsídios para o Debate do Trabalho dos Assistentes Sociais. In: **Famílias & Famílias: Práticas Sociais e Conversações Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2010.

MUNIZ, Egli. Equipe de Referência no SUAS e as responsabilidades dos trabalhadores. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (Org.). **Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS: uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito socioassistencial**. Brasília- DF: MSD; Secretária de Assistência Social, 2011.

NETO, Ana Maria Fausto. **Família operária e reprodução da força de trabalho**. Petrópolis: Vozes. 1982.

NETTO, José Paulo. “A construção do projeto ético-político contemporâneo”. In **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1 – Brasília: Cead/ABEPSS/CFESS. 2009.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** Biblioteca Básica/ Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da; ELIAS, Wiataiana de Freitas. **A dimensão sócioeducativa do Serviço Social: elementos para análise.** Serviço Social e Realidade, Franca, v.14, n. 1 p. 41-62, jun. 2005.

OLIVEIRA, Iris Maria. **Assistência Social após LOAS em Natal, a trajetória de uma política social entre o direito e a cultura do atraso.** Programa de estudos pós-graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, 2005. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1556. Acesso em: abr. 2019.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em busca de alternativas: Uma leitura desde o Campo Democrático Popular.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PEREIRA, Potyara, Amazoneida. Perspectiva teórica sobre a questão social no Serviço Social. In: Revista Temporalis, CFESS 2003.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p

REIS, Marcelo Braz Moraes. **Notas Sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social.** Contribuição para o Exercício Profissional de Assistente Social. Coletânea de Leis. Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. CRESS 6ª Região. Belo Horizonte: CRESS, 2013, p.19-26. 98.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Claudia Mônica. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas do Serviço Social. **REVISTA CONEXÕES GERAIS/Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais.** v.2, n3 (2013). – Belo Horizonte: CRESS 6ª Região. p. 25-30. 2013.

SANTOS, Diaponira Vitória da Silva; ROSA, Lucia Cristina os Santos. **Reforma psiquiátrica, famílias e estratégias de cuidado: uma análise sobre o cárcere privado na saúde mental.**

Secretaria Municipal de Assistência social. **Plano Municipal de Assistência Social – PMAS web.** 2018/2021. Cerqueira César, SP, 2018.

SIMIONATO, Ivete. Intelectualidade, política e produção do conhecimento: desafios do Serviço Social. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, N117, p.69-83, jan./mar. 2014.

SPOSATI, Adailza de Oliveira. **Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras.** 6. Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Assistência Social em debate: Direito ou Assistencialização. In: **CFESS – Seminário Nacional do/a Assistente Social no SUAS**. Brasília: 2011. P.32-51.

_____. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.87, 2006.

TEIXEIRA, Regina Célia Fernandes. A passagem do “direito ao trabalho” para “a empregabilidade”: privatização do espaço público através das políticas sociais de emprego na contemporaneidade. In: **Unimontes Científica**. Montes Claros, v.5, n.1, jan./jun. 2003.

TONET, Ivo. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. In **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Educação contra o capital**. 3 ed. São Paulo, 2016.

VAISMAN, Ester. **Marx e a Filosofia**: elementos para a discussão ainda necessária. Revista Nova Economia, v. 16, n.2, Belo Horizonte, maio/ago. 2006.

VARELA, Raquel Carneira; PEREIRA, Maria Luisa. Reestruturação produtiva. In: **Revista Katályses**, Florianópolis, v. 21, jan./abr. 2018

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Saúde Mental e Serviço Social**: O desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. Editora: Cortez Editora, São Paulo. p. 24, 25, 26, 28, 2000.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 5ª. ed. São Paulo: Cortez editora, 2006.

_____. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In. **Direitos Sociais e Competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____
 DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____. IDADE: ____
 DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: ____ Nº _____ SEXO: M () F ()
 ENDEREÇO: _____
 BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____
 CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____,
 declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: “A dimensão educativa no trabalho do assistente social na proteção social básica na perspectiva da cidadania.”. O projeto de pesquisa será conduzido por Ellen Francinne de Oliveira Rossetto Silva, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, orientado pelo Prof (a). Dr(a) Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Dissertação observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. Trata-se de pesquisa de campo, com o objetivo de analisar a dimensão educativa no trabalho do assistente social na proteção social básica na perspectiva da cidadania, no município de Cerqueira César/SP. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, 06 de maio de 2019.

 Assinatura do participante

 Pesquisador Responsável
 Nome: Ellen Francinne de Oliveira Rossetto Silva
 Endereço: Rua João Caetano Pacheco, nº. 2-31, Jd Canaã – Espírito Santo do Turvo/SP.
 Tel: (14) 99606-8662
 E-mail: ellen_rossetto@hotmail.com

 Orientador
 Prof. (a) Dr. (a) Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni
 Endereço: Rua Vintino Serapfim, 2220 – Franca/SP.
 Tel: (16) 99288-4888
 E-mail: andreialiporoni@yahoo.com.br

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA GRUPO FOCAL

Dados para apresentação no grupo:

Nome:

Idade:

Ano de formação:

Quanto tempo trabalha como assistente social:

Quanto tempo trabalha na Política de Assistência Social:

- 1. O que é a dimensão educativa do Serviço Social para você?**
- 2. Como você observa a concretização da participação cidadã e da emancipação dos usuários frente sua intervenção social?**
- 3. Em quais ações e intervenções, você identifica a prática da dimensão educativa?**
- 4. Quais as dificuldades e facilidade no trabalho profissional para a efetivação da dimensão educativa?**

APÊNDICE C – AUTORIZAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A dimensão educativa no trabalho do assistente social na proteção social básica na perspectiva da cidadania.

Pesquisador: ELLEN FRANCINNE DE OLIVEIRA ROSSETTO SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 13164719.0.0000.5408

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.311.153

Apresentação do Projeto:

O projeto foi apresentado de forma clara e concisa. Todos os elementos necessários para a compreensão da pesquisa, notadamente sobre como se dará a pesquisa de campo, estão presentes.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo principal da pesquisa foi explicitado de forma clara e direta, a saber: "Analisar a dimensão educativa no trabalho do assistente social na proteção social básica na perspectiva da cidadania".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os potenciais riscos foram bem considerados, em consonância com o disposto na Resolução CNS 510 de abril de 2016. Também foram apresentadas formas evita-los e/ou para diminuir seus impactos. Os benefícios também foram suficientemente conjecturados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Como toda pesquisa bem orientada, a presente é relevante e apresenta de forma clara como se dará o contato com os participantes da pesquisa, ao todo 08 indivíduos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram corretamente preenchidos e inseridos, a saber: Informações Básicas do Projeto, Folha de Rosto, Termo de Consentimento Livre e

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



Continuação do Parecer: 3.311.153

Esclarecido, autorizações da autoridade municipal responsável pela instituição onde se pretende realizar a pesquisa de campo, arquivo com o projeto original completo, questionário semi-estruturado de perguntas a serem feitas aos participantes da pesquisa.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conclui-se pela APROVAÇÃO do presente projeto de pesquisa. Não há pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

O coordenador aprova "ad referendum" do colegiado o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1308027.pdf	06/05/2019 15:44:10		Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoassinada.pdf	06/05/2019 15:41:34	ELLEN FRANCIINNE DE OLIVEIRA ROSSETTO SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	25/04/2019 14:40:48	ELLEN FRANCIINNE DE OLIVEIRA ROSSETTO SILVA	Aceito
Outros	roteirodasperguntas.pdf	25/04/2019 14:15:58	ELLEN FRANCIINNE DE OLIVEIRA ROSSETTO SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodepesquisa.pdf	25/04/2019 14:12:48	ELLEN FRANCIINNE DE OLIVEIRA ROSSETTO SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracaocerqueiracesar.PNG	25/04/2019 00:03:07	ELLEN FRANCIINNE DE OLIVEIRA ROSSETTO SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Avaliação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



Continuação do Parecer: 3.311.153

FRANCA, 08 de Maio de 2019

Assinado por:
Marcos Alves de Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br